

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FÁBIO SANTOS DE ARAÚJO

**TIPOS DE FRAQUEZAS MATERIAIS NOS CONTROLES
INTERNOS CONTÁBEIS EVIDENCIADOS NOS
RELATÓRIOS ANUAIS 20-F EMITIDOS PELAS
EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOLSA DE
VALORES DE NOVA IORQUE**

São Paulo

2018

FÁBIO SANTOS DE ARAÚJO

**TIPOS DE FRAQUEZAS MATERIAIS NOS CONTROLES INTERNOS
CONTÁBEIS EVIDENCIADOS NOS RELATÓRIOS ANUAIS 20-F
EMITIDOS PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOLSA
DE VALORES DE NOVA IORQUE**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de
Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vilma Geni Slomski

São Paulo

2018

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

Reitor: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Graduação: Prof. Dr. Ronaldo Frois de Carvalho

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu: Prof. Dr. Alexandre Garcia

Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Cláudio Parisi

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração: Prof. Dr. Heber Pessoa da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

A663t	<p>Araújo, Fábio Santos de</p> <p>Tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-f emitidos pelas empresas brasileiras listadas na bolsa de valores de Nova Iorque/ Fábio Santos de Araújo. - - São Paulo, 2018.</p> <p>113 f.</p> <p>Orientadora: Profª. Drª. Vilma Geni Slomski</p> <p>Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>1. Relatórios de sociedades comerciais. 2. Auditoria interna. 3. Estados Unidos. [Sarbanes-Oxley Act of 2002. 4. Contabilidade gerencial.</p> <p>CDD 657.452</p>
-------	--

Bibliotecário responsável: Elba Lopes, CRB-8/9622

FÁBIO SANTOS DE ARAÚJO

**TIPOS DE FRAQUEZAS MATERIAIS NOS CONTROLES INTERNOS CONTÁBEIS
EVIDENCIADOS NOS RELATÓRIOS ANUAIS 20-F EMITIDOS PELAS
EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DE NOVA
IORQUE**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Jerônimo Antunes
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Cláudio Parisi
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Profª. Drª. Vilma Geni Slomski
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 28 de junho de 2018.

Dedico esta pesquisa às pessoas que são fundamentais em minha vida, em especial, aos meus pais José Alves de Araújo (In Memoriam) e Maria de Lourdes dos Santos que, com toda simplicidade, deram-me a educação necessária para alcançar este objetivo, à minha esposa Viviane Silva Santos de Araújo que, com todo carinho e paciência, deu-me o suporte necessário para realizar este objetivo, e ao meu filho Vinnícius Victor Santos de Araújo que, com toda inocência, deu-me a inspiração para concretizar este objetivo.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à DEUS, nosso mestre maior, pela força e sabedoria que me foram ofertadas para que pudesse chegar até aqui.

À FECAP, pela excelência dispensada para a realização dos programas educacionais.

Aos membros da comissão julgadora, Professor Doutor Jerônimo Antunes e Professor Doutor Cláudio Parisi, pelas contribuições de excelência, tanto no aspecto técnico quanto no aspecto metodológico, cujas sugestões foram verdadeiros presentes para a qualidade desta pesquisa.

À Professora Doutora Vilma Geni Slomski, que acreditou em minha pesquisa e assumiu como nova orientadora, permitindo a conclusão do meu curso de mestrado.

Em especial, ao meu antigo orientador Professor Doutor Anísio Cândido Pereira, que me acompanhou e apoiou durante toda a execução desta pesquisa, até o momento em que se precisou se afastar por motivos de saúde. Aproveito a oportunidade para registrar que fui o seu último orientando de mestrado nesta instituição.

Aos demais professores do curso de mestrado da FECAP, Professor Doutor Cláudio Parisi, Professora Doutora Vilma Geni Slomski, Professor Doutor Marcos Reinaldo Severino Peters, Professor Doutor Ivam Ricardo Peleias e Professor Doutor Aldy Fernandes da Silva, que contribuíram com seus ensinamentos e conhecimentos, o que tornou possível a realização de mais esta etapa da minha formação.

À secretária do curso de mestrado da FECAP, Amanda Russo Chirotto, pelo comprometimento ao programa e pela disponibilidade para o esclarecimento das dúvidas.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pela troca de ideias e experiências, que contribuíram para a conclusão dos créditos do curso e que serão muito importantes para o meu desenvolvimento profissional.

Ao Professor José Silvino Figueira Câmara, meu padrinho na carreira acadêmica, pela inspiração profissional desde os tempos da minha graduação no curso de Ciências Contábeis.

Aos familiares e amigos que me apoiaram e torceram pelo meu sucesso em mais este projeto de vida.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o alcance deste objetivo, o meu muito obrigado.

“A contabilidade é, hoje, unanimemente reconhecida pelo seu valor como provedora de informações. O que se busca com a Lei Sarbanes-Oxley é garantir ao usuário dessa informação a confiabilidade que jamais lhe deveria ter sido tirada.” (Borgerth, 2007, p. 50).

Resumo

Pelo estudo da teoria contratual da firma, confirma-se a necessidade de elaborar e divulgar as demonstrações contábeis, de forma transparente e equânime, para atender ao interesse coletivo e que vai ao encontro das boas práticas de governança corporativa. Entretanto, após diversos escândalos financeiros que abalaram o mercado de capitais norte-americano, foi promulgada a Lei Sarbanes-Oxley, em 2002, cujo objetivo era resgatar a confiança dos investidores, com a imposição de regras para mitigar o risco de assimetria informacional, pela implementação de controles internos que garantiriam a fidelidade das demonstrações contábeis. Nesse cenário, esta é uma pesquisa descritiva, com abordagens qualitativa, quantitativa e estratégias bibliográfica e documental, para atender ao objetivo geral proposto: determinar e classificar os tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-F de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque no período de 2010 a 2016, procurando identificar características gerais das empresas que reconhecem deficiências nas práticas dos controles internos contábeis. A persistência de fraquezas materiais nos controles internos contábeis dessas empresas motivou a realização da pesquisa, considerando que essas deficiências podem provocar distorções nos relatórios financeiros públicos, fragilizando a função utilidade da informação contábil. Isso pode ocasionar a assimetria informacional e, conseqüentemente, tomadas de decisões inadequadas pelos *stakeholders*. As informações utilizadas nesta pesquisa tiveram como base os relatórios anuais 20-F das empresas supracitadas, arquivados na *Securities and Exchange Commission (SEC)* e disponíveis nos sítios eletrônicos das empresas, de 2010 e 2016. Os resultados indicaram a existência de 22 relatórios anuais 20-F, com 97 fraquezas materiais divulgadas. O maior número de fraquezas está concentrado na categoria de divulgação Especificidades Contábeis, com 27. A área de atuação Eletricidade apresentou o maior número de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais que, conseqüentemente, incorreram no maior número de fraquezas materiais reconhecidas. A pesquisa ainda aponta que a maioria dos relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais apresentou prejuízos nos respectivos períodos.

Palavras-chave: Fraqueza material; Controle interno. Lei Sarbanes-Oxley; Governança corporativa; Informação contábil.

Abstract

Through the study of the contractual firm theory, the need to prepare and disclose financial statements is confirmed in a transparent and equitable way, to meet the collective interest and in line with good corporate governance practices. However, following a series of financial scandals that shook the US capital market, the Sarbanes-Oxley Act was promulgated in 2002 to rescue investor confidence by imposing rules to mitigate the risk of informational asymmetry, through the implementation of internal controls that would guarantee the fidelity of the financial statements. In this sense, this is a descriptive research, carried out with qualitative and quantitative approaches and bibliographical and documentary strategies to meet the proposed general objective: to determine and classify the types of material weaknesses in the internal accounting controls evidenced in the 20-F annual reports of Brazilian companies listed on the New York Stock Exchange, from 2010 to 2016, seeking to identify general characteristics of companies that recognize deficiencies in the practices of internal accounting controls. The persistence of material weaknesses in the internal accounting controls of these companies motivated this research to be carried out, considering that these deficiencies may cause distortions in public financial reports, weakening the usefulness of accounting information. This could may cause informational asymmetry and, consequently, inadequate decision making by stakeholders. The information used in this research was based on the 20-F annual reports of the above companies, filed in the Securities and Exchange Commission (SEC) and available in the companies' websites, from 2010 to 2016. The results indicated the existence of 22 annual 20-F reports with 97 disclosed material weaknesses. The largest number of material weaknesses disclosed is concentrated in the disclosure category Accounting Specificities, with 27 material weaknesses. The area of activity Electricity presented the largest number of 20-F annual reports with material weaknesses which, consequently, incurred in the greatest number of recognized material weaknesses. The survey also points out that most of the 20-F annual reports with material weaknesses presented losses in the respective periods.

Key-words: Material weakness; Internal control; Sarbanes-Oxley Act; Corporate governance; Accounting information.

Lista de Figuras

Figura 1.	A firma como um conjunto de contratos entre agentes.....	26
Figura 2.	Os processos históricos que levaram ao despertar da governança corporativa.....	31
Figura 3 .	A necessidade de controles internos como base para a governança corporativa.....	37
Figura 4 .	O cubo Coso I – 1º versão.....	43
Figura 5 .	O cubo Coso I – 2º versão.....	44
Figura 6.	O cubo Coso II – 1º versão.....	45
Figura 7.	Direção e desempenho da entidade a partir da missão, visão e valores.....	46
Figura 8 .	O modelo Coso II – 2º versão.....	46
Figura 9.	Avaliação de deficiência de controle interno.....	48
Figura 10.	Levantamento das empresas brasileiras listadas na NYSE.....	60
Figura 11.	Levantamento das informações do item 15 – Controles e Procedimentos, para cada relatório anual 20-F.....	60
Figura 12.	Levantamento dos resultados econômicos dispostos na DRE de cada relatório anual 20-F.....	61
Figura 13.	Levantamento dos valores de ativo total dispostos no Balanço Patrimonial de cada relatório anual 20-F.....	61
Figura 14.	Levantamento dos valores de mercado para cada período de cada relatório anual 20-F.....	61

- Figura 15.** Gráfico de setores, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F.....68
- Figura 16.** Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por exercício....69
- Figura 17.** Gráfico de colunas, segundo quantidade de relatórios de opinião da empresa de auditoria independente, por empresa de auditoria.....71
- Figura 18.** Gráfico de setores, segundo quantidade de opiniões da empresa de auditoria independente sobre os controles internos contábeis.....72
- Figura 19.** Gráfico de colunas, segundo divulgação de mudanças nos controles internos, por autoavaliação do controle interno.....73
- Figura 20.** Gráfico de barras, segundo divulgação de mudanças nos controles internos, por exercício.....74
- Figura 21.** Gráfico de barras, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por exercício.....75
- Figura 22.** Gráfico de barras, segundo quantidade de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas, por quantidade de fraquezas materiais divulgadas.....76
- Figura 23.** Gráfico de barras, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por categorias de divulgação de fraquezas materiais.....77
- Figura 24.** Gráfico de colunas, segundo quantidade de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, por área de atuação.....79
- Figura 25.** Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por área de atuação.....80
- Figura 26.** Gráfico de colunas, segundo quantidade de fraquezas materiais

	divulgadas, por área de atuação.....	80
Figura 27.	Gráficos de setores, segundo quantidade de mudanças no valor de mercado.....	83
Figura 28.	Gráficos de colunas, segundo quantidade de mudanças no valor de mercado, por exercício.....	83
Figura 29.	Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por mudanças no valor de mercado.....	84
Figura 30.	Gráfico de setores, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por mudanças no valor de mercado.....	85
Figura 31.	Gráfico de colunas, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais, por mudanças no valor de mercado.....	85
Figura 32.	Gráfico de colunas, segundo quantidade de ativos por classe de valores de ativos em milhões de R\$.....	86
Figura 33.	Gráfico de barras, segundo quantidade de ativos por classe de valores de ativos em milhões de R\$, por exercício.....	87
Figura 34.	Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por classe de valores de ativos em milhões de R\$.....	87
Figura 35.	Gráfico de setores, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por classe de valores de ativos em milhões de R\$.....	88
Figura 36.	Gráfico de colunas, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, por classe de valores de ativos em milhões de R\$.....	89
Figura 37.	Gráficos de setores, segundo quantidade de resultados	

	econômicos.....	90
Figura 38.	Gráficos de colunas, segundo quantidade de resultados econômicos, por exercício.....	90
Figura 39.	Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por resultados econômicos.....	91
Figura 40.	Gráfico de setores, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por resultados econômicos.....	92
Figura 41.	Gráfico de colunas, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais, por resultados econômicos.....	92

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Principais tipos de usuários e respectivas naturezas básicas de informações.....	25
Tabela 2.	Órgãos da governança corporativa	32
Tabela 3.	Lista de <i>Brazilian American Depository Receipts (ADRs)</i>	57
Tabela 4.	Quantidade de relatórios anuais 20-F, por empresa.....	61
Tabela 5.	Quantidade de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais reconhecidas, por empresa.....	64
Tabela 6.	Modelo de tabela para análise bivariada com duas variáveis qualitativas.....	66
Tabela 7.	Categorias de divulgação de fraquezas materiais.....	76
Tabela 8.	Distribuição de frequência absoluta, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais, por área de atuação.....	82
Tabela 9.	Distribuição de frequência absoluta e percentual, segundo mudanças no valor de mercado e autoavaliações dos controles internos contábeis.....	84
Tabela 10.	Distribuição de frequência absoluta e percentual, segundo resultados econômicos e autoavaliações dos controles internos contábeis.....	91

Lista de Abreviaturas e Siglas

<i>ADR</i>	<i>American Depositary Receipts</i>
<i>AS</i>	<i>Auditing Standards</i>
<i>CBD</i>	<i>Companhia Brasileira de Distribuição</i>
<i>CEMIG</i>	<i>Companhia Energética de Minas Gerais</i>
<i>CEO</i>	<i>Chief Executive Officer</i>
<i>CFO</i>	<i>Chief Financial Officer</i>
<i>COSO</i>	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
<i>CPC</i>	<i>Comitê de Pronunciamentos Contábeis</i>
<i>CSN</i>	<i>Companhia Siderúrgica Paulista</i>
<i>CVM</i>	<i>Comissão de Valores Mobiliários</i>
<i>DRE</i>	<i>Demonstração do Resultado do Exercício</i>
<i>EUA</i>	<i>Estados Unidos da América</i>
<i>IBGC</i>	<i>Instituto Brasileiro de Governança Corporativa</i>
<i>IFRS</i>	<i>International Financial Reporting Standards</i>
<i>NYSE</i>	<i>New York Stock Exchange</i>
<i>PCAOB</i>	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
<i>PETROBRAS</i>	<i>Petróleo Brasileiro S. A.</i>
<i>SEC</i>	<i>Securities and Exchange Commission</i>
<i>SOX</i>	<i>Sarbanes-Oxley Act</i>

Sumário

1	Introdução	15
1.1	Contextualização	15
1.2	Situação problema e questão de pesquisa	18
1.3	Objetivos	19
1.3.1	<i>Objetivo geral</i>	19
1.3.2	<i>Objetivos específicos</i>	19
1.4	Justificativa	19
1.5	Contribuição	20
1.6	Estrutura da pesquisa	21
2	Fundamentação Teórica	23
2.1	Teoria contratual da firma	23
2.1.1	<i>Conflito de interesses e assimetria informacional</i>	27
2.2	Governança corporativa	29
2.3	Escândalos corporativos que levaram à criação da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002	33
2.4	Lei Sarbanes-Oxley, de 2002	35
2.4.1	<i>Seção 302 – Certificação trimestral e anual dos controles e procedimentos de divulgação</i>	38
2.4.2	<i>Seção 404 – Avaliação anual dos controles e procedimentos internos para a emissão dos relatórios financeiros</i>	38
2.5	Controles internos	39
2.5.1	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)</i>	40
2.5.1.1	<i>Coso I</i>	41
2.5.1.1.1	Coso I – 1º versão	41
2.5.1.1.2	Coso I – 2º versão	42
2.5.1.2	<i>Coso II</i>	44
2.5.1.2.1	Coso II – 1º versão	44
2.5.1.2.2	Coso II – 2º versão	44
2.5.2	<i>Reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos</i>	46
2.6	Pesquisas anteriores sobre fraquezas materiais nos controles internos contábeis	49
2.6.1	<i>Pesquisas nacionais</i>	49
2.6.2	<i>Pesquisas internacionais</i>	49
3	Metodologia da Pesquisa	55

3.1 Classificação da pesquisa	55
3.2 Campo de pesquisa	56
3.3 Métodos, técnicas e procedimentos de coleta de dados	57
3.3.1 <i>Elaboração do instrumento de coleta dos dados</i>	58
3.4 Métodos, técnicas e procedimentos de análise dos dados	63
4 Resultados e Discussões.....	66
4.1 Avaliação dos relatórios anuais 20-F pesquisados.....	67
4.2 Avaliação do item 15 – Controles e Procedimentos, nos relatórios anuais 20-F pesquisados.....	68
4.2.1 <i>Análise do item controles e procedimentos de divulgação</i>	69
4.2.2 <i>Análise do item relatório da administração sobre os controles internos contábeis relacionados aos relatórios financeiros</i>	69
4.2.3 <i>Análise do item relatório de opinião da empresa de auditoria independente</i>	70
4.2.4 <i>Análise do item mudanças nos controles internos relacionados aos relatórios financeiros</i>	72
4.3 Avaliação dos tipos de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F pesquisados	74
4.4 Características gerais das empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque com fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F pesquisados	78
4.4.1 <i>Categorias de divulgação de fraquezas materiais e área de atuação das empresas</i>	78
4.4.2 <i>Categorias de divulgação de fraquezas materiais e valor de mercado das empresas</i> ..	83
4.4.3 <i>Categorias de divulgação de fraquezas materiais e tamanho das empresas</i>	86
4.4.4 <i>Categorias de divulgação de fraquezas materiais e resultado econômico das empresas</i>	89
5 Conclusões	94
Referências	101
Apêndice – Classificação das Fraquezas Materiais em Categorias de Divulgação	107
Anexo – Classificação e Exemplos de Fraquezas Materiais	111

1 Introdução

1.1 Contextualização

Após o surgimento das grandes corporações e das contratações de gestores profissionais em substituição aos proprietários administradores, identificou-se no mercado o que a teoria explica por conflito de agência. Esse conflito ocorre, principalmente, entre acionistas e administradores, podendo se estender aos demais interessados pela entidade. No desenvolvimento empresarial, ocorre entre um número maior de participantes. (Hendriksen & Van Breda, 1999; Iudícibus, 2010; Lopes & Martins, 2005; Pereira, Bruni, Rocha, Lima, & Faria, 2012; Rossetti & Andrade, 2012; Santos, Calíope, & Coelho, 2015; Sunder, 2014).

A contabilidade, fornecedora de informações de desempenho dos gestores e relatórios financeiros públicos, auxilia os agentes econômicos na condução de seus interesses, minimizando o conflito de agência e a assimetria informacional sobre a situação financeira, econômica e patrimonial das entidades. Entretanto, os administradores, com destaque entre os demais agentes, têm, à sua disposição, todas as informações, com um nível de detalhamento favorecido pela acessibilidade (Borgerth, 2007; Mitra, Jaggi, & Hossain, 2013; Patterson & Smith, 2007; Pereira et al., 2012).

Logo, para garantir proteção contra as ações, escolhas e decisões desses administradores, os demais interessados pelas informações da entidade estão assegurados por mecanismos utilizados para a direção e o controle da organização. Esses mecanismos são formalmente conhecidos como governança corporativa, e procuram definir as regras para transparência, respeito aos princípios éticos e sustentabilidade da gestão empresarial. (Fontes & Bronstein, 2014; Rossetti & Andrade, 2012; Silveira, 2015). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>, recuperado em 04 de setembro, 2015) apresentou a seguinte definição, bastante abrangente, estabelecendo seus principais objetivos:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

A questão da governança corporativa, atualmente, é um dos assuntos mais discutidos no mercado. Isso porque, principalmente após os grandes escândalos contábeis apresentados no início dos anos 2000, existia grande expectativa sobre fortalecer os controles internos para

gerar informações contábeis aos usuários externos. Isso corrobora uma apresentação eficiente da gestão nas grandes corporações (Mazzioni, Prigol, Moura, & Klann, 2015; Mitra et al., 2013):

As boas práticas de governança corporativa permitem às empresas agregarem valor não apenas aos seus investidores, mas também para um grande conjunto de stakeholders, ou partes interessadas, que com elas operam, ao disciplinarem regras, processos de relacionamento e políticas para resoluções de conflitos entre a organização e as demais partes interessadas. (Fontes & Bronstein, 2014, p.39).

A adoção dessas medidas pelas empresas objetiva a buscar a confiança dos financiadores no mercado de capitais norte-americano. Isso após a série de escândalos referentes à manipulação de demonstrações financeiras, fraudes contábeis, crimes de evasão fiscal e uso de informações privilegiadas por administradores, ocorrida em grandes corporações, como Enron, WorldCom, Tyco, etc. (Assi, 2012; Caixe & Krauter, 2014; Clemente, Antonelli, Scherer, & Cherobim, 2014; Gil, Arima, & Nakamura, 2013; Pereira, 2009; Perera, Freitas, & Imoniana, 2014; Saraiva, 2005).

Assim, para mitigar procedimentos desenvolvidos sem a devida ética empresarial, desalinhados às boas práticas de governança corporativa, aplicados, até então, por administradores de algumas empresas com ações em bolsas no mercado norte-americano, esse governo publicou, em 30/07/2002, a Lei Sarbanes-Oxley (*SOX*). Seu principal objetivo foi restaurar o nível de confiança dos investidores, ao estabelecer regras para permear o levantamento e a divulgação da informação contábil, e a definição de sanções penais em caso de descumprimento (Borgerth, 2007; Mitra et al., 2013; Peters, 2004). Essa lei fortaleceu os controles internos empregados para elaborar e divulgar as demonstrações contábeis (Pereira, 2009).

Ao considerar que o uso das boas práticas de governança corporativa traz resultados positivos ao mercado, cabe fortalecer, também, os controles internos para a contabilidade gerencial, essa de uso exclusivo dos administradores.

Segundo Borgerth (2007), alguns administradores esbarram em atitudes que contrariam princípios éticos em um ambiente empresarial. Quanto a isso, expressões como subornos, propagandas enganosas, cartéis de preços, etc. estão sempre relacionadas à gestão empresarial.

A ética empresarial nasceu para disseminar a cultura da empresa, formada por um conjunto de valores, convicções, metas e normas de conduta que orientam o comportamento no mundo dos negócios. Nesse sentido, Sunder (2014, p. 7) afirma que, “as organizações consistem de indivíduos, cada qual obrigado a contribuir com recursos e com o direito de

receber compensações em troca. A busca dos indivíduos em alcançar o seu interesse próprio pode induzir tanto ao conflito quanto à cooperação”.

Para evitar situações que não interessam aos agentes econômicos envolvidos, cria-se métodos, técnicas e procedimentos de contabilidade e controle para acompanhar o desempenho de cada um desses indivíduos. De acordo com Lopes e Martins (2005), os gestores são os interessados mais importantes em uma entidade, pois têm acesso às informações contábeis de forma privilegiada, fora dos padrões divulgados à maioria dos demais interessados. Com isso, aplicam métodos contábeis que melhor atendam aos seus interesses (Sunder, 2014):

Os gestores tendem a favorecer o status quo nos métodos contábeis e a resistir a mudanças nos padrões de contabilidade. Eles usam dispositivos contábeis para tentar suavizar mudanças bruscas no lucro, ainda que nem sempre de maneira bem-sucedida. Algumas de suas escolhas contábeis podem ser preditas a partir das características das firmas. (Sunder, 2014, p.70).

Para a continuidade da eficiência no mercado financeiro, cabe estabelecer a informação confiável. E considerando que os dados contábeis são a principal fonte de informações para os usuários em geral, esses, por sua vez, devem se unir para garantir que todas as informações sejam efetivamente disponibilizadas no mercado, de forma clara e abrangente, garantindo o nível de transparência adequado (Borgerth, 2007).

Segundo Lopes (2004), a contabilidade deve fornecer informações essenciais para os mecanismos de controle corporativos, assim como influenciar a variabilidade dos preços das ações da companhia. Assim, Bushman e Smith (2001, como citado em Lopes e Martins, 2005, p. 45), afirmam que “os sistemas de contabilidade financeira fornecem inputs diretos para os mecanismos de controle corporativos, da mesma forma que fornecem inputs por intermédio da contribuição para a informação contida nos preços das ações”.

Destarte, mesmo com todo o rigor exigido pelo mercado para elaborar e divulgar as informações financeiras, econômicas e patrimoniais, podem existir sutis - mas potenciais, fraquezas não identificadas pelos controles internos, sob o ponto de vista da teoria da contabilidade e do controle (Feng, Li, McVay, & Skaife, 2015; Gil et al., 2013; Rice, Weber, & Wu, 2015).

Controle interno define-se como o planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção. (Migliavacca, 2004, p.17).

O controle interno é o ponto de partida para identificar a eficácia da gestão empresarial, tanto pelos próprios administradores da empresa, quanto pelas áreas responsáveis pela validação dos controles internos, como as auditorias internas e externas, para certificar a exatidão das demonstrações contábeis, ou atender aos requisitos de certificação.

1.2 Situação problema e questão de pesquisa

Os controles internos aplicados à contabilidade financeira, quanto à elaboração e evidenciação para usuários externos, foram reforçados após a publicação da *SOX*, o que garantiu uma rápida recuperação do mercado financeiro nos Estados Unidos (EUA). Isso porque, conforme Borgerth (2007), as empresas, por seus administradores, devem certificar que as informações contábeis fornecidas ao mercado são confiáveis, com a certeza de que medidas legais estão sendo tomadas para evitar novos escândalos.

Diversas pesquisas foram feitas para identificar a conformidade da aplicação da referida Lei e das boas práticas de governança corporativa com os efeitos no mercado financeiro; por exemplo, o aumento do valor das empresas e a melhora dos desempenhos financeiro e operacional. Outros trabalhos incorreram no levantamento de recorrências de fraquezas materiais, mesmo após fortalecer os controles internos contábeis, com a promulgação da referida Lei. Entre esses, destacam-se os elencados adiante.

Sun (2016) pesquisou a relação entre o reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos para elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e o nível de investimento das respectivas organizações, tendo como base a opinião dos auditores sobre controles internos.

Feng et al. (2015) estudaram o relacionamento entre o reconhecimento de fraquezas materiais sobre as demonstrações contábeis e as operações das empresas. Balsam, Jiang e Lu (2014) investigaram a existência de associação entre incentivos nos resultados e fraquezas materiais nos controles internos, consoante a seção 404 da *SOX*.

Myllymäki (2014) identificou que empresas que apresentaram fraqueza material nos controles internos sobre as demonstrações contábeis apresentaram recorrência nos dois anos seguintes, em comparação àquelas sem histórico de deficiência nos controles internos.

Ge e McVay (2005) analisaram as descrições das fraquezas materiais nos controles internos contábeis apresentados pela gestão das companhias, dispostas nos relatórios anuais 20-F, após a data efetiva de aplicação da *SOX*.

Diante do exposto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: **Quais são os tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais**

20-F de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE?)

1.3 Objetivos

Ao considerar a problemática estudada, o seguinte objetivo foi elaborado para responder à questão de pesquisa:

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é determinar e classificar os tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-F de empresas brasileiras listadas na *NYSE*, no período de 2010 a 2016, procurando identificar características gerais daquelas que reconhecem deficiências nas práticas dos controles internos contábeis.

1.3.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos são:

- a) identificar as empresas brasileiras listadas na *NYSE*;
- b) identificar as avaliações dos controles internos contábeis dispostos em cada um dos relatórios anuais 20-F emitidos pelas empresas brasileiras listadas na *NYSE*, classificando-as em controle interno eficaz e controle interno com fraqueza material;
- c) identificar as descrições de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis dispostos em cada um dos relatórios anuais 20-F emitidos pelas empresas brasileiras listadas na *NYSE*, classificando-os de acordo com as categorias de divulgação apresentadas neste estudo; e
- d) identificar as variáveis de interesse que possam ser analisadas em conjunto com as avaliações dos controles internos contábeis, buscando constatar a ocorrência de pontos em comum, que possam determinar as características gerais das empresas brasileiras listadas na *NYSE*, que divulgaram, em seus relatórios anuais 20-F, fraquezas materiais nos controles internos contábeis.

1.4 Justificativa

Diversas empresas brasileiras emitiram títulos *American Depositary Receipts (ADRs)*, correspondentes às ações exclusivas para as empresas estrangeiras, para negociação no

mercado financeiro norte-americano, pela *NYSE*. Assim, estão sujeitas às regras expedidas pela *Securities and Exchange Commission (SEC)*, equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil.

A *SEC* determina regras severas para os atuantes no mercado de capitais. Dentre essas, destaca-se atender à *SOX*, para fortalecer os controles internos contábeis, e o reconhecimento, pelos administradores, de fraquezas materiais, se constatadas pelas empresas nas autoavaliações e auditorias independentes, quando da realização dos exames dos controles internos (Peters, 2004).

Esta pesquisa é motivada pela identificação de persistentes fraquezas materiais quanto aos controles internos contábeis voltados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis das empresas brasileiras listadas na *NYSE*.

Os controles internos procuram minimizar e/ou eliminar oportunidades para possíveis falhas processuais; ou, ainda, aumentar a eficiência do processo gerencial e a ocorrência de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, podendo incorrer em impactos para o processo decisório empresarial e a tomada de decisões pelos *stakeholders*. Isso porque a informação contábil divulgada pode apresentar distorções não detectadas pelos controles internos. Consequentemente, nesse cenário, a informação contábil disponibilizada acaba por não refletir a realidade financeira, econômica e patrimonial das empresas.

A informação contábil pode ser considerada valiosa para seus usuários porque fornece dados do passado, do presente e de projeções dos futuros resultados possíveis, necessários às decisões gerenciais para o adequado prosseguimento das atividades e o alcance das metas propostas. As informações devem ser fidedignas para não ameaçarem a continuidade da empresa por meio de decisões equivocadas com base em fontes enviesadas. (Mazzioni et al., 2015, p. 63).

Logo, entende-se a importância de remediar as fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis, pelo uso adequado de métodos, técnicas e procedimentos orientados pelas áreas de controle da empresa, fortalecendo a gestão de governança corporativa. Essa, por sua vez, vai ao encontro das abordagens discutidas pela teoria contratual da firma, no que diz respeito à utilidade da informação contábil.

1.5 Contribuição

Ao considerar um ambiente altamente regulado e normativo, quanto às práticas de governança corporativa adotadas nos principais mercados de capitais, aos requisitos da *SOX*, e das atuais normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) - que, juntos, procuram criar um ambiente de harmonia informacional entre

todos os agentes econômicos envolvidos na sociedade empresarial, que usam relatórios financeiros públicos para tomar decisões relacionadas aos seus interesses - esta pesquisa contribui ao apresentar tipos de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis, divulgadas nos relatórios anuais 20-F das empresas brasileiras listadas na *NYSE*. Adicionalmente, apresenta as características gerais dessas empresas.

Esta pesquisa se reveste de importância para o meio acadêmico e a sociedade, ao estudar as fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas pelas empresas brasileiras listadas na *NYSE*, que poderiam incorrer em informação incompleta e imperfeita em função da possibilidade de distorções da informação contábil. Assim, poderiam ocasionar a assimetria informacional e, conseqüentemente, tomadas de decisões inadequadas pelos *stakeholders*. Isso corrobora a ideia de quão importante são os controles internos contábeis para as práticas de gestão empresarial e a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

[...] o controle é uma ferramenta que possibilita assegurar a efetiva realização ou reavaliação das estratégias, dos objetivos e das metas, quando não da própria empresa, ao permitir a identificação do grau de aderência por parte de todos os níveis hierárquicos e a consecução dos objetivos de negócio. O princípio do controle permite identificar se um trabalho está sendo executado de acordo com as normas estabelecidas e o respectivo plano delineado. (Gil et al., 2013, p. 119).

Desse modo, é importante que os controles internos contábeis sejam rigorosamente desenhados e avaliados, para que não haja impactos provenientes de erro operacional, ocorrências de fraudes ou quaisquer outros tipos de situações que possam levar a escândalos corporativos envolvendo matéria contábil.

1.6 Estrutura da pesquisa

Este trabalho está estruturado como se segue:

Capítulo 1 - introdução: envolve a contextualização, a situação problema, a questão de pesquisa e os objetivos;

Capítulo 2 – fundamentação teórica: envolve conceitos e definições acerca dos assuntos que fundamentaram a base teórica para este trabalho.

Capítulo 3 – metodologia de pesquisa: envolve os aspectos metodológicos que nortearam este trabalho científico.

Capítulo 4 – resultados e análise: envolve a análise dos resultados coletados, ao aplicar a metodologia definida, identificando se existe relação entre o reconhecimento de fraquezas

materiais nos controles internos contábeis e a variabilidade dos resultados econômicos de empresas brasileiras listadas na *NYSE*;

Por fim, as conclusões acerca dos resultados do estudo e a apresentação das respostas à questão de pesquisa, sugerindo novos estudos sobre o assunto abordado.

2 Fundamentação Teórica

Neste capítulo, aborda-se os conceitos e as definições dos assuntos que formam a base teórica para este trabalho.

2.1 Teoria contratual da firma

As demonstrações contábeis, principal fonte de informações contábeis, segundo Deliberação CVM nº 675/2011, que aprovou o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Pronunciamento técnico CPC-00 (R1), 2011), são elaboradas e divulgadas, pelo menos, anualmente, visando a atender necessidades de informações de um grande número de usuários. Esses, em grande parte, devem confiar nas informações publicadas, embora alguns tenham o poder de obter informações além daquelas divulgadas, como governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias.

O mesmo Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) informa que as informações contábeis são direcionadas a um grupo específico, denominado de usuários primários, considerando entre esses os investidores existentes e, em potencial, credores por empréstimos ou outros credores que forneçam recursos para a entidade, que necessitam conhecer os recursos da entidade, as obrigações financeiras e os resultados efetivos da gestão administrativa e do conselho de administração.

A contabilidade, segundo Lopes (2004), além de agir por meio de um sistema de registro e escrituração das operações econômicas, financeiras e patrimoniais, avalia os resultados dos gestores e oferece sistema de controle, para evitar desvios ou usos indevidos dos recursos, buscando apresentar as informações contábeis de forma a atender a todos os interessados.

Sobre isso, Iudícibus (2010, p. 71) relata que “uma das finalidades da contabilidade é a avaliação de desempenho de períodos passados; outra, muito importante, é fornecer informações hábeis para tomada de decisões gerenciais”. Peters (2004, p. 33) afirma que “os relatórios financeiros servem a um amplo espectro de usuários, com necessidades diversificadas e específicas”. Iudícibus (2010) aponta ainda que a contabilidade tem como abordagem construir um arquivo básico de informações contábeis, a ser usado pelos diversos usuários, para atender às necessidades informacionais específicas de cada um deles.

Conforme a Tabela 1, adiante:

Tabela 1

Principais tipos de usuários e respectivas naturezas básicas de informações

Usuário da informação contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Nota. Fonte: Recuperado de “Teoria da contabilidade” (10a ed.), de S. Iudícibus, 2010, p. 5.

Com base no exposto, tem-se a ideia da importância das demonstrações contábeis para atender às diversas necessidades dos vários usuários interessados na informação contábil. Isso para possibilitar a tomada de decisões cabíveis às conveniências existentes na empresa que reporta a informação.

Os registros, as avaliações e os controles efetuados pela contabilidade objetivam a minimizar os impactos causados pela existência dos chamados conflitos de agência e da assimetria informacional, ambos infortúnios discutidos pela teoria contratual da firma. Assim, Lopes e Martins (2005) explicam que os agentes econômicos interessados na empresa podem tomar decisões incorretas ou inadequadas, simplesmente pela falta de informação. Santos et al. (2015) complementam que a contabilidade deve adequar o nível informacional às diferentes demandas dos diversos interessados.

Para Hendriksen e Van Breda (1999) e Lopes (2004), a teoria contratual da firma discorre sobre a ideia de um conjunto de contratos entre os diversos agentes econômicos, apresentados de forma explícita ou sem nenhum tipo de estrutura formal. Nessa toada, Iudícibus (2010, p. 73) informa que “numa sociedade moderna e capitalista, quase tudo pode ser explicado por um conjunto de contratos e de relações de agenciamento”.

A firma pode ser vista como um conjunto de contratos entre agentes racionais. Os contratos podem ser explícitos ou implícitos, de curto prazo ou de longo prazo. Os agentes podem ter diferentes preferências e diferentes dotações de capital, habilidades e informação. [...]. Os agentes aderem aos contratos a fim de melhorarem a sua participação. Os contratos obrigam cada agente a contribuir com recursos – capital, habilidades ou informação - para um fundo comum da organização e, em retorno, outorga a cada agente o direito de receber recursos do fundo comum. A forma, o

montante e a definição do momento oportuno em que um agente dá e recebe os recursos são uma questão de negociação entre os agentes. (Sunder, 2014, pp. 15-16).

Para Santos et al. (2015), a teoria contratual da firma considera a empresa como um conjunto de contratos, que servem como canal de relacionamento entre os diversos agentes econômicos envolvidos com a empresa; ao cumprir as obrigações previstas no contrato para o processo empresarial, recebem o benefício correspondente. Assim, Lopes (2004, p. 174) aponta que “o importante é estabelecer que qualquer relação estabelecida entre a firma e seus agentes é feita por intermédio de um ou outro tipo de contrato”.

Desse modo, entende-se que a ideia da teoria contratual da firma é o relacionamento entre os diversos interessados nos objetivos empresariais de determinada entidade, efetivando-se um modelo de contrato de forma a constarem as cláusulas que dispõem sobre o compromisso da entrega de determinado recurso, em troca de benefício correspondente, cujas disposições são estabelecidas mediante negociação com o gestor da organização. Conforme a Figura 1, adiante:

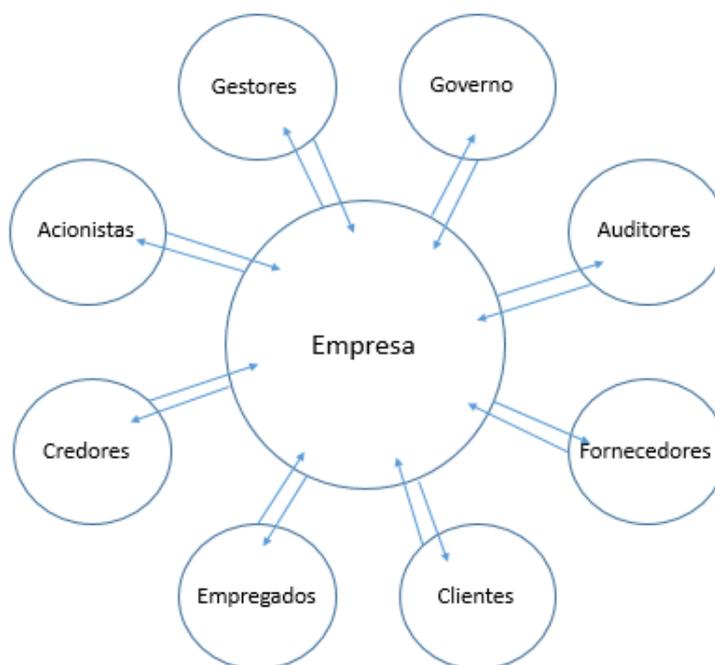


Figura 1. A firma como um conjunto de contratos entre agentes.

Fonte: Recuperado de “Teoria da contabilidade e do controle”, de S. Sunder, 2014, p. 16.

Sobre isso, Sunder (2014, p. 3) afirma que “as organizações são muitas coisas para muitas pessoas”. Entre elas, existem as relações entre empregadores e empregados, clientes e fornecedores, investimentos e investidores, contribuintes e autoridades tributárias, entre outros tipos de relacionamentos. Para garantir o interesse entre as partes envolvidas, os

contratos devem ter algum tipo de custo, conhecido por custos de transação, tanto para elaborar quanto anular, de forma que não ocorra a quebra dos compromissos firmados.

Toda relação estabelecida entre a firma e os agentes econômicos deve ser feita por intermédio de um tipo de contrato, formal ou não, para que cada participante realize a sua atribuição na organização, objetivando a atender à simetria da informação, e, conseqüentemente, o interesse coletivo.

No que diz respeito à condução da gestão empresarial para alcançar os objetivos comuns dos agentes econômicos, segundo Rossetti e Andrade (2012), os acionistas entregam os recursos necessários para realizar os projetos, remunerando os administradores. Esses, em contrapartida, maximizam a riqueza dos acionistas, prestando contas sobre o desempenho empresarial, considerando que os termos contratuais e os comportamentos dos agentes econômicos deverão ser observados para que não haja conflitos.

Como informam Santos, Dias e Dantas (2014), a eficiência dos contratos existe quando se consegue alinhar os interesses do agente (administrador) aos do principal (proprietário), minimizando os custos de agência e aumentando o valor da firma, embora existam contratos com outros agentes com interesses na organização que afetam ou podem ser afetados pelas ações dos gestores e acionistas.

Entre os agentes econômicos envolvidos no objetivo empresarial das organizações, existe aquele que se relaciona com a firma, para aplicar, de modo adequado, os recursos captados, consolidando as riquezas geradas e entregando as contrapartes previstas a cada um dos contratos firmados; é aquele que conduzirá a firma para alcançar o interesse comum dos demais agentes. O administrador da firma é o agente que tem informação privilegiada em relação aos demais, pois conhece, com detalhes, as operações empresariais. Logo, identifica-se a utilidade da informação contábil, para apresentar, aos demais, os resultados da condução da gestão empresarial pelo administrador, para alcançar os interesses comuns.

Como relatam Pereira et al. (2012) e Ribeiro, Lopes e Pederneiras (2009), a contabilidade tem papel fundamental de mediação, pois, por meio de um conjunto de métricas contábeis, promove o alinhamento dos objetivos dos diversos agentes econômicos envolvidos e, como consequência, reduz os conflitos de interesses.

Nesse sentido, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 139) destacam que “a informação é uma das maneiras de reduzir a incerteza, dando aos contadores papel importante na divisão de riscos entre administradores e proprietários”. Conforme Rossetti e Andrade (2012), para atender a um dos valores de governança corporativa denominado *accountability* (prestação de contas), cabe, para o devido controle da organização, a obrigatoriedade legal de padrões

contábeis consistentes, para preparar e divulgar as demonstrações contábeis que apresentem a geração de riquezas, pela posição patrimonial, e os resultados operacionais, pelo desempenho.

Nesse cenário, Sunder (2014, p. 21) afirma que “a contabilidade é uma das partes necessárias do mecanismo de execução contratual de uma firma”. Conforme Hendriksen e Van Breda (1999), essa teoria traz destaque à contabilidade, pois objetiva a fornecer informações acerca da gestão empresarial. Ainda segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 139), “é isto que dá à contabilidade seu valor como feedback, além de seu valor preditivo”.

Logo, em função dos diversos contratos relacionados com a firma, a contabilidade e o controle aplicado nas entidades contribuem para produzir a informação comum que objetiva a cumprir as condições contratadas entre os agentes.

A teoria contratual da firma é muito importante e decisiva para entender a governança corporativa. Isso porque a aplicação da contabilidade naquela busca minimizar o grau de assimetria informacional, mensurando a participação e contribuição de cada um dos diversos agentes da organização; e informando a todos os participantes sobre o sucesso, ou não, da empresa, pelo acesso às informações contábeis (Iudícibus, 2010; Lopes & Martins, 2005; Pereira et al., 2012; Sunder, 2014).

2.1.1 Conflito de interesses e assimetria informacional

Caracteriza-se como assimetria informacional, quando as informações contábeis, elaboradas e divulgadas pelo administrador, não refletem a realidade econômica da organização. Ademais, quando as informações são apresentadas de forma incompleta e imperfeita aos demais agentes econômicos, que ficam em desvantagem para tomar decisões acerca de suas parcelas no negócio empresarial.

Sob a perspectiva da simetria da informação, o dever de informar resulta da necessidade de evitar que determinadas pessoas, em geral por forças dos cargos que ocupam na estrutura social, beneficiem-se do contato com informações privilegiadas para obter vantagem sobre os demais acionistas e potenciais investidores. Logo, visa o dever de informar e estabelecer um certo grau de igualdade, obviamente relativa, entre os investidores, para que possam transacionar em terreno seguro quanto às informações existentes sobre seus negócios. (Miller, 2005, p. 115).

Segundo Iudícibus (2010), o administrador pode maximizar sua utilidade na firma, em prejuízo aos demais agentes, pelo uso de um modelo informacional não acessível, causando, assim, assimetria informacional e conflito de agência.

Sobre isso, Pereira et al. (2012) relatam que “o conflito de agência surge quando os agentes ligados à empresa possuem interesses contrastantes e, ao colocar seus interesses pessoais em primeiro lugar, acabam por prejudicar o andamento da organização”. Para Santos

et al. (2015), quando ocorrer assimetria de informações, os portadores de informações privilegiadas podem tomar decisões de modo oportunista.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999) e Mazzioni et al. (2015), as ações dos administradores das empresas podem diferir dos objetivos dos proprietários. Esses, por sua vez, são incapazes de observar essas divergências, que podem ser causadas por um conjunto de preferências específicas à gestão do administrador; ou, em alguns casos, por ações que procuram enganar os proprietários, pois aquele possui informação útil à tomada de decisão. Os proprietários, para identificar quaisquer situações conflitantes, contratam empresas de auditoria para fiscalizar os administradores, ou os incentivam, por meio de benefícios, a alinharem as preferências para alcançar os interesses comuns.

Segundo Lopes (2004) e Sonza e Kloeckner (2014), os conflitos entre os agentes econômicos de uma organização são originados, principalmente, pela assimetria informacional, relacionada à acessibilidade privilegiada dos administradores sobre as informações empresariais das firmas. O exemplo de conflito entre administradores e proprietários também pode se estender aos demais agentes econômicos interessados pela entidade.

Para Ribeiro et al. (2009, p. 2), conflito de agência “é compreendido como um processo de confronto, entre as pessoas, decorrente da tendência individual em direção à apropriação adicional de bens e serviços, em detrimento do outro”. Consoante Rossetti e Andrade (2012), existem várias situações oportunas para os conflitos entre acionistas e administradores; ou entre acionistas controladores e não controladores, como consequência da dispersão do capital empresarial e da segregação entre a propriedade e a gestão, considerando que entre agentes econômicos envolvidos não existem contratos completos e agentes perfeitos.

Cabe destacar que o conflito de agência e a assimetria informacional, embora sejam problemas comuns destacados na concepção da teoria contratual da firma, são de fundamental importância para a utilidade da contabilidade, quanto a gerar informações úteis aos diversos interessados, conforme Lopes e Martins (2005). Sobre isso, Pereira et al. (2012, p. 83) afirmam que a “governança corporativa parte exatamente dos problemas de conflito de agência e assimetria informacional, sendo que a governança corporativa não se detém exclusivamente no conflito entre fornecedores de capital e administradores”.

2.2 Governança corporativa

Após os eventos ocorridos no início do século XXI, que abalaram o mercado mobiliário, cresceu a importância dos estudos voltados para definir as regras de conduta aplicáveis aos agentes econômicos envolvidos, buscando o resgate da credibilidade empresarial. Essas regras são chamadas de governança corporativa.

Diante dos diversos choques de confiança que assolaram o mercado mobiliário nos últimos tempos, cresce a importância de estudos voltados para a definição de regras de conduta aplicáveis ao convívio social, buscando o melhor equilíbrio de forças e o resgate da credibilidade. (Kozlowski, 2005, p. 59).

Sobre isso, Pereira et al. (2012, p. 83) relatam que “a governança corporativa trata das formas pelas quais os fornecedores de financiamentos para as empresas asseguram um retorno em seu investimento”. Segundo Caixe e Krauter (2014), a governança corporativa compreende um conjunto de mecanismos de incentivos e controle, que buscam minimizar os custos de agência, oriundos do conflito de interesses entre financiadores e administradores de empresas.

De acordo com Santos et al. (2015), a governança corporativa refere-se a um conjunto de regras baseadas em princípios, visando a reduzir os conflitos de agência entre as partes envolvidas e a alinhar interesses em busca do objetivo comum. A governança corporativa tem estreito relacionamento com a teoria contratual da firma, pois, quando aquela é plenamente atendida, os contratos envolvidos com determinada empresa passam a funcionar adequadamente.

A necessidade da gestão empresarial, tomando como base os princípios e regras previstos na governança corporativa, já acontece há algum tempo, desde as primeiras ocorrências de transferência da gestão empresarial, dos proprietários - donos do capital, para os administradores - profissionais contratados para conduzirem os negócios. Essa necessidade está relacionada ao alinhamento e à manutenção dos interesses comuns entre os envolvidos, evitando o que se conhece por conflito de agência.

Sobre isso, Clemente et al. (2014) afirmam que “o capital aberto das organizações em nível global ocasiona o aprofundamento da separação entre propriedade e controle, o que destaca os conflitos de agência e a governança propriamente dita”. Seguem na Figura 2 os processos históricos que ocasionaram a necessidade de implantar a governança corporativa:



Figura 2. Os processos históricos que levaram ao despertar da governança corporativa.

Fonte: Recuperado de “Governança corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências” (6a ed.), de J. P. Rossetti e A. Andrade, 2012, p. 29.

A governança corporativa tem fundamentos sólidos, definidos a partir de princípios éticos aplicados na condução dos negócios. Seu desenvolvimento e sua afirmação têm razões macro e microeconômicas. E sua sustentação já se estabeleceu não só pelos princípios e razões que se encontram em suas origens, mas também pelos institutos legais e marcos regulatórios que envolvem os processos de gestão e que, cada vez mais, aperfeiçoam-se com base nos valores que regem a boa governança. (Rossetti & Andrade, 2012, p. 26).

Para Silveira (2015), a governança corporativa é a forma com que as empresas são dirigidas e controladas, por meio de regras baseadas em princípios, que buscam o bom relacionamento entre os diversos participantes da organização e atender ao interesse comum.

Conforme Lopes e Martins (2005) e Sonza e Kloeckner (2014), a governança corporativa contribui com mecanismos para que os financiadores das entidades assegurem o retorno dos investimentos realizados, pelo controle sobre os administradores, objetivando à rentabilidade do negócio, além de evitar a prática de ações prejudiciais aos negócios ou demais interessados.

Nesse cenário, Pereira et al. (2012, p. 85) apontam que “pode-se definir a governança como um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que regem o sistema de poder e os mecanismos de gestão das corporações, buscando a maximização da riqueza dos proprietários e o atendimento dos direitos de outras partes interessadas, minimizando oportunismos conflitantes com esse fim”. O IBGC (<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>, recuperado em 04 de setembro, 2015) apresenta a seguinte definição para Governança Corporativa:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas

práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

Pelas boas práticas de governança corporativa, o que assegura a equidade, a transparência, a prestação de contas, a responsabilidade pelos resultados, a redução dos custos de capital e o aumento do valor de mercado, ocorre a harmonização contratual e institucional em todos os relacionamentos sociais. Tais práticas cabem a todos os tipos de sociedades, das simples às empresárias, das limitadas às anônimas e àquelas de capital aberto ou fechado (Borgerth, 2007; Rossetti & Andrade, 2012). Fontes e Bronstein (2014, p. 39) complementam que:

Boas práticas de governança podem ser percebidas como regras e procedimentos que padronizam, estabilizam e roteirizam as práticas e processos de relacionamentos da empresa, trazendo com isso segurança, continuidade, impessoalidade e um maior formalismo, contribuindo para a criação de um ambiente estável e profissionalizado, e para a longevidade da empresa.

De acordo com Rossetti e Andrade (2012), são quatro os valores da governança corporativa: *fairness* – referindo-se à igualdade no tratamento dos acionistas, tanto no aumento da riqueza quanto nos resultados operacionais; *disclosure* – envolvendo a transparência informacional sobre as ações que impactam os negócios; *accountability* – relacionando-se à prestação de contas, com base nas melhores práticas de contabilidade e auditoria; e *compliance* – trazendo o atendimento consoante exigências legais e estatutárias da organização.

Para fazer frente à necessidade e atender às melhores práticas de governança corporativa, Rossetti e Andrade (2012) ressaltam a importância de uma estrutura hierárquica que contempla os órgãos de gestão, disposta na Tabela 2, em seguida:

Tabela 2
Órgãos da governança corporativa

Órgãos	Funções
Assembleia geral	Deliberar sobre questões de relevância maior; reformar os estatutos; eleger os administradores; eleger o conselho fiscal.
Conselho fiscal	Fiscalizar atos dos administradores; opinar sobre o relatório anual da administração; analisar e emitir opinião sobre as demonstrações contábeis; acompanhar o trabalho dos auditores independentes; denunciar irregularidades.
Conselho de administração	Eleger e avaliar desempenho da diretoria executiva; homologar e monitorar a estratégia dos negócios e as políticas nas áreas funcionais; definir expectativas de resultados e acompanhar sua efetivação; definir a criação e a constituição de comitês; escolher e contratar a auditoria independente; definir a constituição do comitê de auditoria.

Continua

Conclusão

Órgãos	Funções
Comitê de auditoria	Acompanhar e avaliar o ambiente de controle; identificar, avaliar e analisar os riscos relevantes da companhia; supervisionar a elaboração dos relatórios financeiros.
Auditoria independente	Verificar a conformidade no cumprimento de disposições legais; auditar as demonstrações financeiras; verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade.
Diretoria executiva	Interagir com o conselho de administração e executar as diretrizes emanadas; exercer a gestão dos negócios e das áreas funcionais; definir a estratégia e os planos operacionais, submetendo ao conselho de administração; prestar informações ao conselho de administração; produzir demonstrações financeiras, responsabilizando-se pela auditoria interna e integridade.
Auditoria interna	Organizar o ambiente interno de controle; interagir e contribuir com o sistema de auditoria estabelecido pela assembleia geral e pelo conselho de administração; implantar sistemas de controle e de auditoria, abrangendo todos os processos, práticas e rotinas internas; exigir conformidade para as demonstrações financeiras.

Nota. Fonte: Recuperado de Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (6a ed.), de J. P. Rossetti e A. Andrade, 2012, p. 258.

Segundo Miller (2005), os grandes objetivos da governança são: (i) melhorar o desempenho da entidade pela realização do objeto social, retornando riqueza à sociedade; (ii) facilitar a captação e melhorar a eficiência operacional dos recursos investidos, reduzindo os custos de capital. Sobre isso, Rossetti e Andrade (2012, p. 117) pontuam que “quando o valor da empresa é maximizado e sua sobrevivência de longo prazo é viabilizada, estabelecem-se condições que realmente atenderão aos múltiplos interesses que gravitam em torno dela”.

Entretanto, como apontam Järvinen e Myllymäki (2016), durante as duas últimas décadas, foram publicados diversos exemplos de fraquezas quanto à governança corporativa: por escândalos contábeis ou crises financeiras - que despertaram o interesse em pesquisas nas áreas contábeis e mercado financeiro; para buscar o entendimento sobre a eficácia dos controles internos aplicados nas organizações; sobre a publicação dos controles implementados e os comportamentos de gerenciamento de resultados.

Conforme Leal (2014), há dois problemas que podem distorcer a constatação da qualidade das práticas de governança corporativa: as métricas e a causalidade. A primeira dificuldade está relacionada a criar métricas e definir as respectivas variáveis, que serão escolhidas pelo pesquisador, considerado a viabilidade na obtenção e medição dos indicadores. A segunda é a causalidade, indicando que as variáveis analisadas são afetadas mutuamente por um fenômeno. Para esse caso, Leal (2014, p. 31) exemplifica que “é bem possível que empresas que tenham experimentado um aumento no seu valor de mercado podem melhorar a qualidade de suas práticas de governança corporativa, em decorrência disso”.

Conforme Clemente et al. (2014), estudos realizados no Brasil indicam a inexistência de convergência das práticas de governança corporativa para valorizar e apresentar os riscos das ações. De acordo com Sonza e Kloeckner (2014), a premissa da governança corporativa é que os administradores não necessariamente objetivam a atender às propostas dos acionistas e demais agentes econômicos interessados na organização.

Para Rossetti e Andrade (2012), embora a governança corporativa tenha o seu devido reconhecimento na gestão dos negócios, ainda não está totalmente incorporada pelo ambiente empresarial. Isso por se tratar de um instrumento recente de gestão, abrangendo vários aspectos empresariais, como as questões legais, financeiras, estratégicas e os modelos de gestão, adicionados a uma grande diversidade de modelos de governança corporativa. Segundo Leal (2014), é possível que a qualidade das práticas de governança corporativa para aumentar o valor das empresas no Brasil seja uma questão de fé por parte dos profissionais da área.

Em muitos países, a governança cabe a um conselho supervisor responsável pela proteção dos direitos dos acionistas e dos stakeholders. E o conselho, por seu turno, trabalha com uma equipe de alta gerência para implementar princípios de governança que assegurem a eficiência dos processos organizacionais. (Assi, 2012, p. 24).

Em suma, as organizações que adotam as melhores práticas de governança corporativa apresentam, por reflexo, a possibilidade de reduzir o custo de capital e aumentar o valor de mercado, em função da credibilidade empresarial instituída. Nesse cenário, a contabilidade tem papel fundamental nos mecanismos de governança corporativa, pois, ao gerar e divulgar as informações contábeis preparadas para os usuários externos, promove-se a governança eficiente das corporações. (Lopes, 2004; Mazzioni et al., 2015; Santos et al., 2015).

Entretanto, conforme Szuster, Szuster e Szuster (2009), para fortalecer a governança corporativa e resgatar a confiança dos investidores, foi criada, em 2002, a *SOX*. Consoante Saraiva (2005), as medidas adotadas nessa lei objetivam a buscar a confiança dos financiadores no mercado de capitais norte-americano, após a série de escândalos referentes à manipulação de demonstrações financeiras e fraudes contábeis ocorridas em grandes corporações, como Enron, WorldCom e Tyco.

2.3 Escândalos corporativos que levaram à criação da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002

Em se tratando de assimetria informacional e conflito de interesses entre os agentes econômicos, diversos escândalos corporativos foram expostos no início do século XXI, como a adulteração de demonstrações contábeis, os crimes de evasão fiscal e o uso de informações

privilegiadas para benefício próprio; ferindo, assim, os princípios e as regras de governança corporativa.

Como apontam Assi (2012), Borgerth (2007) e Lopes e Martins (2005), em novembro de 2001, a Enron, quinta maior empresa norte-americanas à época, pela investigação da *SEC*, admitiu a distorção dos lucros em US\$ 600 milhões nos quatro anos anteriores, por manipulação contábil, demonstrando, enganosamente, uma saúde financeira que permitisse captar recursos.

Segundo Lopes (2004), essa foi a empresa que apresentou maior repercussão nesse sentido. Ocorreu que, enquanto alguns executivos conheciam a situação da empresa, outros funcionários de menor escalão foram induzidos a comprar ações e, sem saber da real situação financeira, perderam o dinheiro aplicado, juntamente com os demais acionistas. Além de não cumprirem com sua parte na empresa, os poucos executivos conhecedores da situação ainda foram assessorados pelos auditores independentes que atuavam naquele momento.

A Enron teve como parceira para elaborar as fraudes contábeis uma das maiores empresas de auditoria independente do mercado, a Arthur Andersen, que compunha, até aquela época, o seleto grupo de empresas de auditoria conhecidas como *Big Five*. Essa empresa, além de contrariar as melhores práticas de independência para executar os trabalhos de auditoria, não só tinha ciência das práticas contábeis adotadas pela Enron, como também participava da estruturação das operações fraudulentas.

Com a exposição da Enron, não demorou muito para que a Arthur Andersen chegasse ao seu fim (Assi, 2012; Borgerth, 2007; Silveira, 2015). Szuster et al. (2009, p. 295) relatam que “as fraudes em empresas norte-americanas, em especial o caso Enron, trouxeram dúvidas quanto à total eficiência das regras norte-americanas, até então as únicas aceitas para captação de recursos no exterior”.

Assi (2012) e Borgerth (2007) citam também o caso WorldCom, conhecida como a segunda maior empresa de telefonia nos EUA, que pediu falência em julho de 2002. Essa empresa, a cada período de reporte, revisava seus números, envolvendo reclassificações contábeis sem a devida justificativa, objetivando a adequar os resultados às estimativas do mercado. Os trabalhos de auditoria também eram feitos pela Arthur Andersen.

Além dos escândalos contábeis citados, Borgerth (2007) relata diversos outros envolvendo manipulação de informação e fraude contábil, que ocorreram nos EUA, descobertos pela *SEC*, dentro de um mesmo espaço de tempo, como: Xerox, em 2002; Bristol-Myers Squibb, em 2002; Merck, em 2001; Tyco, em 2002 e Imclone Systems, em 2002.

Assi (2012) e Perera et al. (2014) complementam com outros exemplos de casos reais ocorridos em momentos posteriores à implementação da *SOX*: Parmalat, em 2003; Banco Santos, em 2004; Sadia, em 2008; Aracruz, em 2008; Banco Société Générale, em 2008; Satyam Computer Service, 2009; Banco Panamericano, em 2010 e Banco UBS AG, em 2011.

A dissemina o de boas práticas de governança não impediu, todavia, que o início do século XXI fosse marcado por escândalos e fraudes corporativas. Em resposta a essas ocorrências, as leis que regulam os mercados têm-se tornado mais severas, bem como as puni es dos envolvidos. Um dos exemplos   a Lei Sarbanes & Oxley, sancionada em 2002 nos Estados Unidos. Sua premissa maior   notória: a boa governança corporativa e as práticas  ticas do negócio não são mais requintes – são leis. (Pereira et al., 2012, p. 85)

Assim, para que os princípios de governança corporativa fossem efetivamente atendidos em consonância com os interesses comuns dos *stakeholders*, foi promulgada a *SOX*, em 2002, com o objetivo de resgatar a credibilidade do mercado e a confiança dos investidores. Dentre outras san es, obrigou a criar e manter controles internos para elaborar e divulgar informa es financeiras públicas, que objetivam a minimizar os conflitos de agência e reduzir a assimetria de informa o. (Clemente et al., 2014; Pereira, 2009; Saraiva, 2005).

2.4 Lei Sarbanes-Oxley, de 2002

Para fortalecer as boas práticas de governança corporativa, em fun o dos escândalos divulgados ao mercado financeiro no início do século XXI, o governo americano publicou, em 30/07/2002, a Lei Sarbanes-Oxley, também chamada de Sarbox ou *SOX*, de autoria do senador Paul S. Sarbanes e do deputado Michael G. Oxley.

Essa Lei trouxe novas obriga es normativas, objetivando a garantir prote o ao investidor, por uma série de reformas, como: exigências maiores de presta o de informa es, em especial as contábeis e financeiras, atribui o de responsabilidade aos administradores e cobrança para seu cumprimento (Assi, 2012; Borgerth, 2007; Pereira, 2009; Peters, 2004; Rossetti & Andrade, 2012; Silveira, 2015; Szuster et al., 2009).

A Lei Sarbanes-Oxley de 2002 reescreveu, literalmente, as regras para a governança corporativa, relativas   divulga o e   emissão de relatórios financeiros. Contudo, sob a infinidade de páginas da Lei, repletas de “legalismos”, reside uma premissa simples: a boa governança corporativa e as práticas  ticas do negócio não são mais requintes – são leis. (Deloitte Touche Tohmatsu, 2003, p. 3)

Segundo Borgerth (2007) e Saraiva (2005), tais medidas buscaram restabelecer o nível de confiança nas informa es geradas pelas empresas para os financiadores que atuam no mercado de capitais norte-americano, como resposta   manipula o de balanços financeiros e

fraudes contábeis ocorridas em grandes corporações americanas. Sobre isso, Silveira (2015, p. 39) destaca que:

A *SOX* foi a mais importante mudança de regulação das companhias norte-americanas desde a promulgação das primeiras leis sobre valores mobiliários de 1933 e 1934. Seu objetivo foi definido como “proteger os investidores por meio de aprimoramento da precisão e da confiabilidade das informações divulgadas pelas companhias”.

Essa Lei impôs às empresas a criação e manutenção de controles internos como base para garantir regras e princípios de governança corporativa, cuja obrigatoriedade, até sua promulgação, era inexistente. Segue na Figura 3, adiante, o vácuo entre a governança corporativa e os controles internos, preenchido após sua entrada em vigor:



Figura 3. A necessidade de controles internos como base para a governança corporativa.

Fonte: Recuperado de “Lei Sarbanes-Oxley: Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos”, de Deloitte, 2003, p. 7.

Ao estabelecer punições, como multas milionárias ou longos períodos de reclusão, para os administradores, em caso de conduta em desacordo com as determinações legais, referida Lei atua como importante mecanismo de controle e limitação à livre atuação dos agentes. Obviamente, há custos envolvidos em seu cumprimento, mas se espera que os benefícios aos proprietários superem a redução de riqueza ocorrida para adequar e manter uma estrutura de controles internos que suporte as exigências legais.

Conforme Pereira (2009), as empresas aproveitaram a oportunidade para mapear os processos empresariais, em busca de identificar opções para reduzir os custos operacionais e fornecer melhoria nesses mesmos processos. Entre os diversos assuntos tratados na *SOX*, de 2002, de acordo com Assi (2012), Borgerth (2007) e Pereira (2009), capitulam-se os seguintes:

- I. seções 101 a 109: Criação do órgão de supervisão do trabalho dos auditores independentes, o *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)*;
- II. seções 201 a 209: Independência do auditor;
- III. seções 301 a 308: Aumento da responsabilidade corporativa;
- IV. seções 401 a 409: Aumento do nível de divulgação das demonstrações contábeis;
- V. seção 501: Conflito de interesses de analistas;
- VI. seções 601 a 604: Comissão de recursos e autoridade;
- VII. seções 701 a 705: Estudos e relatórios;
- VIII. seções 801 a 807: Prestação de contas das empresas e fraudes criminais;
- IX. seções 901 a 906: Aumento das penalidades para crimes de colarinho branco;
- X. seção 1001: Declaração de imposto de renda;
- XI. sessões 1101 a 1107: Fraudes corporativas e prestação de contas.

Essa Lei dever ser seguida por todas as empresas com ações listadas nos EUA, inclusive as estrangeiras com títulos *ADRs*, emitidos naquele mercado de capitais, como as companhias brasileiras Vale, Petrobras, Gol, Gerdau, etc. Coube à *SEC* a responsabilidade de conciliar o incremento dessa Lei com os demais interesses por ela regulados (Assi, 2012; Pereira, 2009; Peters, 2004).

Essa Lei promoveu diversas alterações na regulamentação norte-americana quanto ao mercado de capitais. Entretanto, as mais relevantes estão alinhadas à preocupação em garantir qualidade e transparência nas informações prestadas aos interessados, buscando atender, por força de lei, aos princípios de governança corporativa.

Segundo Pereira (2009) e Rossetti e Andrade (2012), essa lei implementou a necessidade de controles internos para elaborar e divulgar as demonstrações contábeis, cujo objetivo é a transparência da gestão empresarial; ou seja, atender às boas práticas de governança corporativa. “De forma ainda mais notável, a Lei Sarbanes-Oxley privilegia o papel crítico do “controle interno”” (Deloitte, 2003, p. 3).

As seções 302 – Certificação trimestral e anual dos controles e procedimentos de divulgação, e 404 – Avaliação anual dos controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios públicos, são os destaques entre as diversas abrangências dessa Lei.

2.4.1 Seção 302 – Certificação trimestral e anual dos controles e procedimentos de divulgação

Foram estabelecidas regras para todos os administradores envolvidos, como conselheiros, *Chief Executive Officer (CEO)*, *Chief Financial Officer (CFO)*, diretores, auditores, analistas de mercados e advogados envolvidos com as organizações de capital aberto.

Segundo Pereira (2009), Peters (2004), Silveira (2015) e Szuster et al. (2009), os *CEO* e os *CFO*, em particular e individualmente, tiveram a obrigatoriedade de atestar a fé pública das informações contábeis, pelas declarações que indicam a assunção pela responsabilidade dos controles internos para divulgar informações contábeis.

A *SOX* atribuiu a reponsabilidade pelas informações aos administradores das empresas, que devem declarar ser conhecedores do conteúdo, garantindo a qualidade das demonstrações contábeis. Ainda, indicando que as situações financeira e operacional divulgadas estão alinhadas aos normativos expedidos pela *SEC*, cuja exigência abrange os controles internos para divulgar informações contábeis. (Assi, 2012; Peters, 2004; Silveira, 2015; Szuster et al., 2009).

Na declaração assinada pelos *CEO* e *CFO*, publicada nos relatórios anuais 20-F, consta, além da responsabilidade pelos controles internos para divulgar informações contábeis, que desenharam, ou supervisionaram, o leiaute que assegura que essas cheguem ao conhecimento público; avaliaram a eficácia dos controles a cada período; apresentaram a conclusão quanto à eficácia dos controles e todas as deficiências significativas detectadas nos controles internos; levaram os atos de fraude envolvendo quaisquer pessoas ligadas à empresa ao correspondente Comitê de Auditoria e aos auditores independentes, e indicaram todas as alterações nos controles internos quando relatório anual 20-F foi arquivado. (Church & Schneider, 2016).

Essa seção da *SOX* entrou em vigor em agosto de 2002, preliminarmente à aplicação da seção 404.

2.4.2 Seção 404 – Avaliação anual dos controles e procedimentos internos para a emissão dos relatórios financeiros

A *SOX*, na seção 404, ressalta a necessidade de avaliação anual para os controles internos que norteiam as formas mais adequadas de elaborar e divulgar as demonstrações contábeis, indicando maior transparência e credibilidade aos negócios corporativos (Assi, 2012; Pereira, 2009; Silveira, 2015).

Essa seção da Lei determina que as empresas apresentem, no relatório anual 20-F, uma certificação, emitida pelos administradores, acerca dos controles internos, em cujo teor deve constar: a afirmação da responsabilidade pela criação e manutenção de controles internos, para emitir relatórios contábeis; a avaliação e a conclusão sobre a eficácia dos controles internos, para emitir relatórios contábeis; e a declaração de que a auditoria independente examinou e reportou a avaliação da administração sobre os controles internos, para emitir relatórios financeiros públicos. 2.5 Controles internos

Pela *SOX*, as organizações devem proceder com os controles internos para elaborar e divulgar as demonstrações contábeis, de forma que seja feita a devida verificação pelas auditorias internas e externas (Assi, 2012; Borgerth, 2007; Pereira, 2009; Peters, 2004).

Assim, um sistema de controle interno funcional é muito importante para as organizações, pois é condição *sine qua non* elaborar e preparar informações contábeis confiáveis, segundo os princípios contábeis geralmente aceitos, direcionadas aos interessados externos à organização, para que tenham condições de tomar as melhores decisões. (Johnstone, Li, & Rupley, 2011; Kanagaretnam, Lobo, Ma, & Zhou, 2016).

Controle interno define-se como o planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção. (Migliavacca, 2004, p.17).

Os controles internos têm grande utilidade para avaliar o processo de gestão empresarial, que resultam na melhor tomada de decisão operacional; na obtenção de informações pontuais; conquista da confiança dos investidores; mitigação da evasão de recursos; obtenção de vantagens competitivas, etc., objetivando a preservar o valor do acionista e, conseqüentemente, agregar valor à organização.

Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração, para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. Conforme afirmam Gil et al. (2013) e Pereira (2009), onde não existe controle interno, ou quando existem, mas são desconsiderados pelos administradores, em geral, ocorrem erros e desperdícios, prejudicando o resultado da empresa.

[...] o controle é uma ferramenta que possibilita assegurar a efetiva realização ou reavaliação das estratégias, dos objetivos e das metas, quando não da própria empresa, ao permitir a identificação do grau de aderência por parte de todos os níveis hierárquicos e a consecução dos objetivos de negócio. O princípio do controle permite identificar se um trabalho está sendo executado de acordo com as normas estabelecidas e o respectivo plano delineado. (Gil et al., 2013, p.119).

Consoante Domingues (2016), controles internos são elementos importantes para os administradores das empresas, pois são a referência para avaliações permanentes dos objetivos estratégicos e operacionais; ou seja, após a implantação, poderão amenizar ou mitigar problemas que impeçam o alcance dos objetivos.

De forma ampla, o termo sistema de controles internos significa todas as políticas, sistemas, procedimentos, instruções, registros e instrumentos adotados pela administração de uma empresa, para auxiliá-la a atingir o objetivo de assegurar, tanto quanto for praticável, um modo ordenado e eficiente de conduzir seus negócios; incluindo o cumprimento de políticas administrativas, a salvaguarda de ativos, a prevenção e detecção de fraude ou erro, a precisão e integridade dos registros contábeis e a preparação oportuna de informações contábeis confiáveis (Gil et al., 2013; Migliavacca, 2004; Monteiro, 2015; Pereira, 2009; Perera et al., 2014).

A *SOX* objetivou a melhorar as demonstrações contábeis apresentadas pelas grandes empresas que acessam o mercado de capitais norte-americano, procurando conceder maior robustez aos controles internos contábeis. A situação de fragilidade desses controles contábeis, em algumas empresas, acarretou alterações nos sistemas de controles internos administrativos, induzindo modificações no plano de organização geral da empresa e nos seus métodos e procedimentos (Assi, 2012).

2.5.1 Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* é uma instituição criada em 1985 para assessorar a *SEC*, com objetivos singulares, como a melhoria das demonstrações financeiras baseadas na ética, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa, que, alinhados, buscam prevenir e evitar as fraudes corporativas.

Para atender à *SOX*, mais especificamente a seção 404, era necessário utilizar um protocolo aceitável para avaliar a efetividade dos controles internos contábeis e a estrutura adotada. De forma ampla, foi o *Internal Control - Integrated Framework*, também conhecido como *Coso I*, desenvolvido pelo *COSO*. (Assi, 2012; Gil et al., 2013; Monteiro, 2015; Pereira, 2009; Peters, 2004). “Embora existam outras estruturas de controles internos, espera-se que o *Coso* se torne o modelo dominante, e sua adoção é recomendável” (Deloitte, 2003, p. 4). Desde então, o *Coso* passou por várias revisões, objetivando tanto a atualizar quanto abranger a estrutura integrada para os controles internos.

2.5.1.1 *Coso I*

O *Internal Control - Integrated Framework*, também conhecido como *Coso I*, aborda a estrutura de controles internos na organização. Essa estrutura está, atualmente, em sua segunda versão, conforme demonstrado na sequência.

2.5.1.1.1 *Coso I – 1º versão*

O *Coso I* foi criado em 1992 e atualizado em 1994, trazendo a definição de controle interno e elaborando critérios para avaliar os sistemas de controle, para garantir a confiabilidade da elaboração das demonstrações contábeis e a prevenção de fraudes. Segundo Assi (2012) e Peters (2004), a avaliação dos controles internos contábeis é feita pela verificação do alinhamento ou integração existente entre os cinco componentes de controle, relacionados a seguir:

- a) Ambiente de controle: indica o compromisso com a integridade e os valores éticos, estabelecendo autoridades e responsabilidades, e a preocupação com o relacionamento exterior da entidade; em geral, a alta administração é a responsável por estabelecer as condutas empresariais;
- b) avaliação de risco: identifica todos os riscos relacionados ao negócio em nível de atividades, priorizando aqueles que possam impedir ou prejudicar o alcance dos objetivos;
- c) atividades de controle: inerente à seleção e ao desenvolvimento de atividades de controles com o uso da tecnologia, ao elaborar políticas, padrões e procedimentos de controle, visando a alcançar os objetivos traçados e mitigar riscos existentes;
- d) informação e comunicação: relacionado à geração de informação relevante e comunicação interna e externa da entidade, entre os diversos níveis hierárquicos da estrutura organizacional; e
- e) monitoramento: relacionado ao monitoramento contínuo, às avaliações independentes e ao apontamento das deficiências ocorridas.

O *Coso I* estabelece, ainda, que a categoria estrutura organizacional, composta por conselho diretor, administração e colaboradores das organizações, é responsável pelo processo de controle interno, garantindo atendimento da categoria de objetivos de controle:

- I. eficácia e eficiência de operações, que buscam alcançar os objetivos de negócio das entidades, envolvendo o desempenho operacional, a estratégia empresarial e a proteção dos recursos;
- II. confiabilidade dos relatórios financeiros, pela preparação e divulgação confiáveis dos relatórios financeiros e outras informações pertinentes; e
- III. cumprimento das leis e regulamentos pertinentes, atendendo às determinações previstas às quais as entidades estão sujeitas, em função da atividade desenvolvida, para não incorrer em prejuízos financeiros, operacionais e de mercado.

O propósito dos cinco componentes inter-relacionados é otimizar as operações empresariais para atender às categorias de objetivos, pela gestão e supervisão das atividades e unidades vinculadas a uma estrutura organizacional de controle interno.

Segue, na Figura 4, a inter-relação entre as categorias de componentes de controle (primeira dimensão), objetivos de controle (segunda dimensão) e a estrutura organizacional da entidade (terceira dimensão):



Figura 4. O cubo Coso I – 1º versão.

Fonte: Recuperado de “Nova Framework Coso 2013: O que mudou e como aplicar nas organizações”, de P. Peralta, 2014, XXI Conferência Anual IPAI - Auditoria Interna: Controle Interno e Governança. Recuperado de http://www.ipai.pt/fotos/gca/201411_ipai_coso_icf_2013_vfinal_1416586714_1502735946.pdf

2.5.1.1.2 Coso I – 2º versão

A última atualização no *Coso* foi em 2013 (Figura 5, adiante), com destaques para as seguintes alterações: verificação, de forma mais facilitada, da conformidade com a *SOX*; generalização do objetivo dos relatórios, de financeiros para gestão em geral; e apresentação de 17 princípios associados aos componentes do sistema de controle interno. Com essa versão, a anterior foi descontinuada em 15/12/2014.



Figura 5. O cubo Coso I – 2º versão.

Fonte: Recuperado de “The 2013 COSO Framework & SOX Compliance: One approach to na effective transition”, de J. P. S. McNally, 2013, Strategic Finance, p. 48.

Os 17 princípios citados, segundo McNally (2013) e Peralta (2014), são:

- a) **Para o componente ambiente de controle:**
 1. Compromisso com integridade e os valores éticos;
 2. Exercício de responsabilidade pela supervisão;
 3. Estabelecimento de estrutura, autoridade e responsabilidade;
 4. Compromisso com a competência;
 5. Delegação de responsabilidades;
- b) **Para o componente avaliação de risco:**
 6. Especificação de objetivos adequados;
 7. Identificação e análise de riscos;
 8. Avaliação do risco de fraude;
 9. Identificação e análise de mudanças significativas;
- c) **Para o componente atividades de controle:**
 10. Seleção e desenvolvimento de atividades de controle;
 11. Seleção e desenvolvimento de atividades de controle sobre a tecnologia;
 12. Implantação de políticas e procedimentos;
- d) **Para o componente informação e comunicação:**
 13. Utilização de informação relevante;
 14. Comunicação interna;
 15. Comunicação externa;
- e) **Para o componente monitoramento:**
 16. Avaliações contínuas e/ou separadas; e

17. Avaliação e comunicação de deficiências.

2.5.1.2 Coso II

Essa estrutura, denominada *Enterprise Risk Management Framework*, trata do gerenciamento de riscos existentes na gestão empresarial. Também passou por uma atualização em 2017, conforme a seguir.

2.5.1.2.1 Coso II – 1º versão

Em 2004, foi criada uma nova estrutura integrada do *Coso*, para complementar a versão anterior e aumentar a abrangência dos controles internos, abordando a gestão de riscos empresariais. Essa estrutura foi denominada *Enterprise Risk Management Framework*, que alterou o nome do componente ambiente de controle para ambiente interno e agregou outros três, conforme a seguir:

- a) estabelecimento de objetivos, para fins de suporte e alinhamento à missão da entidade;
- b) identificação de eventos, relacionada à identificação e distinção de riscos e oportunidades que podem afetar a realização dos objetivos; e
- c) resposta ao risco, que determina a tolerância da organização quando os riscos confrontam os padrões de controles.

Em adição às categorias de objetivos de controles, foi acrescentada a categoria estratégia. A inter-relação da nova estrutura está apresentada na Figura 6, adiante:



Figura 6. O cubo Coso II – 1º versão.

Fonte: Recuperado de “COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Sumário executivo e estrutura”, de PriceWaterHouseCoopers, 2007, p. 23.

2.5.1.2.2 Coso II – 2º versão

Em 2017, o *COSO* publicou a nova *Enterprise Risk Management Framework*, que considera as modificações de mercado e do ambiente de negócios ocorridas nas últimas décadas.

Diferentemente das versões e atualizações anteriores, essa nova versão do *Coso II* não se apresenta na forma do cubo, conforme a Figura 7, adiante, que aponta a direção e o desempenho da entidade por meio de missão, visão e valores:



Figura 7. Direção e desempenho da entidade a partir da missão, visão e valores.

Fonte: Recuperado de “Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance: Executive summary”, de COSO, 2017, p. 5.

Segundo Vale (2017), essa versão não considera um local ou uma unidade, mas a constituição conjunta entre cultura, competências e práticas integradas à estratégia da organização, com objetivo de criar, preservar e realizar valor pela gestão de risco. Conforme Figura 8, adiante:



Figura 8. O modelo Coso II – 2º versão.

Fonte: Recuperado de “Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance: Executive summary”, de COSO, 2017, p. 6.

Na Figura 8, anterior, demonstra-se o inter-relacionamento dos princípios organizados entre os cinco componentes descritos, segundo Bouça (2017) e *COSO* (2017), como:

a) Governança e cultura:

1. Exercício de supervisão do conselho sobre os riscos estratégicos e operacionais;
 2. Estabelecimento de estrutura operacionais;
 3. Definição de cultura desejada;
 4. Demonstração de compromisso com os valores essenciais;
 5. Atração, desenvolvimento e retenção de pessoas capacitadas;
- b) Estratégia e definição de objetivos:**
6. Análise do contexto de negócio;
 7. Definição do apetite ao risco;
 8. Avaliação de estratégias alternativas;
 9. Formulação dos objetivos do negócio;
- c) Desempenho:**
10. Identificação dos riscos;
 11. Avaliação da gravidade dos riscos;
 12. Priorização dos riscos;
 13. Implementação de respostas aos riscos;
 14. Desenvolvimento da visão de portfólio;
- d) Avaliação e revisão:**
15. Avaliação de mudança substancial;
 16. Avaliação de risco e desempenho;
 17. Prosseguimento de melhorias no gerenciamento de riscos corporativos;
- e) Informação, comunicação e relatórios:**
18. Aproveitamento de informações e tecnologia;
 19. Comunicação de informações sobre os riscos; e
 20. Relatórios sobre riscos, cultura e desempenho executivos.

2.5.2 Reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos

O controle interno pode ser entendido como um mecanismo de identificação e sinalização de fragilidades e ameaças. Esse aspecto poderia não só facilitar a geração de resultados, mas também mitigar os riscos empresariais, protegendo informações, resultados e os investimentos dos acionistas e demais agentes (Assi, 2012; Gil et al., 2013).

De acordo com a *SEC Release No° 34-75935*, que aprovou a *PCAOB Release No° 2015-002*, que dispõe sobre o *Auditing Standards (AS) 1305 Communications About Control Deficiencies in an Audit of Financial Statements*, os controles internos são avaliados

periodicamente e, quando da ocorrência, a ineficácia pode gerar diferentes tipos de deficiências, em grau crescente de criticidade:

- I. deficiência de controle: embora não sejam consideradas deficiências significativas, representam falhas no desenho do controle interno; logo, são importantes o suficiente para que a administração mantenha a atenção;
- II. deficiência significativa: é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, que representa falhas no desenho ou na operação dos controles internos, que devem estar sob a atenção dos gestores de governança, segundo avaliação profissional dos auditores; e
- III. fraqueza material: é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências nos controles internos contábeis, que representa razoável possibilidade de distorção relevante nas demonstrações contábeis, que não possa ser prevenida ou detectada tempestivamente; situações desse tipo devem ser, obrigatoriamente, divulgadas.

Conforme Figura 9, em seguida:

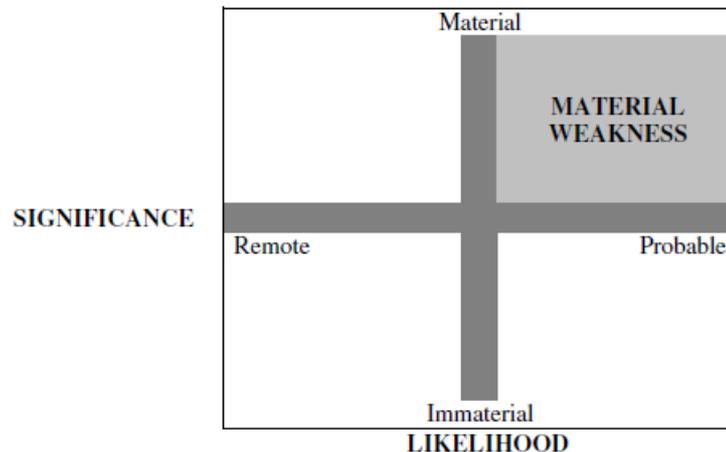


Figura 9. Avaliação de deficiência de controle interno.

Fonte: Recuperado de “The disclosure of material weakness in internal control after the Sarbanes-Oxley Act”, de W. Ge e S. McVay, 2005, Accounting Horizons, p. 140.

Na Figura 9, anterior, apresenta-se um diagrama com as duas dimensões consideradas ao avaliar uma deficiência no controle interno: a probabilidade de distorção e a significância dessa potencial distorção. Sobre isso, Church e Schneider (2016, p.176-177) relatam que “uma deficiência significativa é menos severa que uma fraqueza material, mas importante o suficiente para ser levado à atenção daqueles encarregados pela governança”.

Segundo Ge e McVay (2005), uma fraqueza material deve ser relatada se houver mais do que uma chance remota de um erro material resultar da deficiência. Nas situações em que a avaliação dos controles internos, realizada pelos administradores das empresas, detectar evidências de que existem deficiências que possam impactar a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis, devem ser avaliadas; e a depender da gravidade, divulgadas nos relatórios anuais 20-F, como fraquezas materiais nos controles internos contábeis.

A fraqueza material é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, nos controles internos, voltada à elaboração e a divulgação de informações contábeis, de forma que poderia existir razoável possibilidade de que uma distorção relevante nas demonstrações contábeis não fosse prevenida ou detectada tempestivamente. As distorções podem ser decorrentes de diversas incorreções e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma concepção razoável, os resultados dos *stakeholders* que tomam suas decisões com base nos relatórios financeiros públicos.

Para Pereira (2009), as fraquezas materiais podem trazer implicações nas demonstrações contábeis das empresas e, quando ocorrem, devem ser reportadas. Seu reconhecimento tem ocorrido, em geral, nas área de controle de gerenciamento, tecnologia e na contábil (conciliação, fechamento, julgamento gerencial, ativos físicos e intangíveis e reconciliação entre princípios contábeis de países distintos).

Conforme Church e Schneider (2016), a divulgação de deficiências materiais pode levar os investidores a questionar a confiabilidade dos relatórios financeiros. Além disso, podem verificar a possibilidade de distorções relevantes e não-conformes com os princípios contábeis geralmente aceitos.

As principais limitações inerentes aos controles internos são: erros de julgamento por informações inadequadas, falhas devido à falta de entendimento, conluio de indivíduos com intuito de alguma vantagem e atos praticados pela administração com objetivos ilegítimos. O sistema de controle interno é fundamental para que o auditor emita seu parecer sobre as práticas contábeis e administrativas adotadas, e evidenciar as possíveis deficiências que o sistema possa apresentar (Borgerth, 2007; Pereira, 2009).

Diante do exposto, entende-se a importância e a necessidade de elaborar e divulgar as demonstrações contábeis com base em controles internos contábeis que apresentam avaliações eficazes, garantindo a relevância e a representação fidedigna das informações a todos os usuários interessados pela entidade. A certificação das avaliações dos controles internos contábeis está em consonância com a *SOX*, cuja obrigatoriedade vai ao encontro do atendimento às boas práticas de governança corporativa; consequentemente, minimizam os

conflitos de agência e reduzem assimetria de informação, pela função utilidade da informação contábil.

2.6 Pesquisas anteriores sobre fraquezas materiais nos controles internos contábeis

Nesta seção, apresenta-se a revisão de literatura sobre o objeto de estudo desta pesquisa, e os trabalhos acadêmicos desenvolvidos anteriormente sobre as fraquezas materiais nos controles internos contábeis.

2.6.1 Pesquisas nacionais

Perera et al. (2014) investigaram a eficiência do sistema de controle interno no combate às fraudes corporativas. Entre os principais resultados, verificaram que as atividades vinculadas ao sistema de controle interno têm desempenhado, de forma eficaz, as funções de combate às fraudes corporativas. Corrupção e apropriação indébita de ativos são tipos de fraudes combatidas com maior eficiência pelo canal de denúncias; controles internos e *compliance*. Fraudes em demonstrativos financeiros são percebidas com maior precisão pela auditoria externa.

Souza (2012) identificou que, ao impor a avaliação dos controles internos consoante a *SOX*, as empresas com ações negociadas no mercado norte-americano são obrigadas a apresentar um relatório, emitido pelos gestores, que indica a ocorrência de controle interno eficaz ou com indicativo de fraquezas materiais. A pesquisa tem abordagem documental, com informações colhidas do relatório 20-F, para análise de forma e conteúdo dos relatórios divulgados. As fraquezas materiais reportadas foram identificadas e categorizadas.

A amostra considerou todos os relatórios 20-F disponíveis de todas as 76 empresas, dos sete países latino-americanos, de 2006 a 2011. Os resultados apontaram a inexistência de padronização na apresentação do item 15, constante nos relatórios 20-F, existindo diversos tipos estruturais de apresentação. Constatou-se que apenas 13 empresas de três países apresentaram fraquezas materiais. Ao todo, foram evidenciadas 46 fraquezas, na grande maioria, relacionadas ao reconhecimento de receita e processo de fechamento de relatórios anuais.

2.6.2 Pesquisas internacionais

Pelo fato de a *SOX* ser uma lei norte-americana aplicada às empresas domésticas e estrangeiras, com títulos emitidos naquele mercado de capitais, existe uma grande quantidade de pesquisas sobre fraquezas materiais e controles internos contábeis publicada nos periódicos

daquele país, que utilizam, principalmente, informações de empresas domésticas como objeto de estudo para o assunto fraquezas materiais nos controles internos.

Donelson, Ege e McInnis (2017) examinaram se e como as fraquezas nos controles internos aumentam o risco de fraudes em relatórios financeiros pela alta administração. Existe um debate de longa data sobre se a intensidade do controle afeta, significativamente, o risco de fraude, ainda que haja poucas evidências sobre essa questão. A pesquisa apresentou uma forte associação entre fraquezas materiais e futuras revelações de fraudes, atribuído às fraquezas de controles internos, que possibilitaram maior oportunidade aos administradores de cometerem fraudes, sinalizando características de gerenciamento que não priorizem qualidade e integridade aos relatórios.

Church e Schneider (2016) relataram os resultados de uma experiência destinada a investigar a reação dos participantes a divulgações trimestrais e anuais de controles internos. As trimestrais incluem a divulgação pelos gerentes de nenhuma deficiência de controle, deficiência significativa ou fraqueza material. E as anuais incluem a opinião dos auditores sobre o controle interno, que afirma a divulgação anterior dos gerentes ou revela novas informações.

Descobriram que os participantes reagem negativamente à divulgação de uma fraqueza material, como seria de se esperar; investem menos em uma empresa-alvo quando o controle interno é ineficaz e não efetivo. Em comparação, não reagem negativamente à divulgação de uma deficiência significativa. Descobriram ainda que eles reagem positivamente a tal divulgação, acompanhada de uma opinião de auditoria limpa (não qualificada) sobre o controle interno. Análises subsequentes indicaram que as decisões de investimento dos participantes são afetadas por suas avaliações da confiabilidade das demonstrações financeiras e pela credibilidade da administração.

Järvinen e Myllymäki (2016) investigaram as evidências de fraquezas materiais, de que trata a seção 404 da *SOX*, quanto ao comportamento de gerenciamento de resultados. Em comparação às empresas que mantêm controle interno eficaz, as que reconhecem fraquezas materiais em seus controles internos contábeis tendem a se envolver com manipulação de atividades operacionais; por exemplo, a superprodução de estoques, implicando no uso de métodos de gerenciamento de resultados, pela administração, em prejuízo ao compromisso com um sistema de controle interno eficaz de alta qualidade.

A pesquisa indica que a divulgação de fraquezas materiais induz o empenho da administração ao eliminar as reações negativas dos *stakeholders*, pela real gestão dos resultados, que não é facilmente detectada ou é restrita para pessoas de fora da empresa. Em

geral, o estudo sugere que as fraquezas materiais sobre os controles internos sinalizam que a administração está mais inclinada a empregar o gerenciamento de resultados.

Rose, Rose e Norman (2016) examinaram se os investidores alteraram suas avaliações de risco de investimento, em resposta às correções de fraquezas de controle de material e à natureza da divulgação original das fraquezas. Os autores encontraram evidências que indicaram que a forma de divulgação das fraquezas de controle cria efeitos duradouros nos investidores, mesmo após sua correção. Os resultados indicaram que os efeitos da confiança persistem, mesmo depois que essas fraquezas são remediadas.

Sun (2016) pesquisou a relação entre o reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos para elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e o nível de investimento das respectivas organizações, tendo como base a opinião dos auditores acerca dos controles internos. Descobriu que as empresas que recebem o parecer adverso sobre os controles internos têm menor nível de investimento do que as que recebem parecer limpo. Ainda, que as que divulgaram fraquezas materiais em seus controles internos reduziram os investimentos, aumentando os volumes tão logo essas fraquezas tenham sido remediadas.

Além disso, identificou que essas reduções de investimentos são motivadas pela diminuição dos componentes de investimentos relativamente arriscados, como aquisições, pesquisa e desenvolvimento, etc. Os resultados sugerem que a avaliação e divulgação dos controles internos têm influência significativa nas decisões operacionais das empresas.

Rice et al. (2015) examinaram diversas penalidades que poderiam servir como mecanismo de execução da *SOX*, focando nas empresas com reapresentação de seus relatórios públicos. Algumas divulgaram anteriormente suas fraquezas nos controles, conforme requerido, e outras reconheceram somente após a reapresentação. Não foram identificadas evidências de que as penalidades são mais prováveis para empresas, gerentes ou auditorias que falharam em reportar a existência de fraquezas materiais. Em vez disso, as ações coletivas e a rotatividade de administradores e auditorias são todas mais prováveis na ocorrência de uma reapresentação, quando fraquezas no controle tinham sido reportadas anteriormente.

Além disso, descobriram evidências semelhantes, embora mais fracas, sobre sanções da *SEC*. Esses resultados são consistentes com a divulgação de fraquezas nos controles, que dificultam a administração de reivindicar, de forma admissível, que desconheciam condições inerentes que levaram à reapresentação. Os resultados também sugerem que os mecanismos de execução públicos e privados em torno da seção 404 da *SOX* são improváveis em fornecer incentivos convincentes para conformidade; ainda, em oferecer uma explicação potencial do

motivo de muitas rerepresentações serem emitidas por empresas que alegaram, anteriormente, ter controle interno efetivo.

Feng et al. (2015) investigaram se o controle interno ineficaz sobre os relatórios financeiros tem implicações para as operações das empresas, examinando a associação entre fraquezas materiais nos controles internos relacionados aos estoques e administração de estoques das empresas.

Descobriram que as empresas com as fraquezas materiais relacionadas aos estoques têm, sistematicamente, menor taxa de rotatividade do estoque, e são mais prováveis em reportar *impairment* dos estoques em relação àquelas com controle interno efetivo sobre os relatórios financeiros. Descobriram, também, que a taxa de rotatividade dos estoques aumenta para as empresas que corrigem as fraquezas materiais relacionadas ao monitoramento dos estoques.

As empresas que remediaram as fraquezas materiais também perceberam aumento nas vendas, no lucro bruto e fluxo de caixa operacional. Enfim, avaliou-se a generalização das descobertas, examinando todas as fraquezas materiais nos controles internos sobre relatórios financeiros, independentemente do tipo, apresentando evidências de que o retorno sobre os ativos das empresas está associado à existência e remediação de fraquezas materiais. Em geral, as descobertas suportam a hipótese geral de que controle interno sobre relatórios financeiros tem um efeito economicamente significativo nas operações das empresas.

Myllymäki (2014) examinou se as divulgações de fraquezas materiais, relacionadas à seção 404 da *SOX*, são preditivas da qualidade do relatório financeiro. Encontrou evidências de que, para as empresas com histórico de fraquezas materiais, a probabilidade de distorções nas informações financeiras continua a ser, significativamente, maior por dois anos após o último relatório com fraquezas materiais, quando comparada com as empresas sem histórico de fraquezas materiais.

As descobertas implicam ainda que o motivo das incidências de distorções é a omissão generalizada de problemas de controle. De forma particular, em muitos casos, as futuras distorções não estão relacionadas aos tipos de fraquezas materiais divulgados em períodos anteriores, sugerindo que alguns não são reconhecidos; portanto, os problemas de controle são ainda mais abrangentes do que o identificado. Em geral, os achados desse estudo destacam a importância de identificar e divulgar fraquezas materiais nos controles internos.

Balsam et al. (2014) examinaram se os incentivos financeiros, associados à participação acionária, induzem os gerentes a manter controles internos eficazes. A partir da ideia de que a propriedade de ações fornece incentivos gerenciais para fortalecer os controles

internos da empresa, identificaram que a probabilidade de ocorrer uma fraqueza material reduz com aumentos nos incentivos em ações. Outras análises sugerem que esses resultados estão mais aproximadamente relacionados aos problemas com controles internos de nível empresarial, mais fortemente associados a incentivos fornecidos por ações restritas, e mais altamente correlacionados a incentivos do *CFO* do que com aos do *CEO*.

Mitra et al. (2013) examinaram a relação entre o conservadorismo contábil e os pontos fracos do controle interno, no período pós-*SOX*, quando as empresas norte-americanas foram submetidas a regulamentações mais rigorosas e aprimoraram a supervisão e fiscalização corporativa.

As análises multivariadas mostraram que as empresas com fraquezas nos controles internos mudaram significativamente sua prática conservadora de relatórios, do período pré ao pós-*SOX*. Mostraram ainda que essas firmas exibiram maior conservadorismo contábil no período pós-*SOX*, em comparação com as firmas com controles internos efetivos.

O resultado é, principalmente, impulsionado pelo aumento do conservadorismo condicional pelas empresas com fraquezas nos controles internos no nível da empresa, mais difundidas, menos auditáveis e mais difíceis de detectar e prevenir. Além disso, descobriram que a diferença no conservadorismo entre as firmas pontos fracos nos controles internos e aquelas com controles internos efetivos é mais proeminente nos primeiros três anos pós-*SOX*, do que nos últimos três anos pós-*SOX* do período da amostra.

Essas constatações sugerem que aprimorar a supervisão e a conferência das empresas levou as firmas com fraquezas nos controles internos a usarem mais conservadorismo contábil, em um esforço para reduzir a incerteza dos relatórios, aumentar a confiabilidade das informações e promover a eficiência da contratação.

Johnstone et al. (2011) testaram um modelo conceitual do processo que as empresas usam para remediar eventos negativos em geral e fraquezas materiais nos controles internos especificamente, com foco no papel das mudanças na estrutura de governança. Os resultados revelaram uma associação positiva entre a divulgação de fraquezas materiais e a subsequente rotatividade de membros do conselho de administração, comitês de auditoria e alta administração. Adicionalmente, ilustram uma associação positiva entre a remediação de fraquezas materiais e melhorias nas características dos conselhos de administração, comitês de auditoria e alta administração.

Ge e McVay (2005) expuseram uma amostra com 261 empresas, que apresentaram, pelo menos, uma fraqueza material nos controles internos em seus arquivos *SEC* depois da data efetiva da *SOX*. Com base nas descrições das fraquezas materiais divulgadas pelos

gestores das empresas, descobriram que o pior controle interno é, geralmente, relacionado a compromissos insuficientes de recursos para controles contábeis.

Fraquezas materiais nos controles internos tendem a ser relacionadas a: deficiências de políticas de reconhecimento de receitas; falta de segregação de função; deficiências no processo de relatório do período encerrado e, políticas contábeis e reconciliação contábil inapropriada. As fraquezas materiais em contas específicas mais comuns ocorreram no atual período contábil, tal como a conta de recebíveis e a de estoques. Fraquezas materiais divulgadas pelos gestores também descrevem, frequentemente, problemas nos controles internos em contas complexas, como derivativos e as contas de impostos sobre renda.

Na análise estatística, descobriram que a divulgação de fraqueza material é positivamente associada à complexidade do negócio, e negativamente associada ao tamanho da empresa e à rentabilidade da empresa.

A seguir, a metodologia que norteou esta pesquisa.

3 Metodologia da Pesquisa

Neste capítulo, serão apresentados os aspectos metodológicos que nortearam este trabalho científico.

3.1 Classificação da pesquisa

Ao considerar que o objetivo deste trabalho é determinar e classificar os tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-F, de empresas brasileiras listadas na *NYSE*, de 2010 a 2016, procurando identificar características gerais das que reconhecem deficiências nas práticas dos controles internos contábeis, entende-se que a pesquisa apropriada é a descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa.

As pesquisas descritivas, de acordo com Gil (2008), têm como principal objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno; ou, ainda, identificar a existência de relações entre as variáveis disponíveis. Esse tipo de pesquisa tem como característica principal o uso de métodos, técnicas e procedimentos padronizados para a coleta de dados.

Pelas pesquisas qualitativas, é possível compreender a complexidade das interações sociais dos indivíduos e o significado que dão às complexidades. Quanto à abordagem qualitativa, Ludke e André (1986, apud Martins e Theóphilo, 2009, p. 140) ressaltam que:

É possível distinguir duas fases no processo de análise dos dados qualitativos coletados. A primeira delas ocorre durante o trabalho de campo, quando o pesquisador, à medida que coleta informações e evidências, também organiza o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, as tendências, padrões e regularidades encontrados são reavaliados, buscando-se relações e inferências em um nível de abstração mais elevado. Nesse sentido, à medida que as informações e as evidências são coletadas, o pesquisador deve avaliar a pertinência das questões formuladas inicialmente e, se necessário, redirecioná-las. A análise, durante o processo de coleta e levantamento, é fundamental para obter resultados não enviesados.

Por meio das pesquisas quantitativas, conforme afirmam Martins e Theóphilo (2009, p. 107), “o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, poderá empreender uma avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”.

As estratégias adotadas para esta pesquisa foram as pesquisas bibliográfica e documental. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se por meio de material elaborado, como livros e artigos científicos. Segundo Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa bibliográfica é utilizada para elaborar quaisquer pesquisas científicas, baseadas em

publicações tais como livros, revistas, sites, periódicos, congressos, etc. A pesquisa documental, segundo Gil (2008) e Martins e Theóphilo (2009), caracteriza-se pelo uso de documentos como fontes de dados, informações e evidências, cujos levantamento e compilação dos resultados são elaborados e analisados pelo próprio pesquisador.

3.2 Campo de pesquisa

Segue na Tabela 3, adiante, a base informacional dos dados para a pesquisa, demonstrando as atuais empresas brasileiras com *ADRs* emitidas no mercado financeiro norte-americano e listadas na *NYSE*. A partir dessa listagem, foi possível levantar e analisar os respectivos relatórios anuais 20-F, arquivados na *SEC*, disponíveis nos sítios eletrônicos das empresas.

Conforme a Tabela 3, atualmente, 25 empresas brasileiras estão listadas na *NYSE*. Essas empresas emitiram títulos chamados *ADRs*, correspondentes às ações exclusivas para as empresas estrangeiras, para negociação no mercado financeiro norte-americano, e estão sujeitas às regras expedidas pela *SEC*, equivalente à *CVM* do Brasil.

A *SEC* determina regras severas para os atuantes no mercado financeiro e, entre essas regras, destaca-se o atendimento à *SOX*, para fortalecer os controles internos contábeis, e o reconhecimento, pelos administradores, de fraquezas materiais, quando constatadas pelas próprias empresas e validadas pelas auditorias independentes (Peters, 2004).

Tabela 3
Lista de Brazilian American Depositary Receipts (ADRs)

S.No.	Company	Ticker	Exchange	Industry
1	AMBEV S.A	ABEV	NYSE	Beverages
2	Banco Bradesco	BBD	NYSE	Banks
3	Banco Santander Brasil	BSBR	NYSE	Banks
4	BrasilAgro	LND	NYSE	Real Estate Inv&Serv
5	Braskem	BAK	NYSE	Chemicals
6	BRF S.A.	BRFS	NYSE	Food Producers
7	Centrais Elétricas Brasileiras-Eletronbras	EBR	NYSE	Electricity
8	Comp. Paranaense de Energia-COPEL	ELP	NYSE	Electricity
9	Companhia Brasileira de Distribuição-CBD	CBD	NYSE	Food & Drug Retailers
10	Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG	CIG	NYSE	Electricity
11	Companhia Siderúrgica Nacional-CSN	SID	NYSE	Indust.Metals&Mining
12	CPFL Energia	CPL	NYSE	Electricity
13	Embraer	ERJ	NYSE	Aerospace & Defense
14	Fibria Celulose	FBR	NYSE	Forestry & Paper

Continua

S.No.	Company	Ticker	Exchange	Industry
15	Gafisa	GFA	NYSE	HouseGoods&HomeConst
16	Gerdau	GGB	NYSE	Indust.Metals&Mining
17	Gol	GOL	NYSE	Travel & Leisure
18	Itaú Unibanco	ITUB	NYSE	Banks
19	Oi	OIBR	NYSE	Fixed Line Telecom.
20	Petróleo Brasileiro-Petrobras	PBR	NYSE	Oil & Gas Producers
21	SABESP	SBS	NYSE	Gas,H2O&Multiutility
22	Telefônica Brasil	VIV	NYSE	Fixed Line Telecom.
23	TIM Participações	TSU	NYSE	Mobile Telecom.
24	Ultrapar	UGP	NYSE	Gas,H2O&Multiutility
25	Vale	VALE	NYSE	Indust.Metals&Mining

Nota. Fonte: Recuperado de TopForeignStocks.com. Your Money. Your Future. (2016). Recuperado de <http://topforeignstocks.com/foreign-adrs-list/the-full-list-of-brazilian-adrs/>

A partir dos relatórios anuais 20-F arquivados e divulgados pelas empresas relacionadas na Tabela 3, cujo período de levantamento dos dados compreendeu os relatórios anuais 20-F, arquivados e divulgados entre 2010 e 2016, selecionou-se as informações a serem analisadas para atender ao objetivo desta pesquisa; posteriormente, aplicou-se estatística descritiva.

A explicação de Martins e Theóphilo (2009, p. 108) para estatística descritiva é “como o próprio nome sugere, a organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados é chamado estatística descritiva. Através da construção de gráficos, tabelas, e do cálculo de medidas a partir de uma coleção de dados numéricos, por exemplo, idade dos alunos de uma classe, pode-se compreender o comportamento da variável expressa no conjunto de dados sob análise”.

3.3 Métodos, técnicas e procedimentos de coleta de dados

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de pesquisa documental, que considera todos os documentos à disposição do pesquisador, que possam auxiliar no esclarecimento do fato ou do fenômeno investigado pela pesquisa (Gil, 2008). Martins e Theóphilo (2009, p. 88) complementam que “busca material que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, agendas, propostas, relatórios, estudos, avaliações, etc.”.

Para atender ao objetivo desta pesquisa, coletou-se e analisou-se todos os relatórios anuais 20-F das empresas brasileiras com *ADRs*, emitidas no mercado financeiro norte-

americano e listadas na *NYSE*. Esses relatórios estão arquivados na *SEC* e disponíveis nos sítios eletrônicos das empresas.

O levantamento de dados consistiu em identificar todos os relatórios anuais 20-F das empresas apresentadas na Tabela 3, entre 2010 e 2016. Esse intervalo foi definido para esta pesquisa, ao considerar as seguintes justificativas: o primeiro ano (2010) compreende o início de arquivamento dos relatórios financeiros públicos anuais 20-F, pelas referidas empresas, com informações elaboradas a partir das atuais *IFRS*, já de aceitação, desde 2007, pela *SEC* para as empresas estrangeiras; o último ano (2016) corresponde ao último exercício social encerrado e às respectivas demonstrações contábeis arquivadas e publicadas.

Após levantar todos esses relatórios, coletou-se uma série de informações extraídas do item 15 - Controles e Procedimentos, que apresentam, de forma segregada ou em texto único, os seguintes tópicos: os controles e procedimentos de divulgação; o relatório da administração sobre os controles internos contábeis relacionados aos relatórios financeiros; o relatório de opinião da empresa de auditoria independente e as mudanças nos controles internos relacionadas aos relatórios financeiros.

Os relatórios de opinião da auditoria independente, disponíveis nos relatórios anuais 20-F, que apresentam os resultados dos exames realizados pelos auditores sobre os controles internos, também foram consultados para verificar a consistência da autoavaliação sobre os controles internos contábeis adotados pelas empresas listadas na Tabela 3.

Levantou-se a descrição dos tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis nos relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas, que apresentaram o reconhecimento, pela administração das empresas, de fraquezas materiais nos controles internos contábeis.

Os resultados econômicos dispostos na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), e os ativos apresentados no Balanço Patrimonial de cada um dos relatórios anuais 20-F também foram levantados e analisados, para identificar características em comum entre as empresas brasileiras com *ADRs* emitidas no mercado financeiro norte-americano e listadas na *NYSE* que divulgaram fraquezas materiais nos controles internos contábeis nos respectivos relatórios anuais 20-F. O banco de dados Economática também foi consultado para obter informações acerca do valor de mercado para os períodos correspondentes a cada um dos relatórios.

3.3.1 Elaboração do instrumento de coleta dos dados

O instrumento de coleta aplicado para este trabalho foi inspirado na pesquisa de Ge e McVay (2005), que apresentaram o artigo *The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act*. O objetivo foi analisar as descrições das fraquezas materiais nos controles internos contábeis apresentadas pela gestão das companhias, dispostas nos relatórios arquivados na SEC, após a data efetiva de aplicação da SOX.

Para atender ao objetivo deste estudo e, conseqüentemente, buscar respostas à questão de pesquisa, elaborou-se um formulário, em planilha excel, para organizar os dados levantados e analisados de cada um dos relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas, cujo conteúdo foi dividido em cinco partes, conforme a seguir:

- I. Levantamento das empresas brasileiras citadas, conforme a Figura 10, adiante, com destaque para as seguintes informações: número sequencial, nome da empresa, sigla da ação negociada em bolsa, bolsa de valores e área de atuação:

	A	B	C	D	E
1					
2	nº	Company	Ticker	Exchange	Industry
3	1	AmBev	ABEV	NYSE	Beverages

Figura 10. Levantamento das empresas brasileiras listadas na NYSE.

- II. Levantamento das informações disponíveis no item 15 – Controles e Procedimentos, constante em cada relatório anual 20-F arquivado pelas empresas estudadas, conforme a Figura 11, adiante:

	F	G	H	I	J	K	L
1	período do relatório anual Form 20-F	O item 15 apresentou fraqueza material?	Quantas fraquezas materiais?	A auditoria é Big Four?	Qual das empresas Big Four?	Qual o resultado do exame?	Apresentou mudanças nos controles internos?
3	2010	não	-	sim	PWC	opinião sem ressalvas	não

Figura 11. Levantamento das informações do item 15 – Controles e Procedimentos, para cada relatório anual 20-F.

- III. Levantamento dos resultados econômicos dispostos na DRE de cada relatório anual 20-F arquivado pelas empresas estudadas, conforme a Figura 12, adiante, classificando-os em lucro ou prejuízo do período (em milhões de R\$):

	M	N
1	Apresentou	Qual o valor do Lucro Líquido
2	prejuízo?	(em milhões de R\$)?
3	não	7.561

Figura 12. Levantamento dos resultados econômicos dispostos na DRE de cada relatório anual 20-F.

- IV. Levantamento dos valores de ativo total dispostos no Balanço Patrimonial de cada relatório anual 20-F arquivado pelas empresas estudadas, conforme a Figura 13, adiante:

	O
1	Qual o valor do Ativo total
2	(em milhões de R\$)?
3	42.678

Figura 13. Levantamento dos valores de ativo total dispostos no Balanço Patrimonial de cada relatório anual 20-F.

- V. Levantamento dos valores de mercado para cada período, de cada relatório anual 20-F arquivado pelas empresas estudadas, obtidos no banco de dados Económica, conforme a Figura 14, adiante:

	P	Q
1	Apresentou queda	Qual o valor de
2	no valor de	mercado (em reais)?
3	não	144.362.370.280,00

Figura 14. Levantamento dos valores de mercado para cada período de cada relatório anual 20-F.

Com base no exposto, para preencher todas as informações constantes no formulário, foram levantados e analisados 172 relatórios anuais 20-F, arquivado pelas empresas estudadas, entre 2010 e 2016, conforme a Tabela 4, adiante:

Tabela 4

Quantidade de relatórios anuais 20-F, por empresa

No.	Companhias	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
1	AMBEV S.A	-	-	-	-	-	-	-	7
2	Banco Bradesco	-	-	-	-	-	-	-	7
3	Banco Santander Brasil	-	-	-	-	-	-	-	7
4	BrasilAgro	X	X	-	-	-	-	-	5
5	Braskem	-	-	-	-	-	-	-	7
6	BRF S.A.	-	-	-	-	-	-	-	7

Continua

Conclusão

No.	Companhias	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
7	Centrais Elétricas Brasileiras-Eletronbras	-	-	-	-	-	-	-	7
8	Comp. Paranaense de Energia-COPEL	-	-	-	-	-	-	-	7
9	Companhia Brasileira de Distribuição-CBD	-	-	-	-	-	-	-	7
10	Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG	-	-	-	-	-	-	-	7
11	Companhia Siderúrgica Nacional-CSN	-	-	-	-	-	-	-	7
12	CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	-	7
13	Embraer	-	-	-	-	-	-	-	7
14	Fibria Celulose	-	-	-	-	-	-	-	7
15	Gafisa	-	-	-	-	-	-	-	7
16	Gerdau	-	-	-	-	-	-	-	7
17	Gol	-	-	-	-	-	-	-	7
18	Itaú Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	7
19	Oi	-	-	-	-	-	-	X	6
20	Petróleo Brasileiro-Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	7
21	SABESP	-	-	-	-	-	-	-	7
22	Telefônica Brasil	-	-	-	-	-	-	-	7
23	TIM Participações	-	-	-	-	-	-	-	7
24	Ultrapar	-	-	-	-	-	-	-	7
25	Vale	-	-	-	-	-	-	-	7
Total									172

Os sinais apresentados para cada ano e empresa, conforme a Tabela 4, anterior, obedecem à seguinte identificação: (-) representam relatórios anuais 20-F levantados e analisados e (X) representam ausências de relatórios anuais 20-F. Algumas das empresas relacionadas não apresentavam, até o momento desse levantamento, o arquivamento dos relatórios em todos os períodos do intervalo de tempo definido para esta pesquisa. As justificativas estão apresentadas a seguir:

1. BrasilAgro – emitiu fato relevante, em 05/11/12, informando que o primeiro dia de negociação das *ADRs* na *NYSE* seria 08/11/12. Logo, essa empresa fez o primeiro arquivamento do relatório anual 20-F para o exercício encerrado em 2012, incorporando à pesquisa apenas cinco desses; e
2. Oi – encaminhou fato relevante, em 17/05/17, explicando que não conseguiu arquivar o relatório anual 20-F do exercício encerrado em 2016, por impossibilidade de completar e elaborar as demonstrações contábeis, segundo os padrões contábeis aceitos nos EUA. A empresa precisa determinar se o uso pressuposto da continuidade operacional é apropriado, considerando que, atualmente, encontra-se em recuperação judicial. Posteriormente, em 21/11/17,

emitiu novo fato relevante, informando sobre a concessão, pela *SEC*, de novo prazo para entrega do relatório anual 20-F do exercício encerrado em 2016, cujo vencimento é em 17/05/18. A empresa arquivou o relatório anual abrangente 20-F de 2016 em 16/05/2018, impossibilitando o levantamento e a análise das informações correspondentes para esta pesquisa.

A *SOX* atribuiu a reponsabilidade pelas informações aos administradores das empresas. Esses devem declarar, dentre diversos outros encargos, que: avaliaram a eficácia dos controles a cada período, apresentaram a conclusão quanto à eficácia dos controles, apresentaram todas as deficiências significativas detectadas nos controles internos e indicaram todas as alterações nos controles internos, quando do arquivamento do relatório anual 20-F.

Para atender às exigências previstas na *SOX*, é obrigatório apresentar a declaração de avaliação da eficácia dos controles internos contábeis, disposta no item 15 – Controles e Procedimentos do relatório anual 20-F; que, em geral, traz o seguinte parágrafo:

Nossa administração avaliou a eficácia de nossos controles internos de divulgação financeira em 31 de dezembro de 20XX. Ao conduzir tal avaliação, usou os critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* (2013), publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. Com base em sua avaliação e nesses critérios, nossa administração concluiu que nosso controle interno de divulgação financeira era eficaz em 31 de dezembro de 20XX.

Para os casos de reconhecimento, pelos administradores das empresas, de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, deve haver uma declaração semelhante, no mesmo item 15 – Controles e Procedimentos dos relatórios anuais 20-F; que, em geral, apresenta-se com o seguinte texto:

A eficiência do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras de 31 de dezembro de 20XX é baseada nos critérios estabelecidos pelo *Internal Control - Integrated Framework* (2013), publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. Com base nesses critérios e na avaliação realizada pela nossa administração, em 31 de dezembro de 20XX, foi identificado uma fraqueza material em nosso controle interno da divulgação de informações financeiras. A fraqueza material é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, no controle interno da divulgação de informações financeiras, de forma que há razoável possibilidade de que uma

distorção material de nossas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias não será prevenida ou detectada em tempo hábil.

Após análise minuciosa dos relatórios anuais 20-F das empresas listadas na Tabela 4, especificamente o item 15 - Controles e Procedimentos - que apresenta o relatório da administração sobre os controles internos contábeis, e o relatório de opinião da auditoria independente - que apresenta os resultados dos exames nos controles internos, destacou-se os relatórios com reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, incorrendo em um total de 22 relatórios anuais 20-F arquivado pelas empresas estudadas, com reconhecimento de fraquezas materiais, conforme a Tabela 5, adiante.

A partir dos dados apresentados na Tabela 5, adiante, foi possível fazer a estatística descritiva proposta para esta pesquisa, para identificar os tipos de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F das empresas estudadas e suas características gerais. O resultado consolidado do instrumento de coleta de dados está disponível ao final desta pesquisa, como Apêndice.

Tabela 5

Quantidade de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais reconhecidas, por empresa

No.	Companhias	Quantidade de relatórios com fraquezas materiais
1	AMBEV S.A	1
2	Braskem	1
3	Centrais Elétricas Brasileiras-Eletronbras	7
4	Companhia Brasileira de Distribuição-CBD	2
5	Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG	1
6	Companhia Siderúrgica Nacional-CSN	2
7	Gafisa	3
8	Gol	1
9	Oi	1
10	Petróleo Brasileiro-Petrobras	3
Total		22

3.4 Métodos, técnicas e procedimentos de análise dos dados

Esta pesquisa tem como objetivo determinar e classificar os tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-F de empresas brasileiras listadas na *NYSE* no período de 2010 a 2016, procurando identificar características gerais das empresas que reconhecem deficiências nas práticas dos controles

internos contábeis. Para isso, utilizou-se a técnica de análise de dados conhecida como análise de conteúdo.

Seguindo a ideia de Gil (2008, p. 152) de que “o grande volume de material produzido pelos meios de comunicação de massa e a criação de técnicas para sua quantificação determinaram o desenvolvimento da análise de conteúdo”, adotou-se essa técnica, considerando a grande quantidade de relatórios 20-F levantados e analisados nesta pesquisa.

Para Martins e Theóphilo (2009, p. 98), “a análise de conteúdo é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores e/ou autores”.

Assim, para que fosse possível analisar e classificar as informações, de forma a obter os resultados semelhantes à pesquisa de Ge e McVay (2005), quanto a classificar e categorizar fraquezas materiais, aplicou-se a análise de conteúdo, visando a identificar os tipos de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F das empresas estudadas.

Ainda em relação ao objetivo desta pesquisa, utilizou-se a estatística descritiva. Martins e Theóphilo (2009, p. 108) explicam que “como o próprio nome sugere, a organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados é chamado estatística descritiva. Através da construção de gráficos, tabelas, e do cálculo de medidas a partir de uma coleção de dados numéricos, por exemplo, idade dos alunos de uma classe, pode-se compreender o comportamento da variável expressa no conjunto de dados sob análise”.

Após estruturar os dados e elaborar gráficos e tabelas, explicou-se os resultados obtidos pela descrição dos dados, com base em Gil (2008, p. 161): “o primeiro cuidado do pesquisador é o de escrever os dados obtidos, ou mais precisamente, caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto de observações”.

Ainda quanto ao objetivo desta pesquisa, aplicou-se uma tabela cruzada que permite avaliar a associação entre duas variáveis qualitativas. Conforme Gil (2008), isso busca identificar uma medida de relacionamento entre as variáveis aleatórias.

Para a construção da tabela cruzada, utilizou-se as informações coletadas dos relatórios anuais 20-F e o banco de dados Economática, conforme modelo apresentado na Tabela 6, adiante. A variável obtida a partir da autoavaliação dos controles internos contábeis, classificada em controle interno contábil eficaz ou com fraqueza material, foi cruzada com outras variáveis qualitativas, como área de atuação das empresas, valor de mercado das empresas, tamanho das empresas e resultado econômico das empresas.

Tabela 6

Modelo de tabela para análise bivariada com duas variáveis qualitativas

controle interno eficaz

controle interno com fraqueza material

Total

A seguir, os resultados deste trabalho e sua análise.

4 Resultados e Discussões

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados coletados e os resultados obtidos após aplicar a metodologia desenvolvida para este trabalho científico.

Sob a ótica da simetria informacional, o dever de informar resulta da necessidade de evitar que determinadas pessoas, em geral, por força dos cargos que ocupam na estrutura empresarial, sejam beneficiadas pelo acesso às informações privilegiadas, para obter vantagem sobre acionistas e demais agentes econômicos. Assim, deve-se informar e estabelecer um certo grau de igualdade entre todos os participantes da organização, para que tenham condições de transacionarem com o conhecimento pleno quanto às informações existentes sobre seus negócios (Hendriksen & Van Breda, 1999; Iudícibus, 2010; Lopes, 2004; Lopes & Martins, 2005; Santos et al., 2015; Sunder, 2014).

Essa afirmação é um dos temas discutidos pela teoria contratual da firma. O outro assunto abordado por essa teoria está relacionado ao conflito de agência; ou seja, o interesse particular em prejuízo do coletivo. Tanto a assimetria da informação quanto o conflito de agência vão de encontro às boas práticas de governança corporativa; e essa, quando não atendida plenamente pela administração das empresas, pode influenciar, indevidamente, as decisões tomadas pelos agentes econômicos envolvidos, pois as informações divulgadas pelas empresas podem apresentar certos graus de distorções.

Pela imposição de regras que atendam às necessidades informacionais dos agentes econômicos, a *SOX* alavancou a importância e a necessidade de adotar um sistema de controle interno nas organizações. O *COSO* desenvolveu uma estrutura para aplicação nos controles internos empresariais, considerado um protocolo aceitável pela *SEC* para avaliar a efetividade dos controles internos contábeis; estão, inclusive, citados nos relatórios anuais 20-F.

O item 15 - Controles e Procedimentos, um campo de preenchimento obrigatório para atender aos requisitos previstos nas seções 302 e 404 da *SOX*, está disposto em cada um dos relatórios anuais 20-F. Apresenta, de forma segregada ou em texto único, os seguintes tópicos: os controles e procedimentos de divulgação; o relatório da administração sobre os controles internos contábeis relacionados aos relatórios financeiros; o relatório de opinião da empresa de auditoria independente e as mudanças nos controles internos relacionados aos relatórios financeiros. A análise desses tópicos foi condicional para alcançar os resultados apontados nesta pesquisa.

4.1 Avaliação dos relatórios anuais 20-F pesquisados

O resultado do levantamento e da análise do item 15 – Controles e Procedimentos de cada relatório anual 20-F, apresentou, de um total de 172 relatórios anuais 20-F pesquisados, 150 avaliações eficazes nos controles internos contábeis, representando 87,2% do total de relatórios anuais 20-F pesquisados. Em contrapartida, reconhecendo fraquezas materiais nos controles internos contábeis, foram apontados 22 relatórios, que compreendem a 12,8% do total, conforme a Figura 15, adiante:

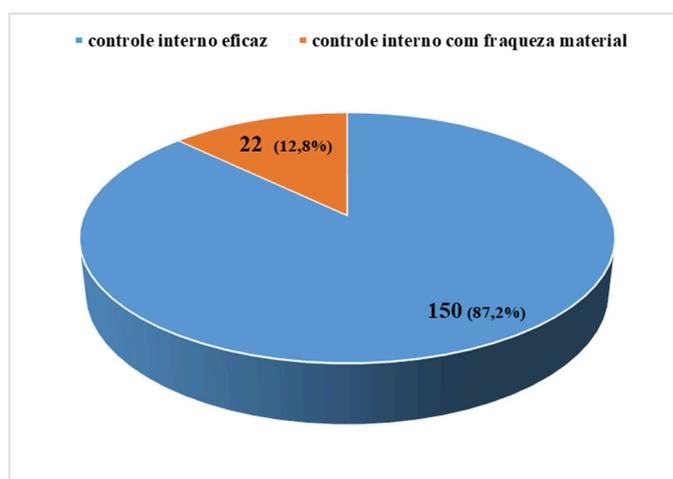


Figura 15. Gráfico de setores, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F.

A pesquisa de Souza (2012) mostra que os relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas apresentaram 130 avaliações eficazes, representando 92,2% do total de relatórios anuais 20-F, e 11 avaliações com fraquezas materiais nos controles internos contábeis, correspondente a 7,8% do total de relatórios.

Nesse sentido, ao comparar este estudo com o de Souza (2012), houve um aumento nominal de 11 relatórios anuais 20-F com reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos e, percentualmente, um acréscimo de 5% sobre a mesma base. Isso indica uma maior ocorrência dessas fraquezas das empresas estudadas, entre 2010 e 2016.

Segundo Pereira (2009), a *SOX* obrigou os administradores a divulgarem as fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis. Essas são consideradas como deficiências de maior grau, podendo implicar em falhas na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As fraquezas materiais são detectadas, geralmente, por meio de avaliações dos controles internos da empresa.

Segue na Figura 16, adiante, a informação apresentada na figura anterior, demonstrando a quantidade de relatórios anuais 20-F pesquisados, por exercício, classificando-os em controle interno eficaz e controle interno com fraqueza material:

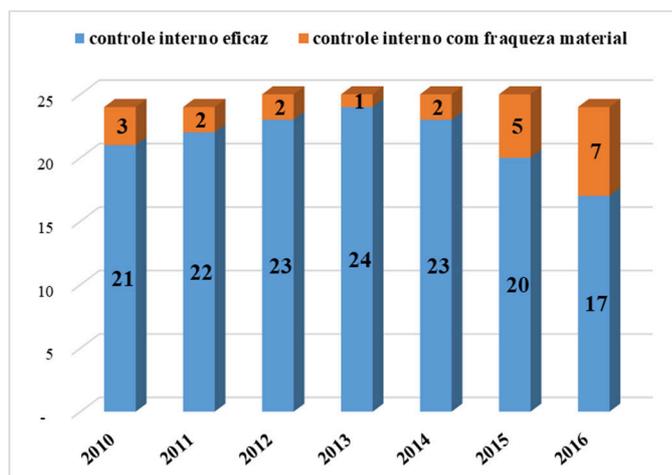


Figura 16. Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por exercício.

A Figura 16, anterior, indica que existe uma concentração de relatórios anuais 20-F com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis nos dois últimos anos do período de levantamento dos dados (2015 e 2016), correspondente a 12 relatórios, ou cerca de 54,5% do total desses relatórios.

Essa constatação, feita previamente pelo pesquisador, motivou a realização deste trabalho, considerando o atual cenário corporativo altamente regulado e normativo, quanto às práticas de governança corporativa adotadas nos principais mercados de capitais, aos requisitos previstos na *SOX*, e às atuais *IFRS*. Esses, conjuntamente, procuram criar um ambiente de harmonia informacional entre todos os agentes econômicos envolvidos na sociedade empresarial, que usam os relatórios financeiros públicos para tomar decisões relacionadas aos interesses na empresa que reporta a informação.

4.2 Avaliação do item 15 – Controles e Procedimentos, nos relatórios anuais 20-F pesquisados

Para atender aos requisitos exigidos pela *SOX*, seções 302 - Certificação trimestral e anual dos controles e procedimentos de divulgação, e 404 - Avaliação anual dos controles e procedimentos internos para a emissão dos relatórios financeiros, todas as empresas brasileiras aqui estudadas devem preencher o item 15 - Controles e Procedimentos, disposto no relatório anual 20-F e submeter à *SEC*.

Esse campo apresenta, de forma segregada ou em texto único, uma estrutura informacional relacionada aos controles internos contábeis para divulgar relatórios financeiros, apresentando os seguintes itens: os controles e procedimentos de divulgação; o relatório da administração sobre os controles internos contábeis relacionados aos relatórios financeiros; o relatório de opinião da empresa de auditoria independente e as mudanças nos controles internos relacionados aos relatórios financeiros.

Ao exigir que as organizações divulguem a qualidade dos controles internos contábeis, a *SOX* aderiu à gestão baseada nas boas práticas de governança corporativa, consoante à igualdade, prestação de contas, conformidade e transparência.

4.2.1 Análise do item controles e procedimentos de divulgação

No que diz respeito ao tópico Controles e Procedimentos de Divulgação, cada relatório anual 20-F arquivado deve apresentar um texto com a indicação dos objetivos dos controles internos contábeis, qual regra estabelecida pela *SEC* está sendo atendida e a indicação do resultado da autoavaliação realizada pelos administradores nos controles internos contábeis. Nesse sentido, todos os relatórios anuais 20-F pesquisados atenderam aos requisitos previstos.

4.2.2 Análise do item relatório da administração sobre os controles internos contábeis relacionados aos relatórios financeiros

Em relação ao item Relatório da Administração sobre os Controles Internos Contábeis Relacionados aos Relatórios Financeiros, cada relatório anual 20-F apresenta a assunção, pelos administradores das empresas *CEO e CFO*, da elaboração e manutenção dos controles internos contábeis. Ainda, a regra estabelecida pela *SEC* que norteia a necessidade de divulgar essas informações.

Indica, em geral, o uso da Estrutura Integrada de Controles Internos disponibilizada pelo *COSO*, a conclusão da autoavaliação dos controles internos, concluindo com avaliação eficaz ou, quando for o caso, reconhecendo fraquezas materiais. Nesse item, também são citados os auditores independentes que examinaram os controles internos contábeis elaborados pela administração das empresas.

Adicionalmente, quando do reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, essas fraquezas são relacionadas e apresentadas com certo grau de detalhamento, objetivando a indicar o impacto para elaborar os relatórios financeiros públicos. Para esses casos, também cabe explicar os planos de remediação, que visam a eliminar essas

fraquezas para o próximo exercício social. Esse item também foi plenamente atendido, em todos os relatórios anuais 20-F pesquisados.

Os resultados das autoavaliações dos controles internos contábeis, constantes nos relatórios anuais 20-F pesquisados, são apresentados, detalhadamente, no item 4.1 Avaliação dos relatórios anuais 20-F levantados e analisados desta pesquisa, classificando-os entre avaliação eficaz e reconhecimento de fraquezas materiais.

Em relação aos tipos de fraquezas materiais, os resultados serão apresentados na seção 4.3 - Avaliação dos tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F pesquisados.

4.2.3 Análise do item relatório de opinião da empresa de auditoria independente

Ge e McVay (2005) apresentaram, em sua pesquisa, uma relação entre porte de empresa de auditoria e fraquezas materiais divulgadas. A metodologia utilizada indicava a classificação entre grandes empresas de auditoria, compreendendo outras além daquelas conhecidas como *Big Four*, e as de porte menor. Conforme Figura 17, a seguir:

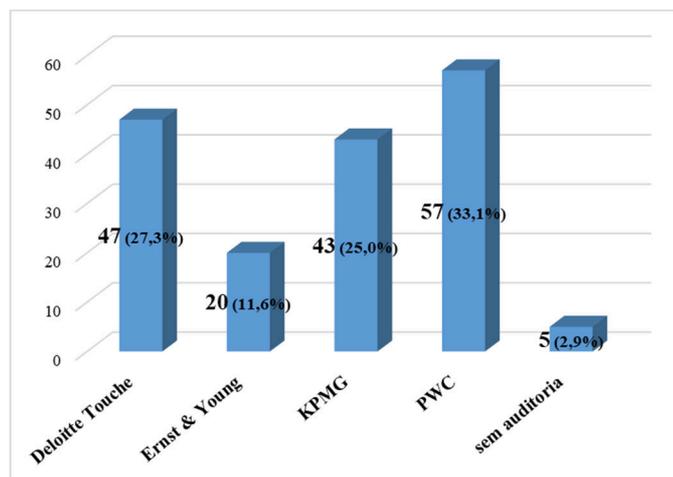


Figura 17. Gráfico de colunas, segundo quantidade de relatórios de opinião da empresa de auditoria independente, por empresa de auditoria.

Como demonstrado na Figura 17, anterior, todos os relatórios anuais 20-F pesquisados foram examinados pelas empresas conhecidas como *Big Four*: Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e PWC. Percebe-se um alinhamento com a constatação de Ge e McVay (2005), que apontaram que grandes empresas de auditoria, embora demandem fortes padrões para avaliar os controles internos, apresentam credibilidade frente aos *stakeholders*. Assim, constata-se uma preferência na contratação das *Big Four* pelas empresas aqui estudadas.

A Figura 17 destaca que a empresa PWC assinou 57 relatórios de opinião constantes nos relatórios anuais 20-F pesquisados, representando cerca de 1/3 (um terço) do total de relatórios de opinião da auditoria independente. A empresa Ernst & Young assinou apenas 20 relatórios, ou 11,6% do total de relatórios anuais 20-F pesquisados. As quantidades de relatórios de opinião assinados pelas empresas Deloitte Touche e KPMG estão bem próximas, representando, respectivamente, 47 e 43 relatórios de opinião.

Observa-se ainda, na Figura 17, a indicação de cinco relatórios anuais 20-F sem o respectivo relatório de opinião da empresa de auditoria independente acerca dos controles internos. Esses relatórios foram arquivados, unicamente, pela empresa BrasilAgro, contemplando todos os relatórios pesquisados neste trabalho. A justificativa é a necessidade de relatório de opinião de empresa de auditoria independente, apenas quando se tornar um arquivador acelerado ou deixar de ser uma empresa em crescimento emergente, em consonância com a *SEC Release No° 33-9142*.

Entretanto, essa regra não isenta as empresas brasileiras listadas na *NYSE*, que se enquadrarem nessa situação, de apresentarem a autoavaliação dos controles internos contábeis nos relatórios anuais 20-F.

Segue, na Figura 18, adiante, as opiniões das empresas de auditoria independente acerca dos controles internos contábeis das empresas aqui estudadas, classificando-as em opinião sem ressalvas e opinião adversa:

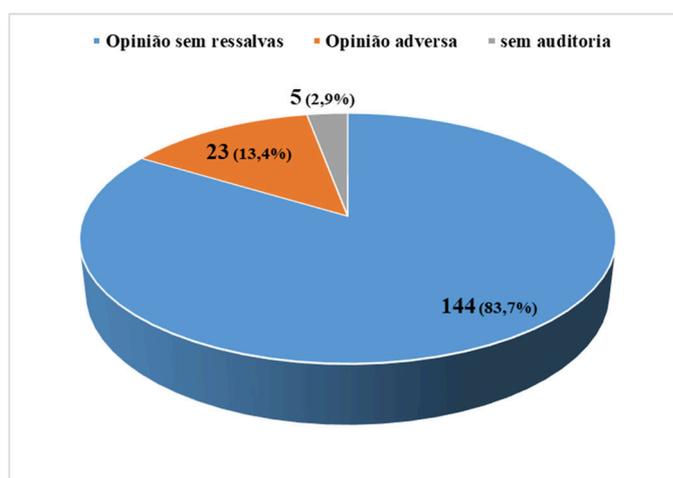


Figura 18. Gráfico de setores, segundo quantidade de opiniões da empresa de auditoria independente sobre os controles internos contábeis.

Observa-se uma diferença entre o número de autoavaliações com reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, que constatou 22 relatórios anuais 20-F,

conforme a Figura 15, e o número de opiniões adversas sobre os controles internos contábeis, que apontam 23 relatórios de opinião, segundo a Figura 18. Isso indica divergência entre a autoavaliação dos administradores e a opinião dos auditores independentes acerca dos controles internos contábeis das empresas aqui estudadas.

Essa única divergência está apresentada no relatório anual 20-F do exercício de 2015 da empresa SABESP. Ao considerar a divergência nessa situação em particular, sugere-se que futuras pesquisas sejam feitas, buscando identificar e/ou mensurar os impactos para a empresa e os agentes econômicos envolvidos, após a definição da *SEC* para tal situação.

4.2.4 Análise do item mudanças nos controles internos relacionados aos relatórios financeiros

Consta, ainda, no item 15 – Controle e Procedimentos, o campo Mudanças nos Controles Internos Relacionados aos Relatórios Financeiros. Em geral, quando ocorrem, estão relacionados a constatar falhas no desenho de controle interno elaborado ou em situações em que o controle interno se tornou obsoleto. Nesses casos, os relatórios anuais 20-F apresentam breve descritivo da alteração nos controles internos contábeis. Caso não tenham sofrido alterações, o fato deve ser formalmente informado nesse campo do relatório anual 20-F.

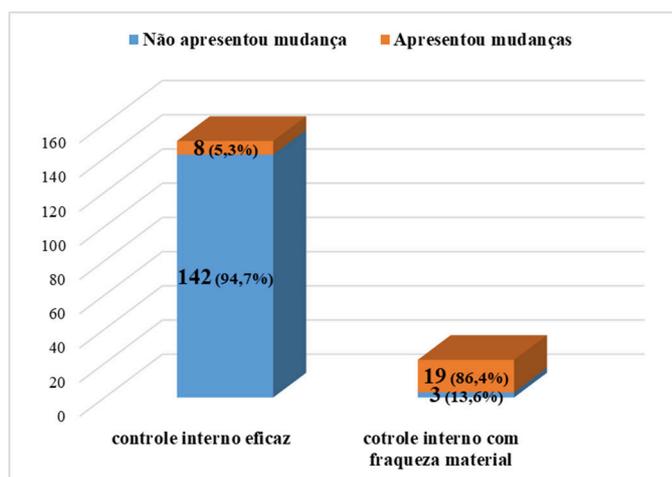


Figura 19. Gráfico de colunas, segundo divulgação de mudanças nos controles internos, por autoavaliação do controle interno.

A Figura 19 apresenta o resultado da análise desse campo, indicando que 19 relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas, cerca de 86,4%, apresentaram mudanças nos controles internos contábeis quando do reconhecimento de fraquezas materiais. Os demais relatórios indicaram não haver mudanças nos controles internos contábeis. Percebe-se, também, que oito desses relatórios, apenas 5,3%, indicaram mudanças nos controles internos,

possivelmente por obsolescência dos seus desenhos, que não incorreram em impactos para elaborar os relatórios financeiros.

Embora tenham divulgado fraquezas materiais nos controles internos contábeis, inclusive com apresentação de planos de remediação, os administradores das empresas AMBEV e CEMIG, nos respectivos relatórios anuais 20-F do exercício de 2016, e CSN, no relatório anual 20-F do exercício de 2015, declararam não ter feito nenhuma mudança nos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras. Essa informação está apresentada na Figura 19.

Para futuros estudos, sugere-se pesquisar o fundamento usado por essas empresas para não mudarem os controles internos, mesmo com o reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis divulgadas nos respectivos relatórios anuais 20-F.

A grande maioria das mudanças nos controles internos contábeis, apresentadas no item 15-Controles e Procedimentos dos relatórios anuais 20-F pesquisados, ocorreu nos últimos dois anos do período de levantamento dos dados da pesquisa, conforme a Figura 20, adiante. Isso indicou a ocorrência de 13 relatórios anuais 20-F, com alteração nos desenhos dos controles internos contábeis, cerca 48,1% do total das mudanças nos controles internos relacionados aos relatórios financeiros.

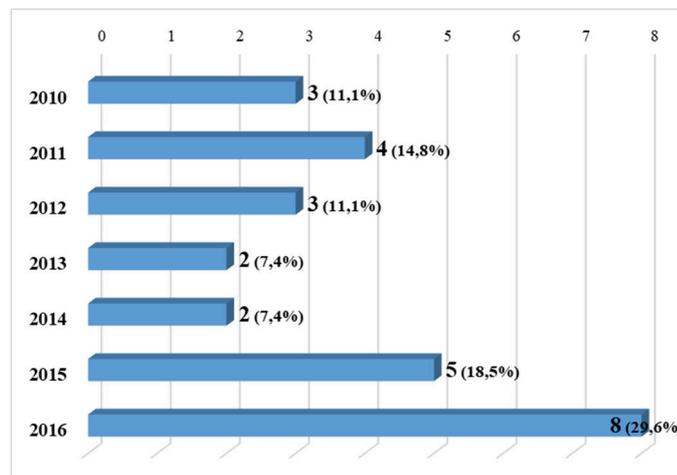


Figura 20. Gráfico de barras, segundo divulgação de mudanças nos controles internos, por exercício.

É evidente que, quando houver o reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, identificadas pelo monitoramento contínuo dos padrões de controle, deve-se efetuar as devidas correções das deficiências mapeadas, para que a empresa não reconheça perdas em seus resultados futuros por negligência empresarial (Pereira, 2009; Gil et al., 2013).

4.3 Avaliação dos tipos de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F pesquisados

Após o levantamento das fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas, foram identificadas, ao todo, 97 fraquezas. É possível observar uma concentração dessas nos relatórios anuais 20-F nos dois últimos anos (2015 e 2016) do período de levantamento dos dados para esta pesquisa, com 40 divulgadas, cerca de 41,3% do total, conforme a Figura 21, adiante:

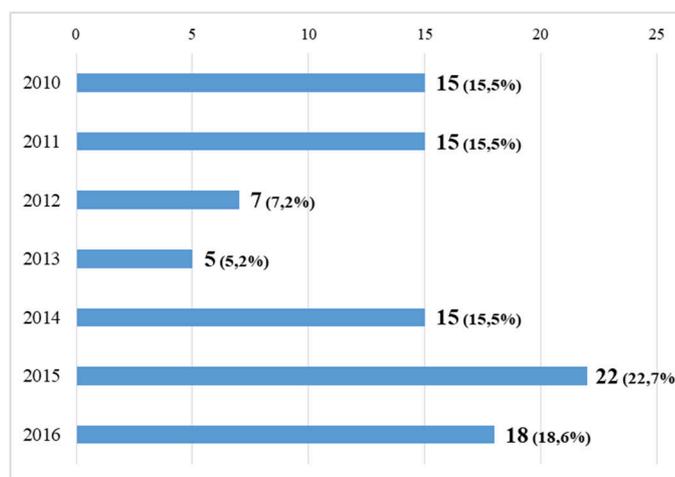


Figura 21. Gráfico de barras, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por exercício.

Souza (2012) identificou que as empresas brasileiras aqui estudadas, divulgaram, entre 2006 e 2011, 36 fraquezas materiais nos controles internos contábeis, indicando um acréscimo, em número absolutos, de 61 fraquezas nos relatórios anuais 20-F das referidas empresas, um aumento percentual de 169,44%, entre 2010 e 2016. O mesmo autor apontou que 58,33% dessas fraquezas foram reportadas nos dois últimos anos do período de levantamento da pesquisa.

Os 22 relatórios anuais 20-F com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis apresentaram, ao todo, 97 fraquezas materiais, que correspondem a uma média de 4,41 fraquezas divulgadas por relatório. Conforme Figura 22, adiante:

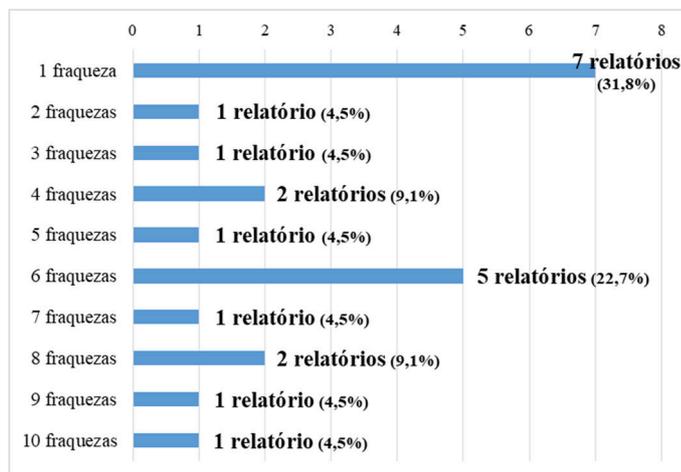


Figura 22. Gráfico de barras, segundo quantidade de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas, por quantidade de fraquezas materiais divulgadas.

A Figura 22, anterior, apresenta a quantidade de relatórios anuais 20-F pelo número de fraquezas materiais divulgadas. Constata-se que sete divulgaram, apenas, uma fraqueza material. Verifica-se, ainda, que cinco indicaram o reconhecimento de, pelo menos, seis fraquezas. O número máximo de fraquezas divulgadas em um único relatório foi de 10, cuja ocorrência aconteceu no relatório anual 20-F do exercício de 2015 da empresa Petrobrás.

A partir da ideia de Ge e McVay (2005), que agruparam as fraquezas materiais identificadas na pesquisa em nove categorias de divulgação de fraquezas materiais, conforme o Anexo – Classificação e Exemplos de Fraquezas Materiais, elaborou-se um instrumento de análise de dados, para identificar os tipos de fraquezas reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos referidos relatórios.

Todas as 97 fraquezas identificadas foram agrupadas seguindo o mesmo formato de categorias de Ge e McVay (2005), conforme a Tabela 7, adiante:

Tabela 7

Categorias de divulgação de fraquezas materiais

Nº	Categorias
1-	Especificidades contábeis
2-	Treinamento
3-	Relatório de encerramento e políticas contábeis
4-	Reconhecimento de receitas
5-	Segregação de função
6-	Conciliação contábil
7-	Especificidades com subsidiárias
8-	Alta administração
9-	Problemas de tecnologia

Nota. Fonte: Recuperado de “The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act”, de W. Ge & S. McVay, 2005, Accounting Horizons, p. 155-157.

O agrupamento das 97 fraquezas está demonstrado na Figura 23, a seguir, cuja composição está relacionada, de forma detalhada, no Apêndice – Classificação das Fraquezas Materiais em Categorias de Divulgação:

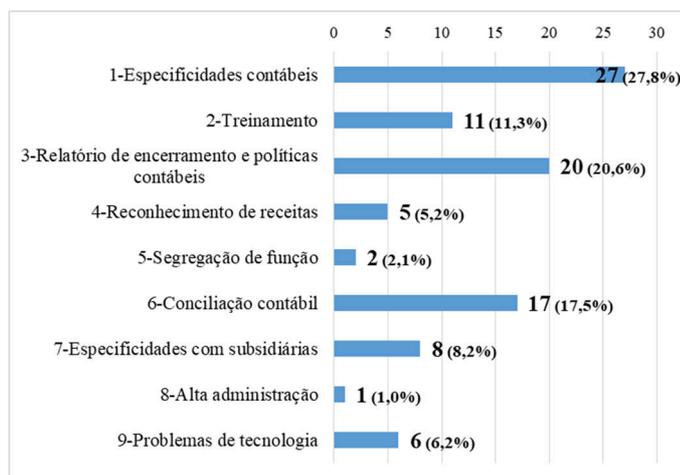


Figura 23. Gráfico de barras, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por categorias de divulgação de fraquezas materiais.

O maior número de fraquezas materiais divulgadas está concentrado na categoria de divulgação 1-Especificidades Contábeis, com 27, cerca de 27,8%. Como exemplo, a empresa Petrobrás, que apresenta seis fraquezas materiais divulgadas nessa categoria, apresentou, no relatório anual 20-F do exercício de 2016, aquela relacionada ao processo de geração de dados, para calcular o passivo atuarial relativo aos planos de assistência médica e de pensão, impactando em uma subavaliação dos passivos e superavaliação das despesas correspondentes.

Outro exemplo dessa categoria refere-se à divulgação, no relatório anual 20-F do exercício de 2016 da empresa AMBEV, de fraqueza material sobre transação complexa e não rotineira, relacionada à transferência de negócios entre a AMBEV e outra empresa, pela permuta de ações. Isso levou a identificar a inexistência de procedimentos contábeis adequados para avaliar as normas e práticas relacionadas ao evento.

A segunda maior concentração de fraquezas materiais divulgadas refere-se à categoria de divulgação 3-Relatório de encerramento e políticas contábeis, com 20, que corresponde a 20,6% do total. Um exemplo para esta categoria está no relatório anual 20-F do exercício de 2015 da empresa Oi, que divulgou uma fraqueza material relacionada ao processo de conversão das demonstrações contábeis consolidadas para os padrões norte-americanos.

A terceira categoria com maior número de fraquezas é a 6-Conciliação contábil, com 17, 17,5% do total. Nessa categoria, apresenta-se o seguinte exemplo: a empresa Braskem, em seu relatório anual 20-F do exercício de 2016, apresentou falha nos controles relacionados aos acordos não financeiros para dívida de longo prazo. Isso acarretou classificação incorreta entre os exigíveis de curto e longo prazos em uma das suas controladas, impactando nas demonstrações consolidadas do grupo.

A categoria de divulgação com menor número de fraquezas é a 8-Alta administração, com apenas uma, 1% do total. A categoria 5-Segregação de função, apresenta somente duas fraquezas, 2,1% do total. A terceira menor concentração está na categoria de divulgação 4-Reconhecimento de receitas, com cinco, 5,2% do total. As categorias de divulgação 2-Treinamento, 7-Especificidades com subsidiárias e 9-Problemas de tecnologia apresentam, em conjunto, 25 fraquezas materiais divulgadas, 25,8% do total.

Souza (2012) constatou que as fraquezas materiais nos controles internos, após classificação em categorias, apresentaram a seguinte distribuição: 12, correspondente a 31,6%, para Contas Específicas; oito, correspondente a 21,1%, para Políticas Contábeis; quatro, equivalentes a 10,5%, para as categorias Reconciliação de Contas e Tecnologia; três, 7,9%, para Treinamento; dois, correspondente a 5,3%, para as categorias Reconhecimento de Receitas, Segregação de Função e Administração Geral; e, por último, uma, 2,6%, para Subsidiárias. As três primeiras categorias estão alinhadas aos resultados deste estudo.

Para Pereira (2009), as fraquezas materiais podem trazer implicações nas demonstrações contábeis das empresas e, quando ocorridas, devem ser reportadas. Seu reconhecimento tem ocorrido, em geral, nas áreas de controle de gerenciamento, de tecnologia e contábil (conciliação, fechamento, julgamento gerencial, ativos físicos e intangíveis e reconciliação entre princípios contábeis de países distintos).

Adicionalmente, Rose et al. (2016) explicam que fraquezas materiais ocorridas de forma isolada têm efeito limitado na confiabilidade dos relatórios financeiros. No entanto, sua divulgação entra em conflito com as crenças dos investidores, de que deficiências materiais sinalizam problemas sérios na administração das empresas. Esses mesmos autores indicam que a confiança é uma variável importante de associação entre divulgação de fraquezas materiais e percepção de riscos de investimento, considerando que quando a fonte de informação não é confiável, os riscos percebidos associados a informações dessa fonte aumentam.

4.4 Características gerais das empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque com fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis e divulgadas nos relatórios anuais 20-F pesquisados

4.4.1 Categorias de divulgação de fraquezas materiais e área de atuação das empresas

A pesquisa de Ge e McVay (2005) apresentou uma análise detalhada das empresas com fraquezas materiais por atividade, constatando que a atividade Computadores apresentou a maior concentração dessas, com 22,9% de todas as deficiências. Também apresentou, especificamente, 25,7% de todas as deficiências relacionadas a Treinamento. Identificou-se ainda o reconhecimento de 40,0% das deficiências com reconhecimento de vendas, constatando que as companhias de tecnologia têm alta incidência de fraude de receitas. Ainda apresentou a maior concentração de deficiências no reporte de encerramento e políticas contábeis, inventário e provisão.

Segue na Figura 24, adiante, o agrupamento das empresas aqui estudadas, por área de atuação. Cerca de 40% estão concentradas em três áreas de atuação: bancos (12%), com três empresas; eletricidade (16%), com quatro; e indústria metalúrgica e de mineração (12%), com três. As demais estão dispersas entre os setores aeroespacial (4%); bebidas (4%); químico (4%); telecomunicações fixas (8%); varejista (4%); alimentação (4%); papel (4%); água e gás (8%); construtora (4%); telecomunicações móveis (4%); petróleo e gás (4%); agricultura (4%) e viagem (4%).

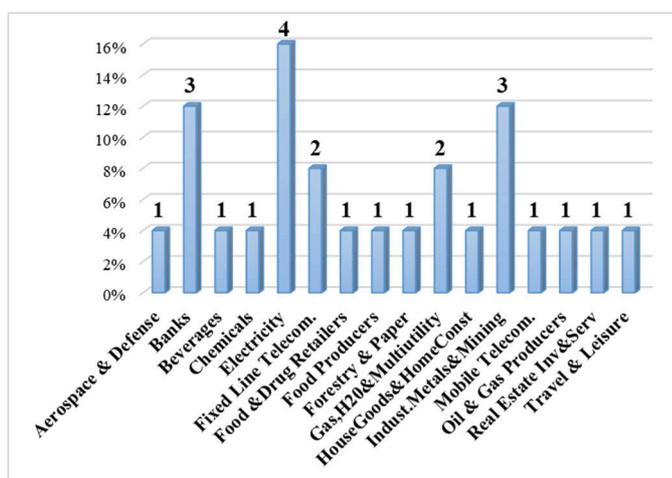


Figura 24. Gráfico de colunas, segundo quantidade de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, por área de atuação.

Ao segregar os 172 relatórios anuais 20-F pesquisados por área de atuação, é possível observar uma concentração no segmento de eletricidade, representado por oito relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas, cerca de 36,4% do total, conforme Figura

25, adiante. Nessa área de atuação empresarial, está a empresa Eletrobrás, que colabora com sete desses relatórios.

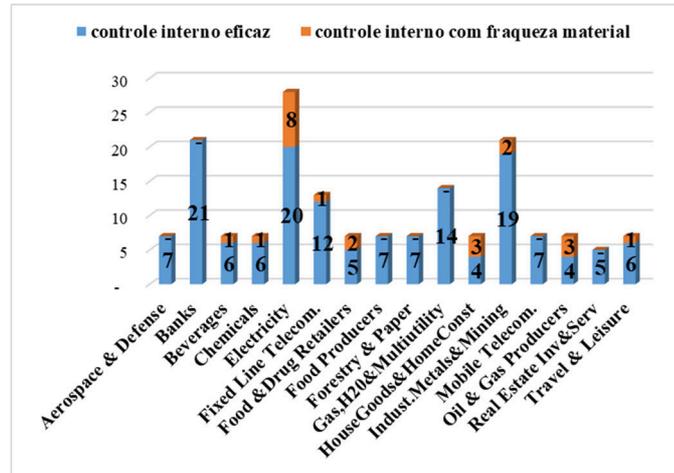


Figura 25. Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por área de atuação.

Ao observar a Figura 25, é possível identificar que algumas áreas, como aeroespacial, bancos, alimentação, papel, água e gás, telecomunicações móveis e agricultura, não apresentaram esses relatórios. Isso indica que a administração está fazendo uma gestão eficiente na elaboração e manutenção dos controles internos contábeis relacionados à divulgação de relatórios financeiros públicos aos demais agentes econômicos interessados na informação, conforme os princípios de governança corporativa. Conforme Figura 26, em seguida:

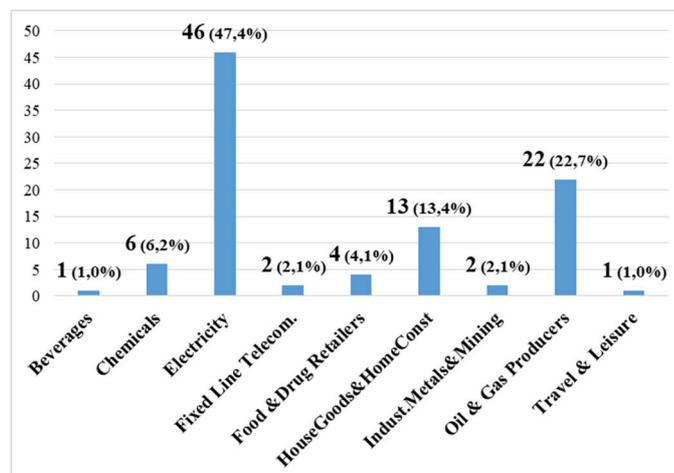


Figura 26. Gráfico de colunas, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por área de atuação.

As 97 fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis estão distribuídas conforme a Figura 26. Nota-se uma grande concentração na área de eletricidade, com 46, cerca de 47,4% do total. Como citado, a empresa Eletrobrás é responsável, preponderantemente, pelas fraquezas materiais apontadas nessa área de atuação. Souza (2012) indica que ela já mantinha essa situação, representando 53% do total de fraquezas das empresas aqui estudadas.

Na sequência, a área de petróleo e gás representa 22,7% do total de fraquezas materiais divulgadas, com 22 divulgadas nos relatórios anuais 20-F. A área de construção divulgou 13, 13,4% do total.

Segue na Tabela 8, adiante, informações na forma de uma tabela cruzada entre a área de atuação e as categorias de divulgação de fraquezas materiais, indicando que a área de atuação eletricidade, além de apresentar predominância sobre as fraquezas materiais como um todo, também concentra os maiores números absolutos em algumas categorias de divulgação, semelhante aos achados de Ge e McVay (2005) com a atividade Computadores.

A área de atuação eletricidade está à frente, quanto às fraquezas materiais divulgadas, em, pelo menos, quatro categorias: 14 fraquezas materiais da categoria de divulgação 3-Relatório de encerramento e políticas contábeis; 13 da categoria 1-Especificidades Contábeis; sete da categoria 6-Conciliação contábil; e cinco da categoria 2-Treinamento.

Embora apresente o segundo maior número de fraquezas materiais divulgadas, a área de atuação petróleo e gás está à frente, apenas, da categoria de divulgação 9-Problemas de tecnologia, com cinco fraquezas materiais divulgadas. A área de atuação construção apresenta a terceira colocação de maior número; no entanto, não apresenta destaque em nenhuma das categorias.

Tabela 8

Distribuição de frequência absoluta, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais, por área de atuação

	Beverages	Chemicals	Electricity	Fixed Line Telecom.	Food & Drug Retailers	HouseGoods& HomeConst	Indust.Metals &Mining	Oil & Gas Producers	Travel & Leisure	Total
1-Especificidades contábeis	1	1	13			4	2	6		27
2-Treinamento		1	5	1				4		11
3-Relatório de encerramento e políticas contábeis			14	1		5				20
4-Reconhecimento de receitas			2			2			1	5
5-Segregação de função								2		2
6-Conciliação contábil		3	7			2		5		17
7-Especificidades com subsidiárias			4		4					8
8-Alta administração		1								1
9-Problemas de tecnologia			1					5		6
Total	1	6	46	2	4	13	2	22	1	97

4.4.2 Categorias de divulgação de fraquezas materiais e valor de mercado das empresas

De acordo com a Figura 27, em seguida, os relatórios anuais 20-F apresentam distribuição quase que uniforme, no que diz respeito à variável valor de mercado das empresas aqui estudadas. De um total de 172 relatórios pesquisados, 85 indicaram queda no valor de mercado das empresas, 49,4% do total. Em contrapartida, indicando elevação no valor de mercado das empresas, foram apontados 87 relatórios, 50,6% do total.

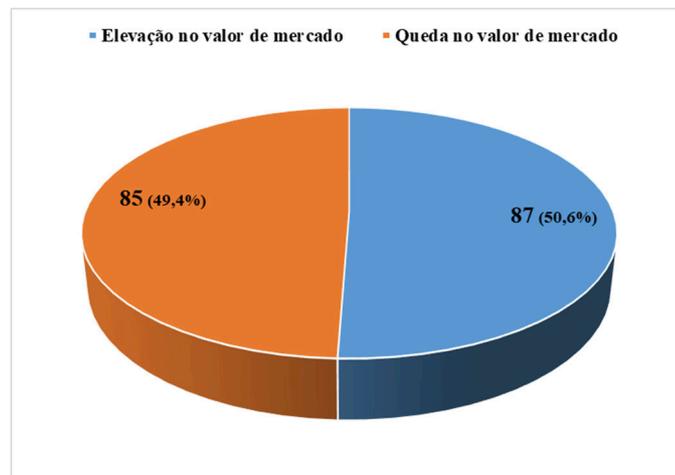


Figura 27. Gráficos de setores, segundo quantidade de mudanças no valor de mercado.

A Figura 28, adiante, expande a informação da figura 27, anterior, demonstrando a quantidade de relatórios anuais 20-F pesquisados, por exercício, classificando-os em elevação e queda no valor de mercado. Isso indica que existe uma distribuição assimétrica, no período, entre empresas que tiveram elevação no valor de mercado e aquelas que incorreram em queda.

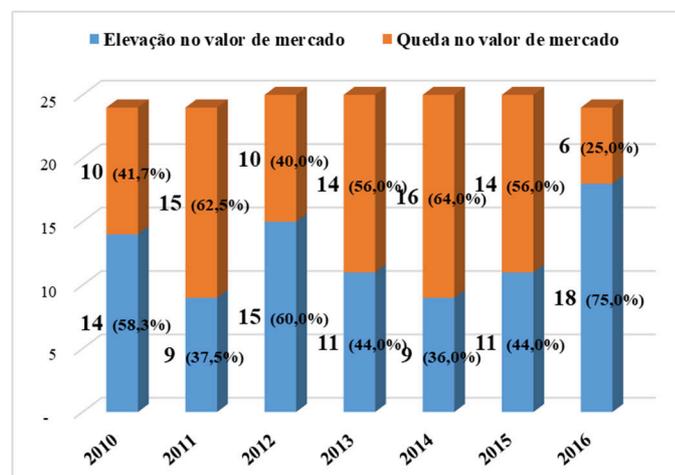


Figura 28. Gráficos de colunas, segundo quantidade de mudanças no valor de mercado, por exercício.

Entretanto, é possível observar que a maior disparidade ocorreu em 2016, quando apenas seis empresas apresentaram queda no valor de mercado, representando 75% do total, contra 18 que apresentaram elevação, 75% do total.

Ao considerar o levantamento de empresas que apresentaram mudanças no valor de mercado, buscou-se identificar a ocorrência de relação entre a divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis e as mudanças no valor de mercado das empresas aqui estudadas, pela análise bivariada entre as variáveis mudanças no valor de mercado (elevação ou queda) e avaliações dos controles internos contábeis (eficaz ou com fraqueza material). Conforme Tabela 9, adiante:

Tabela 9

Distribuição de frequência absoluta e percentual, segundo mudanças no valor de mercado e autoavaliações dos controles internos contábeis.

	Elevação no valor de mercado	%	Queda no valor de mercado	%	Total de oscilações	%
Controle interno eficaz	77	88,5	73	85,9	150	87,2
Controle interno com fraqueza material	10	11,5	12	14,1	22	12,8
Total	87	100	85	100	172	100

A Tabela 9, anterior, apresenta 10 relatórios anuais 20-F com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis para as empresas que apresentaram elevação no valor de mercado, 11,5% do total de relatórios anuais 20-F, e 12 para as empresas que apresentaram queda, 14,1% do total. Conforme a Figura 29, adiante:

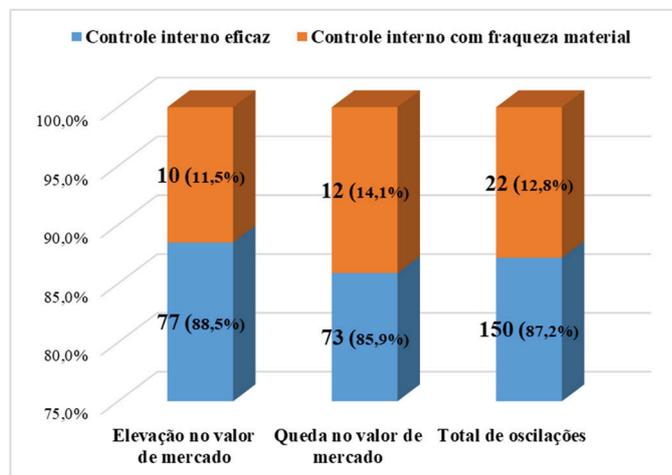


Figura 29: Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por mudanças no valor de mercado.

Com base na Figura 29, anterior, observa-se que as proporções percentuais entre as empresas que apresentaram elevação no valor de mercado e aquelas que apresentaram queda, quanto à divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, estão muito próximas, com 11,5% e 14,1%, respectivamente. Ainda, em relação à proporção percentual do total de mudanças no valor de mercado, 12,8%.

Logo, é possível descrever que não há qualquer associação entre fraquezas materiais divulgadas e valor de mercado para as empresas aqui estudadas. Conforme Figura 30, adiante:

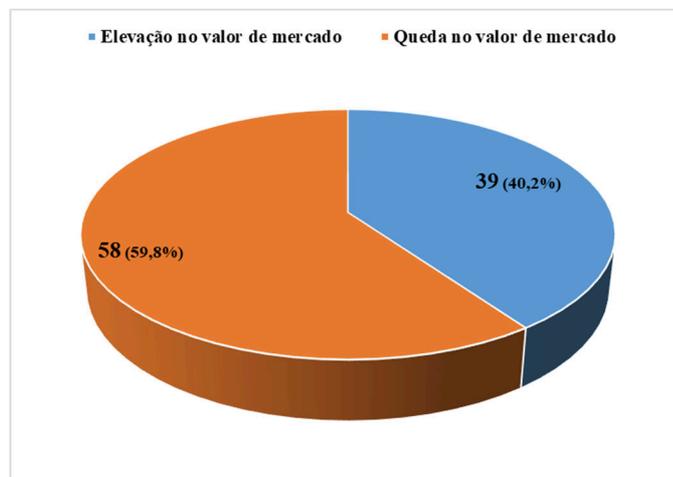


Figura 30: Gráfico de setores, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por mudanças no valor de mercado.

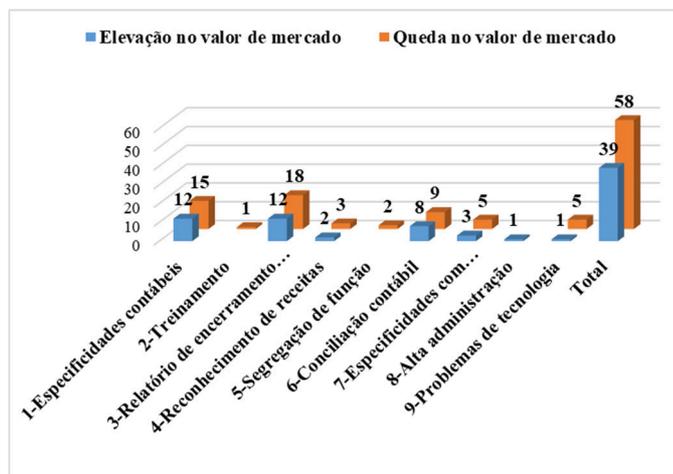


Figura 31: Gráfico de colunas, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais, por mudanças no valor de mercado.

Após classificar as fraquezas materiais divulgadas por mudanças no valor de mercado, conforme a Figura 30, anterior, observa-se que 58 estão dispostas nos relatórios anuais 20-F das empresas que apresentaram queda, representando 59,8% do total das fraquezas materiais

divulgadas. As outras 39 fraquezas estão relacionadas nos relatórios anuais 20-F de empresas que apresentaram elevação no valor de mercado, representando 40,2% do total de relatórios. Conforme Figura 31, anterior.

Observa-se na Figura 31, anterior, que as empresas que apresentaram queda no valor de mercado estão dispostas em quase todas as categorias, com exceção, apenas, da 1-Alta administração. Das fraquezas materiais divulgadas, 18 referem-se à categoria 3-Relatório de Encerramento e Políticas Contábeis; 15 à categoria 1-Especificidades Contábeis; e nove à categoria 6-Conciliação Contábil. Essas fraquezas representam 72,4% do total de fraquezas materiais divulgadas pelas empresas com queda no valor de mercado.

Adicionalmente, correspondente a 82,0% do total, estão listadas as seguintes fraquezas materiais divulgadas: 12 para a categoria 1-Especificidade Contábeis; 12 para a categoria 3-Relatório de Encerramento e Políticas Contábeis; e oito para a categoria 6-Conciliação Contábil.

4.4.3 Categorias de divulgação de fraquezas materiais e tamanho das empresas

Conforme a Figura 32, adiante:

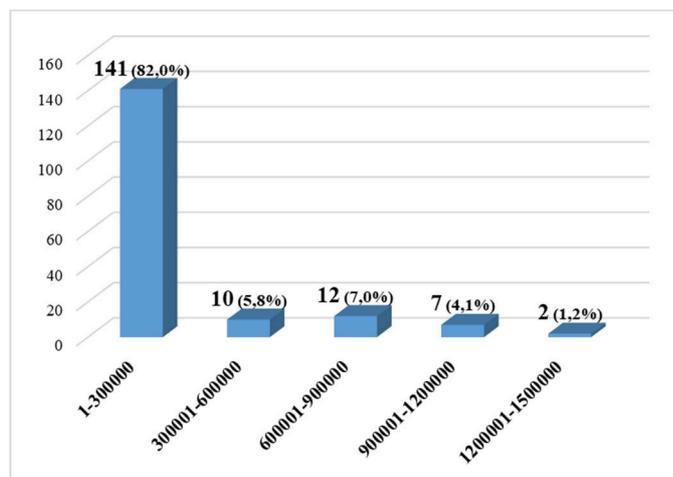


Figura 32. Gráfico de colunas, segundo quantidade de ativos por classe de valores de ativos em milhões de R\$.

Em relação à variável tamanho das empresas, os relatórios anuais 20-F levantados e analisados estão massivamente concentrados na classe de ativos com valores até R\$300.000 milhões, com 141 relatórios, representando 82,0% do total de relatórios.

A Figura 32, anterior, também indica que os demais relatórios estão distribuídos da seguinte forma: 10 na classe de ativos com valores entre R\$300.001 e R\$600.000 milhões, indicando 5,8% do total; 12 na classe de ativos com valores entre R\$600.001 e R\$900.000 milhões, indicando 7,0% do total; sete na classe de ativos com valores entre R\$900.001 e

R\$1.200.000 milhões, indicando 4,1% do total; apenas dois na classe de ativos com valores acima de R\$1.200.001 milhões, com 1,2% do total.

A Figura 33, adiante, expande a informação do gráfico anterior, apresentando uma distribuição quase que uniforme a cada ano, dos relatórios anuais 20-F levantados e analisados. Observa-se que, nos dois primeiros anos do período de pesquisa, apresentou-se, somente, as três primeiras classes de ativos, e apenas nos dois últimos anos constam todas as classes:

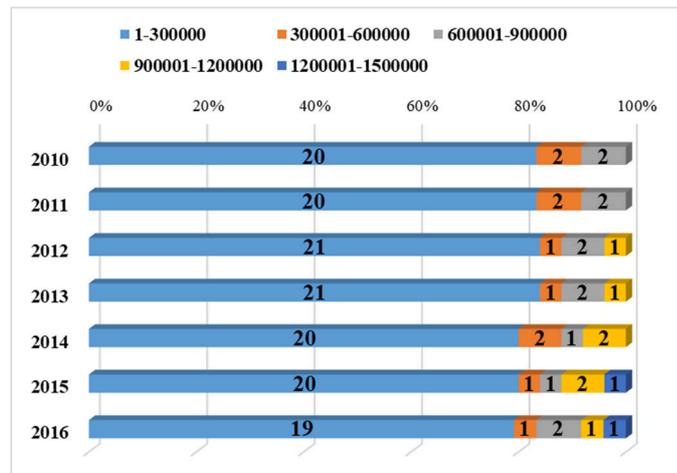


Figura 33. Gráfico de barras, segundo quantidade de ativos por classe de valores de ativos em milhões de R\$, por exercício.

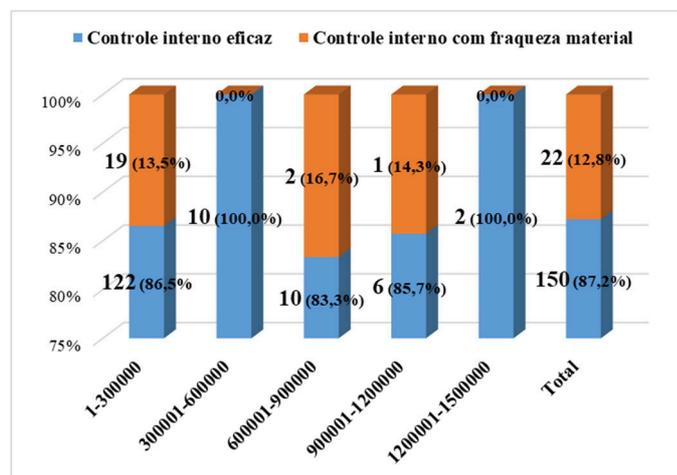


Figura 34. Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por classe de valores de ativos em milhões de R\$.

Quanto aos relatórios anuais 20-F com reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos, as classes de ativos com valores entre R\$300.001 e R\$600.000 milhões e

acima de R\$1.200.001 milhões não apresentaram ocorrência de fraquezas, conforme a Figura 34, anterior.

Adicionalmente, percebe-se que as demais classes de ativos apresentam proporções percentuais de fraquezas materiais divulgadas muito próximas entre elas, com 13,5%, 16,7% e 14,3%, respectivamente; também, em relação à proporção percentual do total de fraquezas, correspondente a 12,8%.

Logo, considerando essa exposição, é possível descrever que não há qualquer associação entre fraquezas materiais divulgadas e tamanho para as empresas aqui estudadas. Conforme Figura 35, adiante:

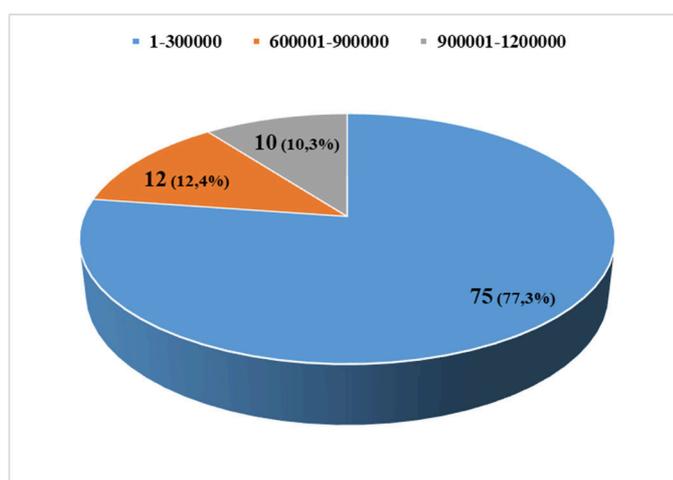


Figura 35: Gráfico de setores, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por classe de valores de ativos em milhões de R\$.

Após a classificação das fraquezas materiais divulgadas por classes de ativos, conforme a Figura 35, anterior, observa-se a grande concentração dessas fraquezas na classe de ativos com valores até R\$300.000 milhões, indicando a ocorrência de 75 delas ou 77,3% do total. Isso faz sentido, considerando que a maioria dos relatórios anuais 20-F com reconhecimento dessas fraquezas está inserida nessa classe de ativos, conforme o gráfico anterior.

Ge e McVay (2005) apresentaram os achados relacionados ao tamanho das empresas. Primeiro, identificaram que as empresas com deficiências em Treinamento, Relatório de Encerramento e Políticas Contábeis e Conciliação Contábil tendem a ser aquelas de menor tamanho. Isso é considerado consistente, com a intuição de que empresas pequenas apresentam maior probabilidade com falta de pessoal qualificado e maiores dificuldades em desenhar e aplicar políticas contábeis adequadas.

Segundo, deficiências no reconhecimento de receitas parecem ser relativas às grandes empresas, pois estão sujeitas a maiores pressões para gerenciar resultados que podem impactar nas políticas de reconhecimento de receitas. E terceiro, também foi considerado como consistente com intuição, grandes empresas apresentam deficiências relacionadas às especificidades com subsidiárias ou contas complexas. Conforme Figura 36, adiante:

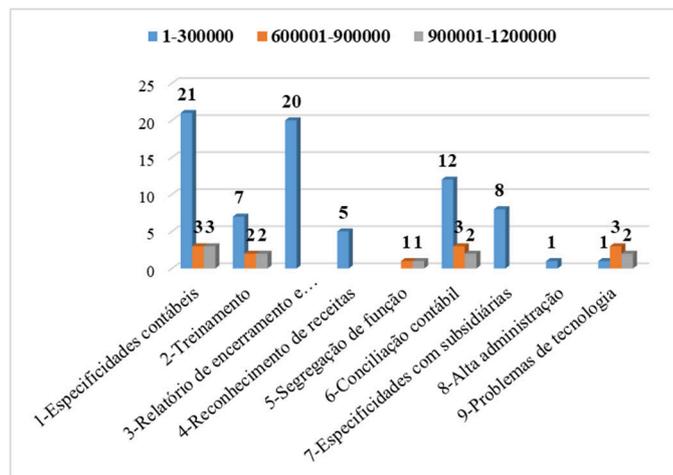


Figura 36: Gráfico de colunas, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, por classe de valores de ativos em milhões de R\$.

A Figura 36, anterior, apresenta a quantidade de fraquezas materiais divulgadas por categorias de divulgação para as classes de ativos correspondentes. Para corroborar o identificado no gráfico 35, a classe de ativos com valores até R\$300.000 milhões está contida em quase todas as categorias de divulgação de fraquezas materiais; e exclusivamente, nas categorias 3-Relatório de encerramento e políticas contábeis, 4-Reconhecimento de receitas, 7-Especificidades com subsidiárias e 8-Alta administração; com exceção, apenas, da categoria 5-Segregação de função.

4.4.4 Categorias de divulgação de fraquezas materiais e resultado econômico das empresas

Um dos achados de Ge e McVay (2005) está relacionado à associação entre a rentabilidade das empresas e a autoavaliação dos controles internos contábeis. Por meio de testes estatísticos, encontraram evidências que suportam a ideia de que a divulgação de fraquezas materiais das empresas está negativamente associada ao desempenho, partindo do princípio de que empresas que apresentam resultados ruins podem não ser capazes de investir em controles internos, pois estão mais preocupadas em permanecer no negócio.

De acordo com a Figura 37, adiante, de um total de 172 relatórios anuais 20-F pesquisados, 137 apresentaram DRE com lucro, representando 79,7% do total de relatórios

pesquisados. Em contrapartida, divulgando DRE com prejuízo, foram apontados 35 relatórios, que compreendem 20,3% do total:

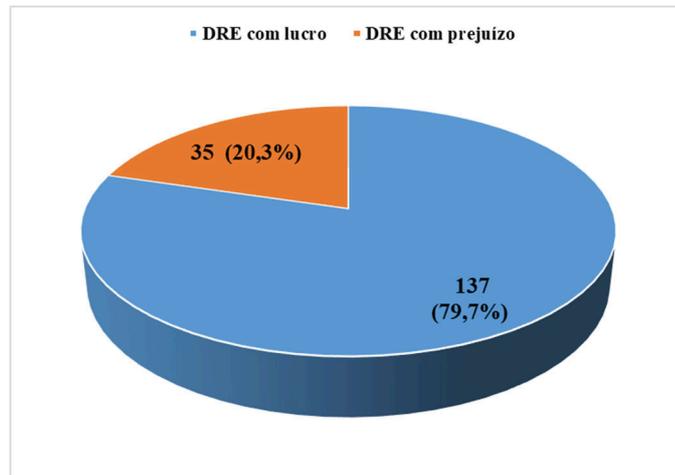


Figura 37. Gráficos de setores, segundo quantidade de resultados econômicos.

A Figura 38, adiante, expande a informação da Figura 37, anterior, apresentando a informação por período anual. Observa-se que a incidência de relatórios anuais 20-F com prejuízos ocorreu, de forma preponderante, nos últimos anos do período de levantamento:

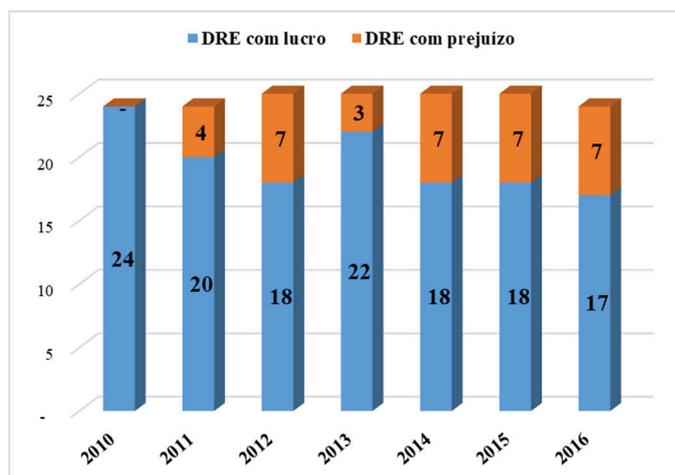


Figura 38. Gráficos de colunas, segundo quantidade de resultados econômicos, por exercício.

Após identificar os relatórios anuais 20-F com reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, buscou-se identificar a ocorrência de relação entre a divulgação dessas fraquezas e os resultados econômicos das empresas aqui estudadas, pela análise bivariada entre as variáveis resultados econômicos (lucro ou prejuízo) e avaliações dos

controles internos contábeis (eficaz ou com fraqueza material). Conforme Tabela 10, em seguida:

Tabela 10

Distribuição de frequência absoluta e percentual, segundo resultados econômicos e autoavaliações dos controles internos contábeis.

	DRE com lucro	%	DRE com prejuízo	%	Total de DREs	%
Controle interno eficaz	129	94,2	21	60,0	150	87,2
Controle interno com fraqueza material	8	5,8	14	40,0	22	12,8
Total	137	100	35	100	172	100

O resultado da Tabela 10, anterior, apontou oito relatórios anuais 20-F com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis para as DRE que indicam lucro. Ainda, 14 para as DRE que indicam prejuízo. Conforme Figura 39, adiante:

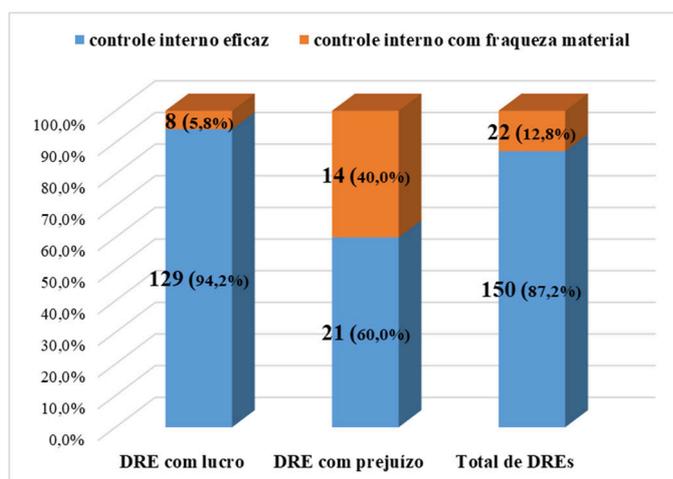


Figura 39: Gráfico de colunas, segundo quantidade de autoavaliações dos controles internos contábeis divulgados nos relatórios anuais 20-F, por resultados econômicos.

De acordo com a Figura 39, anterior, as proporções de DRE que evidenciam lucro (5,8%) e prejuízo (40,0%), com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, são diferentes entre si e díspares em relação à proporção marginal (12,8%), indicando uma aproximação entre esses relatórios e as DRE que apresentam prejuízos. Em contrapartida, maior concentração de controle interno contábil eficaz nas DRE que apresentam lucro (94,2%).

Logo, pode-se descrever que a divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis está associada aos resultados econômicos das empresas aqui listadas, indicando a existência de uma forte relação de dependência entre as variáveis qualitativas

resultados econômicos (lucro ou prejuízo) e avaliações dos controles internos contábeis (eficaz ou com fraqueza material). Conforme a Figura 40, a seguir:

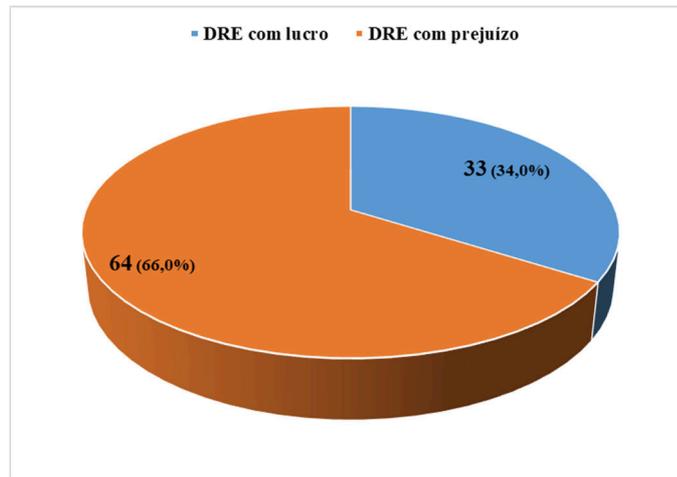


Figura 40: Gráfico de setores, segundo quantidade de fraquezas materiais divulgadas, por resultados econômicos.

A Figura 40, anterior, demonstra que 64 fraquezas materiais foram divulgadas em relatórios anuais 20-F que apresentam DRE que evidenciam prejuízos, representando 66% do total de fraquezas. Conforme a Figura 41, a seguir:

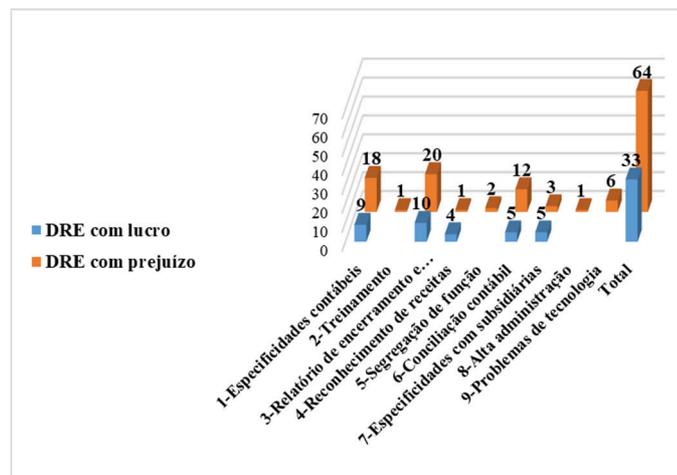


Figura 41: Gráfico de colunas, segundo categorias de divulgação de fraquezas materiais, por resultados econômicos.

Ainda em relação aos tipos de fraquezas materiais divulgadas, as duas categorias com o maior número delas estão proporcionalmente distribuídas entre os relatórios anuais 20-F com DRE que apresentam lucros e prejuízos. Entretanto, aqueles com DRE que apresentam

prejuízos indicam a ocorrência de todas as categorias de fraquezas materiais, enquanto os que apresentam lucros reconhecem, apenas, cinco categorias, conforme a Figura 41 anterior.

Com o exposto, foi possível verificar o alinhamento da pesquisa, quanto às informações disponibilizadas nos relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas, mesmo que obrigadas por força da *SOX*, à fundamentação teórica apresentada neste trabalho, quanto à prestação de contas, divulgação, transparência e conformidade. Esses são os princípios que norteiam a governança corporativa que, por sua vez, busca minimizar os conflitos de agência e reduzir a assimetria de informação, problemas esses discutidos pela teoria contratual da firma.

5 Conclusões

A partir do estudo da teoria contratual da firma, foi possível identificar a existência da assimetria informacional e do conflito de agência. Esses podem ocorrer quando os administradores, em geral, têm acesso privilegiado às informações econômicas, financeiras e patrimoniais das empresas em relação aos demais interessados; e usam opções contábeis para gerenciar resultados, incorrendo em beneficiamento de um indivíduo participante de uma organização em prejuízo dos demais agentes econômicos, ferindo o que dispõem as boas práticas de governança corporativa e prejudicando a função utilidade da informação contábil.

A governança corporativa, baseada em princípios, como a prestação de contas, a divulgação, a transparência e a conformidade, todos voltados à gestão empresarial, procura criar um ambiente de harmonia informacional entre todos os agentes econômicos envolvidos na sociedade empresarial, que usam os relatórios financeiros públicos para tomar decisões relacionadas aos interesses na empresa que reporta a informação.

Entretanto, diversos escândalos empresariais chegaram ao conhecimento do mercado de capitais, abalando o potencial desse negócio. Com isso, para resgatar a credibilidade desse mercado, foi promulgada a *SOX*, em 2002. Essa promoveu a regulamentação de regras, visando a atender às boas práticas de governança corporativa, obrigatoriamente, para todas as empresas registradas nas bolsas de valores dos EUA, incluindo as estrangeiras, dentre as quais estão as brasileiras emissoras de *ADRs*.

Alinhadas às regras estabelecidas pela referida Lei, a governança corporativa indica que a gestão de riscos seja feita pelo administrador, demonstrando o desempenho obtido de acordo com as estratégias propostas pelos acionistas. Para isso, entre uma série de obrigações para promover a transparência na prestação de contas, os administradores são obrigados a declarar a veracidade das informações, inclusive dos controles internos necessários para elaborar e divulgar as demonstrações contábeis.

Esta pesquisa foi motivada pela identificação de persistentes não conformidades quanto aos controles internos contábeis aplicados ao processo de elaborar as demonstrações contábeis, indo de encontro às exigências normativas voltadas a essa finalidade. Os controles internos procuram minimizar e/ou eliminar oportunidades para possíveis falhas processuais; ou, ainda, aumentar a eficiência do processo gerencial. Assim, a ocorrência de fraquezas materiais nos controles internos contábeis pode incorrer em impactos para o processo decisório empresarial e a tomada de decisões pelos *stakeholders*.

O objetivo desta pesquisa foi identificar os tipos de fraquezas materiais reconhecidas nos controles internos contábeis, divulgadas nos relatórios anuais 20-F das empresas brasileiras listadas na *NYSE*. Ainda, identificar as características gerais dessas empresas, que divulgaram, em seus relatórios anuais 20-F, fraquezas materiais nos controles internos contábeis.

O item 15 - Controles e Procedimentos, um campo de preenchimento obrigatório para atender aos requisitos previstos nas seções 302 e 404 da *SOX*, está disposto em cada um dos relatórios anuais 20-F. Apresenta, de forma segregada ou em texto único, os seguintes tópicos: os controles e procedimentos de divulgação; o relatório da administração sobre os controles internos contábeis relacionados aos relatórios financeiros; o relatório de opinião da empresa de auditoria independente e as mudanças nos controles internos relacionados aos relatórios financeiros. A análise desses tópicos foi condicional para alcançar os resultados apontados nesta pesquisa.

Os resultados indicaram a existência de 22 relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas, ou 12,8% de um total de 172, arquivados no período entre 2010 e 2016 pelas empresas aqui estudadas. Quanto à abertura por ano, constatou-se que 12 relatórios foram arquivados entre 2015 e 2016, ou 54,5% do total; ou seja, mais da metade foi arquivada nos dois últimos anos do período selecionado para a pesquisa.

Consoante às empresas de auditoria independente, com exceção dos cinco relatórios arquivados pela empresa BrasilAgro, que está desobrigada de apresentar o relatório de opinião da auditoria independente, todos os outros foram examinados pelas empresas conhecidas como *Big Four*: Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e PWC; destaque para essa última, que assinou 57 relatórios de opinião de auditoria independente, cerca de 1/3 (um terço) do total identificado no período selecionado para a pesquisa.

Em relação aos relatórios de opinião da empresa de auditoria independente, identificou-se uma única divergência entre o total de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas pelos administradores das empresas, e os resultados dos exames dos auditores independentes acerca dos controles internos das empresas.

Embora a administração da empresa SABESP, no exercício de 2015, tenha feito a autoavaliação, reconhecendo controle interno eficaz, o relatório de opinião da auditoria independente apresentou opinião adversa acerca dos controles internos. Logo, quanto ao total de opiniões indicando deficiências nos controles internos contábeis, a análise dos relatórios de auditoria independente apontou 23 relatórios anuais 20-F.

No quesito mudanças dos controles internos relacionados aos relatórios financeiros, constante do item 15 – Controles e Procedimentos, nem todos os relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas indicaram mudanças nos desenhos de controles internos. Nesse sentido, 19 apresentaram a ocorrência de mudanças nos controles internos, ou 86,4% do total. Em contrapartida, oito relatórios anuais 20-F com controle interno eficaz, ou 5,3% do total dessa categoria, reportaram mudanças nos controles internos, possivelmente por obsolescência dos desenhos anteriores para os controles internos.

Pela técnica de análise de dados conhecida por análise de conteúdo, foram identificadas, classificadas e categorizadas todas as fraquezas materiais nos controles internos contábeis divulgadas nos relatórios anuais 20-F, objetivando a identificar os tipos de fraquezas reconhecidas nos controles internos contábeis, divulgadas nos relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas, para obter os resultados semelhantes às pesquisas de Ge e McVay (2005) e Souza (2012), quanto à classificação e categorização de fraquezas materiais.

Assim, foram identificadas, ao todo, 97 fraquezas nos relatórios anuais 20-F. Observou-se uma concentração delas nos relatórios de 2015 e 2016, com 40 divulgadas, ou 41,3% do total. Esse resultado está consistente com a preponderância de relatórios anuais 20-F com fraquezas divulgadas nos exercícios 2015 e 2016.

Os resultados indicaram uma média de 4,41 fraquezas materiais divulgadas por relatório anual 20-F. Entre os relatórios com fraquezas materiais, sete deles, ou 31,8% do total dessa categoria, apontaram, apenas, uma fraqueza em cada. Em seguida, cinco relatórios, ou 22,7% do total dessa categoria, apresentaram seis fraquezas em cada. Apenas um reconheceu 10 fraquezas materiais, sendo esse o número máximo de fraquezas divulgadas nos relatórios anuais 20-F levantados e analisados nesta pesquisa.

Consoante à classificação nas categorias de divulgação de fraquezas materiais proposta por Ge e McVay (2005), o maior número delas está concentrado na categoria de divulgação 1-Especificidades Contábeis, com 27, ou 27,8% do total dessa categoria.

Na sequência, a segunda maior concentração refere-se à categoria de divulgação 3-Relatório de encerramento e políticas contábeis, com 20 fraquezas divulgadas, que corresponde a 20,6% do total dessa categoria. A terceira com maior número de fraquezas materiais é a 6-Conciliação Contábil, com 17 fraquezas materiais divulgadas, ou 17,5% do total dessa categoria.

A classificação nas categorias de divulgação de fraquezas materiais ainda apontou a ocorrência de apenas uma fraqueza divulgada para a categoria de divulgação 8-Alta Administração, ou 1% do total dessa categoria. A categoria 5-Segregação de função

apresentou somente duas fraquezas divulgadas, com 2,1% do total dessa categoria. A terceira menor concentração está na categoria 4-Reconhecimento de receitas, com cinco fraquezas materiais divulgadas e 5,2% do total dessa categoria.

Para determinar e classificar os tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-F das empresas aqui estudadas, procurando identificar características gerais daquelas que reconhecem deficiências nas práticas dos controles internos contábeis, a variável qualitativa autoavaliação dos controles internos foi analisada em conjunto com as variáveis área de atuação das empresas, valor de mercado das empresas, tamanho das empresas e resultado econômico das empresas, por tabela cruzada.

A análise das variáveis qualitativas autoavaliação dos controles internos e área de atuação das empresas indicou uma concentração de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais divulgadas no segmento de eletricidade, com oito relatórios, ou 36,4% do total dessa categoria. Nesse segmento, a empresa Eletrobrás colaborou com sete relatórios; ou seja, divulgou fraquezas materiais em todos os relatórios anuais 20-F no período selecionado para esta pesquisa.

As fraquezas materiais divulgadas também foram preponderantes na área de atuação eletricidade, apontando 46 delas nos relatórios anuais 20-F, ou 47,4% do total dessa categoria. Em seguida, a área de petróleo e gás, com 22 fraquezas divulgadas, ou 22,7% do total dessa categoria. A área de construção divulgou 13 fraquezas, ou 13,4% do total dessa categoria.

A área de atuação eletricidade, além de apresentar predominância sobre as fraquezas materiais divulgadas como um todo, também concentra os maiores números absolutos em algumas categorias de divulgação, como a categoria 3-Relatório de encerramento e políticas contábeis, com 14 fraquezas materiais divulgadas; a 1-Especificidades contábeis, com 13; a 6-Conciliação contábil, com sete; e a 2-Treinamento, com cinco.

A tabela cruzada entre as variáveis qualitativas autoavaliação dos controles internos e valor de mercado das empresas identificou que não existe qualquer associação entre fraquezas materiais divulgadas e valor de mercado para as empresas aqui estudadas. Entretanto, observou-se que 58 fraquezas materiais divulgadas estão dispostas nos relatórios anuais 20-F das empresas que apresentaram queda no valor de mercado, ou 59,8% do total dessa categoria. As empresas com queda no valor de mercado estão dispostas em quase todas as categorias, com exceção, apenas, da categoria de divulgação 1-Alta administração.

Em relação à análise qualitativa entre as variáveis autoavaliação dos controles internos e tamanho das empresas, os ativos totais foram divididos em cinco classes de valores, em milhões de R\$. Nos dois primeiros anos do período de pesquisa, apresentou-se, somente, as

três primeiras classes, e apenas nos dois últimos anos constaram todas. Aquelas com valores entre R\$300.001 e R\$600.000 milhões e acima de R\$1.200.001 milhões não apresentaram ocorrência de fraquezas materiais divulgadas. Constatou-se que não há qualquer associação entre fraquezas materiais divulgadas e tamanho para as empresas aqui estudadas.

Uma grande concentração de fraquezas materiais divulgadas está presente na classe de ativos com valores até R\$300.000 milhões, indicando a ocorrência de 75 fraquezas, ou 77,3% do total dessa categoria. A classe de ativos com valores até R\$ 300.000 milhões está contida em quase todas as categorias de divulgação de fraquezas materiais, com exceção, apenas, da 5-Segregação de função.

A tabela cruzada entre as variáveis autoavaliação dos controles internos e resultado econômico das empresas apresentou que as proporções de DRE que evidenciam lucro (5,8%) e prejuízo (40,0%), com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis, são diferentes entre si e díspares em relação à proporção marginal (12,8%). Isso indica uma aproximação entre relatórios anuais 20-F com divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis e as DRE que apresentaram prejuízos.

Logo, constatou-se que a divulgação de fraquezas materiais nos controles internos contábeis está associada aos resultados econômicos das empresas aqui estudadas, indicando a existência de uma forte relação de dependência entre as variáveis qualitativas resultados econômicos (lucro ou prejuízo) e avaliações dos controles internos contábeis (eficaz ou com fraqueza material).

A pesquisa demonstrou que 64 fraquezas materiais foram divulgadas em relatórios anuais 20-F que apresentam DRE com prejuízo, ou 66% do total. Pereira (2009) explica a importância dos controles internos contábeis para o sucesso das organizações. O autor indica a necessidade de elaborar e divulgar as informações contábeis, seguindo os procedimentos eficazes de controles internos contábeis, conforme a estrutura desenvolvida pelo *COSO*, que procura minimizar impactos por possíveis erros ou fraudes, pelo uso adequado dos métodos, técnicas e procedimentos de controle, fortalecendo a gestão de governança corporativa.

O exercício do controle, em qualquer atividade, está sempre associado ao ato de fiscalização, para que não ocorram desvios em relação aos padrões anteriormente definidos. Caso ocorram, os controles, portanto, devem detectá-los e divulgá-los, para proporcionar condições de realizações de ações corretivas. (Antunes, 1998, p.60).

Para Church e Schneider (2016), a divulgação de deficiências materiais pode levar os investidores a questionar a confiabilidade dos relatórios financeiros. Além disso, os investidores podem verificar a possibilidade de distorções relevantes e não-conformes com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Com as considerações supracitadas, este estudo alcançou o objetivo elaborado para responder à questão de pesquisa proposta. No entanto, reconhecendo as devidas limitações, foram usados, apenas, os relatórios anuais 20-F das empresas brasileiras listadas na *NYSE*, arquivados para os períodos encerrados entre 2010 e 2016.

Assim, destaca-se que os resultados obtidos não podem ser utilizados para inferir resultados para outros ambientes, empresas, países, períodos, etc. Isso porque cada campo de estudo apresenta determinadas particularidades que podem destoar os resultados, ante as características gerais de empresas aqui estudadas, considerando a aplicação da mesma metodologia de pesquisa deste estudo.

O objetivo proposto não contemplou uma avaliação de forma e conteúdo das informações dispostas no item 15 – Controles e Procedimentos, constante nos relatórios anuais 20-F divulgados pelas empresas e arquivados na *SEC*.

Logo, propõe-se um levantamento para avaliar a padronização e uniformização das informações disponibilizadas no item 15 – Controles e Procedimentos, em consonância com as seções 302 e 404 da *SOX*, para identificar e apontar os possíveis tipos de estrutura e divulgar aqueles classificados como *benchmarking*, para atender à referida Lei.

Outra sugestão para futuras pesquisas está relacionada a constatar a concentração de relatórios anuais 20-F com fraquezas materiais nos controles internos contábeis nos últimos anos do período de levantamento dos dados para este estudo. Assim, a proposta para essa sugestão considera levantar e identificar pontos em comum entre as empresas brasileiras listadas na *NYSE* que divulgaram fraquezas materiais nos controles internos contábeis.

Adicionalmente, sugere-se pesquisas, por meio de estudo de caso, para as empresas brasileiras aqui estudadas, buscando identificar as motivações ou causas que as levaram a fazer essa divulgação, mesmo considerando um atual ambiente de controle rigoroso baseado em leis e normas.

Em complemento à sugestão anterior, recomenda-se buscar impactos empresariais causados por autuações, multas por infrações ou quaisquer outros custos financeiros associados ao reconhecimento de fraquezas materiais nos controles internos contábeis das empresas aqui estudadas. Isso considerando que a persistência dessas fraquezas nos relatórios financeiros públicos pode representar perda de credibilidade da informação contábil frente aos *stakeholders*. Sugere-se, ainda, estudos amparados por outras teorias, para alcançar os limites entre os princípios e as regras propostas pelos assuntos discorridos nesta pesquisa.

Enfim, este estudo apresenta a indicação de que a função utilidade da informação contábil é posta à prova, quanto ao reporte de desempenho aos *stakeholders*, considerando

que esses dependem dos relatórios financeiros públicos para tomar as decisões cabíveis aos interesses contratados com a empresa que divulga a informação.

Embora as empresas precisem atender às boas práticas de governança corporativa, que objetivam a minimizar os impactos causados pelo conflito de interesses e pela assimetria informacional, além dos rigores existentes para que se faça cumprir esses princípios e regras, ainda existem espaços para que determinados agentes econômicos oportunos possam tomar alguma vantagem sobre os demais interessados em determinada organização.

Referências

- Antunes, J. (1998). *Contribuição ao estudo da avaliação de risco e controles internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25012005-164416/pt-br.php>
- Assi, M. (2012). *Gestão de riscos com controles internos: Ferramentas, certificações e métodos para garantir a eficiência dos negócios*. São Paulo: Saint Paul.
- Auditing Standards (AS) 1305*, March 2015. Communications about control deficiencies in an audit of financial statements. Recuperado de <https://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/AS1305.aspx>
- Balsam, S., Jiang, W., & Lu, B. (2014). Equity incentives and internal control weaknesses. *Contemporary Accounting Research*, 31(1), 178-201. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1911-3846.12018/abstract>. doi: 10.1111/1911-3846.12018.
- Borgerth, V. M. da C. (2007). *SOX: Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley*. São Paulo: Cengage Learning.
- Bouça, M. F. (2017). *A auditoria e a gestão do risco* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP, Porto, Portugal. Recuperado de <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/11284>.
- Caixe, D. F. & Krauter, E. (2014). Relação entre governança corporativa e valor de mercado: Mitigando problemas de endogeneidade. *BBR Brazilian Business Review*, 11(1), 96-117. Recuperado de http://www.bbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=1082. doi: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2014.11.1.5>.
- Church, B. K. & Schneider, A. (2016). The impacts of section 302 and 404(b) internal control disclosures on prospective investor's judgements and decisions: An experimental study. *International Journal of Auditing*, 20(2), 175-185. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijau.12065>. doi: <https://doi.org/10.1111/ijau.12065>.
- Clemente, A., Antonelli, R. A., Scherer, L. M. & Cherobim, A. P. M. S. (2014). O mercado brasileiro precifica a adesão e a migração aos níveis diferenciados de governança corporativa? *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 11(2), 140-152. Recuperado de <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2014.112.04>. doi: 10.4013/base.2014.112.04.
- COSO Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2017). *Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance: executive summary*. Jersey City: Autor. Recuperado de <https://www.coso.org/Documents/2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf>

- Deliberação CVM n. 675, de 13 de dezembro de 2011. Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0600/deli675.html>.*
- Deloitte Touche Tohmatsu. (2003). *Lei Sarbanes-Oxley: Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos*. São Paulo: Autor. Recuperado de <http://www.ibgc.org.br/index.php/biblioteca/192/Lei-Sarbanes-Oxley-guia-para-melhorar-a-governanca-corporativa-atraves-de-eficazes-controles-internos>
- Domingues, I. de O. (2016). *Práticas de controle interno e gestão de riscos corporativos em um grupo de companhias aéreas brasileiras* (Dissertação de mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/000031/00003170.pdf>
- Donelson, D. C., Ege, M. S. & McInnis, J. M. (2017). Internal control weaknesses and financial reporting fraud. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 36(3), 45-69. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2449287. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/ajpt-51608>.
- Feng, M., Li, C. McVay, S. E. & Skaife, H. (2015). Does ineffective internal control over Financial Reporting affect a firm's operations? Evidence from firm's inventory management. *The Accounting Review*, 90(2), 529-557. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2187599. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/accr-50909>.
- Fontes, J. R., Fº, & Bronstein, M. (2014). Além dos acionistas: Como as boas práticas de governança corporativa beneficiam os diversos stakeholders da empresa In: J. R. Fontes Fº & R. P. C. Leal. (Coord.). *Governança corporativa e criação de valor* (Cap. 2, pp. 39-53). São Paulo: Atlas.
- Ge, W. & McVay, S. (2005). The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act. *Accounting Horizons*, 19(3), 137-158. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=620743. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/acch.2005.19.3.137>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. L., Arima, C. H. & Nakamura, W. T. (2013). *Gestão: Controle interno, risco e auditoria*. São Paulo: Saraiva.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. (A. Z. Sanvicente, Trad). São Paulo: Atlas. (Obra original publicada em 1992).
- Iudícibus, S. (2010). *Teoria da contabilidade* (10a ed.). São Paulo: Atlas.
- Järvinen, T. & Myllymäki, E. R. (2016). Real earnings management before and after reporting SOX 404 evidence weaknesses. *Accounting Horizons*, 30(1), 119-141. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/283776087_Real_Earnings_Management_Before_and_After_Reporting_SOX_404_Material_Weaknesses. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/acch-51310>.

- Johnstone, K., Li, C. & Rupley, K. H. (2011). Changes in corporate governance associated with the revelation of internal control material weaknesses and their subsequent remediation. *Contemporary Accounting Research*, 28(1), 331-383. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1911-3846.2010.01037.x/abstract>. doi: 10.1111/j.1911-3846.2010.01037.x.
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., Ma, C. & Zhou J. (2016). National culture and internal controle material weaknesses around the world. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 31(1), 28-50. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2481418. doi: 10.1177/0148558X14560897.
- Kozlowski, W. (2005). Breves Notas de Governança Corporativa acerca do Conflito de Interesses na Sociedade Anônima. In: L. L. Cantidiano & R. Corrêa (Coord.). *Governança Corporativa: empresas transparentes na sociedade de capitais*. (Cap. 4, pp. 59-90). São Paulo: Lazuli.
- Leal, R. P. C. (2014). A qualidade das práticas de Governança Corporativa afeta o valor da empresa no Brasil? In: J. R. Fontes Fº & R. P. C. Leal. (Coord.). *Governança corporativa e criação de valor* (Cap. 1, pp. 29-38). São Paulo: Atlas.
- Lopes, A. B. (2004). A Teoria dos contratos, governança corporativa e contabilidade. In: S. Iudícibus & A. B. Lopes. (Coord.). *Teoria avançada da contabilidade* (Cap. 4, pp. 171-185). São Paulo: Atlas.
- Lopes, A. B. & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: Uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. de A. & Théóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mazzioni, S., Prigol, V., Moura, G. D. & Klann, R. C. (2015). Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(27), 61-86. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2015v12n27p61>. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n27p61>.
- McNally, J. S. (2013). The 2013 COSO Framework & SOX Compliance: One approach to an effective transition. *Strategic Finance*, 45-52. Recuperado de <http://sfmagazine.com/wp-content/uploads/sfarchive/2013/06/The-2013-COSO-Framework-SOX-Compliance.pdf>.
- Migliavacca, P. N. (2004). *Controles internos nas organizações: Um estudo abrangente dos princípios de controle interno: ferramentas para avaliação dos controles internos em sua organização* (2a ed.). São Paulo: Edicta.
- Miller, D. S. (2005). Governança Corporativa e Full Disclosure: O direito à informação como direito subjetivo instrumental, implicitamente essencial e inderrogável do acionista. In: L. L. Cantidiano & R. Corrêa (Coord.). *Governança Corporativa: empresas transparentes na sociedade de capitais*. (Cap. 5, pp. 91-128). São Paulo: Lazuli.

- Mitra, S., Jaggi, B. & Hossain, M. (2013). Internal control weaknesses and accounting conservatism: Evidence from the Post-Sarbanes-Oxley period. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 28(2), 152-191. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/258143400_Internal_Control_Weaknesses_and_Accounting_Conservatism_Evidence_From_the_Post-Sarbanes-Oxley_Period. doi: 10.1177/0148558X13479057.
- Monteiro, R. P. (2015). Análise do sistema de controle interno no Brasil: Objetivos, importância e barreiras para a sua implantação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 159-188. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2015v12n25p159>. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p159>.
- Myllymäki, E. (2014). The persistence in the association between section 404 material weaknesses and financial reporting quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(1), 93-16. Recuperado de <http://commons.aaahq.org/posts/d745bec394>. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/ajpt-50570>.
- Patterson, E. R. & Smith, J. R. (2007). The effects of Sarbanes-Oxley on auditing and internal control strength. *The Accounting Review*, 82(2), 427-455. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/247875146_The_Effects_of_Sarbanes-Oxley_on_Auditing_and_Internal_Control_Strength. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/accr.2007.82.2.427>.
- PCAOB Release No° 2015-002, March 2015. Reorganization of PCAOB auditing standards and related amendments to PCAOB standards and rules. Recuperado de https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket040/Release_2015_002_Reorganization.pdf
- Peralta, P. (2014, novembro). Nova *framework* COSO 2013: O que mudou e como aplicar nas organizações. *XXI Conferência Anual IPAI – Auditoria Interna: Controle Interno e Governança*, Lisboa, Portugal. Recuperado de http://www.ipai.pt/fotos/gca/201411_ipai_coso_icf_2013_vfinal_1416586714_1502735946.pdf
- Pereira, A. G., Bruni, A. L.; Rocha, J. S.; Lima, R. N., Fº, & Faria, J. A. (2012). Teoria dos contratos, governança corporativa e auditoria: Delineamentos para a discussão em teoria da contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 198, 78-93. Recuperado de <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1033>.
- Pereira, M. A. A. (2009). *Controles internos e cultura organizacional: Como consolidar a confiança na gestão dos negócios*. São Paulo: Saint Paul.
- Perera, L. C. J., Freitas, E. C. & Imoniana, J. O. (2014). Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 03-30. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n23p3>. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n23p3>.
- Peters, M. R. S. (2004). *Controladoria internacional: Incluindo Sarbanes-Oxley Act e USGAAP*. São Paulo: DVS Editora.

- PriceWatersHouseCoopers. (2007). *COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Sumário executivo e estrutura*. Jersey City: Autor. Recuperado de <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>.
- Pronunciamento técnico CPC 00 (R1), de 15 de dezembro de 2011*. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Recuperado de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf.
- Ribeiro, J. F., Fº, Lopes, J. & Pederneiras, M. (2009). Uma visão teórico-reflexiva da teoria da contabilidade. In: J. F. Ribeiro Fº, J. Lopes & M. Pederneiras. (Coord.). *Estudando teoria da contabilidade* (Cap. 1, pp. 1-20). São Paulo: Atlas.
- Rice, S. C., Weber, D. P. & Wu, B. (2015). Does SOX 404 have teeth? consequences of the failure to report existing internal control weaknesses. *The Accounting Review*, 90(3), 1169-1200. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2506896. doi: <http://dx.doi.org/10.2308/accr-50974>.
- Rose, A. M., Rose, J. M. & Norman, C. S. (2016). Material control weakness corrections: The enduring effects of trust in management. *Behavioral Research in Accounting*, 28(2), 41-53. Recuperado de <http://aaapubs.org/doi/pdf/10.2308/bria-51467?code=aaan-site>. doi: <https://doi.org/10.2308/bria-51467>.
- Rossetti, J. P. & Andrade, A. (2012). *Governança Corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Santos, J. G. C., Calíope, T. S. & Coelho, A. C. (2015). Teorias da firma como fundamento para formulação de teorias contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 9(1), 101-116. Recuperado de <http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/1182>. doi: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v9i1.1182>
- Santos, M. A. C., Dias, L. N. S. & Dantas, J. A. (2014). Teorias normativa e positiva da contabilidade. In J. K. Niyama (Coord.), *Teoria avançada da contabilidade* (Cap. 1, pp. 1-37). São Paulo: Atlas.
- Saraiva, L. de P. (2005). Governança Corporativa e Auditores Independentes: Uma visão do Sarbanes-Oxley Act e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. In: L. L. Cantidiano & R. Corrêa (Coord.). *Governança Corporativa: empresas transparentes na sociedade de capitais*. (Cap. 6, pp. 129-144). São Paulo: Lazuli.
- SEC Release No° 33-9142*, September 2010. Internal Control Financial Reporting in Exchange act Periodic Reports of Non-Accelerated Filers. Recuperado de <https://www.sec.gov/rules/final/2010/33-9142.pdf>
- SEC Release No° 34-75935*, September 2015. Public Company Accounting Oversight Board; Order Granting Approval of Proposed Rules to Implement the Reorganization of PCAOB Auditing Standards and Related Changes to PCAOB Rules and Attestation, Quality Control, and Ethics and Independence Standards. Recuperado de <https://www.sec.gov/rules/pcaob/2015/34-75935.pdf>
- Silveira, A. N. (2015). *Governança Corporativa no Brasil e no mundo* (2a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

- Sonza, I. B. & Kloeckner, G. O. (2014). A governança corporativa influencia a eficiência das empresas brasileiras? *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 145-160. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/85358>. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772014000200005>.
- Souza, I. G. de M. (2012). *Controle interno e fraquezas materiais nos sistemas contábeis: Uma análise dos relatórios das empresas latino americanas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE, Brasil. Recuperado de <https://www3.ufpe.br/ppgcontabeis/images/documentos/Dissertacoes/ilka%20gislayne.pdf>
- Sun, Y. (2016). Internal control weakness disclosure and firm investment. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 31(2), 277-307. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/283895733_Internal_Control_Weakness_Disclosure_and_Firm_Investment. doi: 10.1177/0148558X15598027.
- Sunder, S. (2014). *Teoria da contabilidade e do controle*. (vários tradutores) São Paulo: Atlas. (Obra original publicada em 1997).
- Szuster, N., Szuster, F. & Szuster, F. R. (2009). Cenários internacionais da prática contábil. In: J. F. Ribeiro Fº, J. Lopes & M. Pederneiras. (Coord.). *Estudando teoria da contabilidade* (Cap. 17, pp. 293-304). São Paulo: Atlas.
- Vale, F. S. F. (2017). *Os auditores internos portugueses e o risco de interrupção do negócio* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP, Porto, Portugal. Recuperado de <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/11178>.

Apêndice – Classificação das Fraquezas Materiais em Categorias de Divulgação

Empresa	Ano	Descrição das fraquezas materiais	Categorias de fraquezas materiais
AMBEV	2016	não criou controle para contabilização e apresentação de transações complexas e não rotineiras	1-Especificidades contábeis
Braskem	2016	não mantém ambiente de controle eficaz nas altas instâncias	8-Alta administração
		não criou controle para prevenir ou detectar descumprimento do programa anticorrupção	2-Treinamento
		não mantém controle para lançamentos manuais relacionados a pagamentos	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para monitoramento e conciliação de comissões a agentes de exportação	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para registro e monitoramento de estoque em trânsito de matéria-prima importada	1-Especificidades contábeis
		criou controle falho relacionado a acordos não financeiros de longo prazo	6-Conciliação contábil
Eletrobras	2010	não mantém controle para os relatórios financeiros baseados no <i>Coso</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para os relatórios financeiros	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para os depósitos judiciais e processos legais	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para os planos de benefícios para a aposentadoria patrocinados pela empresa	1-Especificidades contábeis
		não criou controle para a aquisição da unidade Itaipu	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para as compras e os pagamentos da subsidiária Furnas	7-Especificidades com subsidiárias
		não criou controle para as receitas de transmissão	4-Reconhecimento de receitas
		não criou controle para elaboração das demonstrações financeiras pelas <i>IFRS</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
	2011	não mantém controle para os relatórios financeiros baseados no <i>Coso</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para os relatórios financeiros	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para os depósitos judiciais e processos legais	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para os planos de benefícios para a aposentadoria patrocinados pela empresa	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para a contabilização do ativo imobilizado	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para aquisições e pagamentos no novo sistema integrado	6-Conciliação contábil
		não criou controle para as receitas de transmissão	4-Reconhecimento de receitas
		não criou controle para elaboração das demonstrações financeiras pelas <i>IFRS</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
	2012	não mantém controle para pagamentos para a controlada relativos à CCC	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para os relatórios financeiros baseados no <i>Coso</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para os relatórios financeiros	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para os depósitos judiciais e processos legais	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para os planos de benefícios para a aposentadoria patrocinados pela empresa	1-Especificidades contábeis

	não criou controle para o cálculo de impairment	1-Especificidades contábeis
	não criou controle para elaboração das demonstrações financeiras pelas <i>IFRS</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis

Continua

Continuação

Empresa	Ano	Descrição das fraquezas materiais	Categorias de fraquezas materiais
Eletrobras	2013	não mantém controle para os relatórios financeiros baseados no <i>Coso</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não mantém controle para lançamentos manuais no sistema integrado	9-Problemas de tecnologia
		não criou controle para os depósitos judiciais e processos legais	6-Conciliação contábil
		não criou controle para o cálculo de impairment	1-Especificidades contábeis
		não criou controle para elaboração das demonstrações financeiras pelas <i>IFRS</i>	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
	2014	não criou controle para os relatórios financeiros	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não mantém controle para elaboração e divulgação das empresas relacionadas	7-Especificidades com subsidiárias
		não criou controle para os depósitos judiciais e processos legais	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para os investimentos em SPEs e avaliados pelo MEP	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para atendimento das legislações sobre corrupção	2-Treinamento
		não mantém controle para disseminação do código de ética e de conduta da empresa	2-Treinamento
		não mantém controle para a capitalização de ativos imobilizados	1-Especificidades contábeis
	2015	não mantém controle para os ajustes de períodos anteriores	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não mantém controle para elaboração e divulgação das empresas relacionadas	7-Especificidades com subsidiárias
		não mantém controle para os investimentos em SPEs e avaliados pelo MEP	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para atendimento das legislações sobre corrupção	2-Treinamento
		não mantém controle para disseminação do código de ética e de conduta da empresa	2-Treinamento
		não mantém controle para a capitalização de ativos imobilizados	1-Especificidades contábeis
	2016	não mantém controle para remediação de fraquezas materiais reportadas anteriormente	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não mantém controle para elaboração e divulgação das empresas relacionadas	7-Especificidades com subsidiárias
não mantém controle para os investimentos em SPEs e avaliados pelo MEP		1-Especificidades contábeis	
não mantém controle para atendimento das legislações sobre corrupção		2-Treinamento	
CBD	2015	controle inadequado para as informações contábeis recebidas da subsidiária Cnova N. V.	7-Especificidades com subsidiárias
		não mantém controle para monitoramento e encerramento das demonstrações contábeis da Cnova N. V. e Cnova Brazil	7-Especificidades com subsidiárias
		não mantém controle das atividades, informações e comunicações da subsidiária Cnova Brazil	7-Especificidades com subsidiárias
	2016	não mantém controle das atividades, informações e comunicações da subsidiária Cnova Brazil	7-Especificidades com subsidiárias
CEMIG	2016	não criou controle para contabilização e apresentação de transações complexas e não rotineiras	1-Especificidades contábeis
CSN	2015	não criou controle para contabilização e apresentação de transações complexas e não rotineiras	1-Especificidades contábeis
	2016	não criou controle para contabilização e apresentação de transações complexas e não rotineiras	1-Especificidades contábeis

Gafisa	2010	não criou controle para o reconhecimento de receitas	4-Reconhecimento de receitas
		não criou controle para caixa e equivalentes de caixa	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis

Continua

Continuação

Empresa	Ano	Descrição das fraquezas materiais	Categorias de fraquezas materiais
Gafisa		não criou controle para contabilização de combinação de negócios, incluindo não controladores	1-Especificidades contábeis
		não criou controle para orçamentos de gastos para os projetos em andamento	6-Conciliação contábil
		não criou controle para imposto de renda	1-Especificidades contábeis
		não criou controle para processo de fechamento das demonstrações contábeis	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
	2011	não criou controle para o reconhecimento de receitas	4-Reconhecimento de receitas
		não criou controle para caixa e equivalentes de caixa	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		não criou controle para contabilização de combinação de negócios, incluindo não controladores	1-Especificidades contábeis
		não criou controle para orçamentos de gastos para os projetos em andamento	6-Conciliação contábil
		não criou controle para imposto de renda	1-Especificidades contábeis
		não criou controle para processo de fechamento das demonstrações contábeis	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
2012	não criou controle para processo de fechamento das demonstrações contábeis	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis	
Gol	2010	não criou controle para o reconhecimento de receitas	4-Reconhecimento de receitas
Oi	2015	não criou controle para processo de fechamento das demonstrações contábeis	3-Relatório de encerramento e políticas contábeis
		ausência de profissionais qualificados para tratamento contábil pelos padrões US GAAP	2-Treinamento
Petrobras	2014	ausência de controle por anulação realizadas por ex-dirigentes da empresa	5-Segregação de função
		não mantém controle para disseminação do código de ética e de conduta da empresa	2-Treinamento
		não mantém controle para denúncias de irregularidades	2-Treinamento
		não mantém controle para adiantamento a fornecedores capitalizados que não resultarão em benefícios econômicos futuros	6-Conciliação contábil
		não mantém controle sobre projetos concluídos, mas que não estão depreciando	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para o cálculo de impairment	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para lançamentos manuais no sistema integrado	9-Problemas de tecnologia
		não mantém controle sobre concessão de acessos para o sistema integrado	9-Problemas de tecnologia
	2015	ausência de controle por anulação realizadas por ex-dirigentes da empresa	5-Segregação de função
		não mantém controle para disseminação do código de ética e de conduta da empresa	2-Treinamento
		não mantém controle para denúncias de irregularidades	2-Treinamento
		não mantém controle para adiantamento a fornecedores capitalizados que não resultarão em benefícios econômicos futuros	6-Conciliação contábil
		não mantém controle sobre projetos concluídos, mas que não estão depreciando	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para o cálculo de impairment	1-Especificidades contábeis

	não mantém controle para lançamentos manuais no sistema integrado	9-Problemas de tecnologia
	não mantém controle sobre concessão de acessos para o sistema integrado	9-Problemas de tecnologia

Continua

Conclusão

Empresa	Ano	Descrição das fraquezas materiais	Categorias de fraquezas materiais
Petrobras		não mantém controle sobre provisões e passivos contingentes de natureza contenciosa	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle para cálculo do passivo atuarial da empresa	1-Especificidades contábeis
	2016	não mantém controle para adiantamento a fornecedores capitalizados que não resultarão em benefícios econômicos futuros	6-Conciliação contábil
		não mantém controle para reconhecimento de gastos com distratos contratuais	1-Especificidades contábeis
		não mantém controle sobre concessão de acessos para o sistema integrado	9-Problemas de tecnologia
		não mantém controle para cálculo do passivo atuarial da empresa	1-Especificidades contábeis

Anexo – Classificação e Exemplos de Fraquezas Materiais

Account-Specific

- Internal control matters with respect to inventory transactions
- Inadequate internal controls for accounting for loss contingencies, including bad debts
- Improper accounting for accruals such as prepaid expenses and accrued expenses
- Improper accounting for income taxes
- Internal control deficiencies related to the reconciliation or service advances
- Problems, such as a lack of effective documentation, with stock options and other compensatory equity grants
- Improper accounting for derivatives
- Failure to record patents or trademarks in a timely fashion, or to analyse timely the patents and trademarks for usefulness and possible impairment
- Weaknesses in the process to gather information in order to complete the annual impairment testing of recorded goodwill and indefinite lived intangible assets
- Inadequate procedures to reconcile intercompany accounts and transactions
- Inadequate implementation of uniform controls over certain acquired entities and operations
- Improper accounting procedures for capitalized software development
- Improper accounting for an equity method investment
- Weak procedures for applying SFAS No. 131, such as segment determination
- Inadequate control over classification of certain fixed asset balances
- Deficiencies in the documentation of a receivables securitization program
- Improper accounting for convertible debentures with warrants and related measurement and recognition of beneficial conversion and warrant discounts and issuance costs
- Improper accounting for pension liability
- Weaknesses in the process to record liabilities related to large deductible insurance programs
- Lack of compliance with established procedures for appropriately applying SFAS No. 5, Accounting for Contingencies

Training

- Inadequate qualified staffing and resources leading to the untimely identification and resolution of certain accounting and disclosure matters and failure to perform timely and effective reviews
- The need to increase the training of the financial staff

Period-End Reporting/ Accounting Policies

- Deficiencies in the period-end reporting process (closing process)
- No adequate internal controls over the application of new accounting principles or the application or existing accounting principles to new transactions
- The absence or ineffectiveness of a rule compliance checking procedure for SEC filings
- A lack of effective record keeping and compliance assistance for reports required under Section 16(a) of the Exchange Act
- Inadequate internal controls relating to the authorization, recognition, capture, and review of transactions, facts, circumstances, and events that could have a material impact on the company's financial reporting process
- Deficiencies related to the design of policies and execution of procedures related to accounting for transactions
- Weaknesses related to the establishment of standards for review of journal entries and related file documentation
- Deficiencies related to the accounting and financial reporting infrastructure for collecting, analyzing, and consolidating information to prepare the consolidated financial statements
- Inadequate procedures for appropriately assessing and applying certain SEC disclosures and requirements
- Inconsistent application of accounting policies

Revenue Recognition

- Weak internal controls related to the design and review of revenue-recognition policies
- Weak internal controls related to contracting practices
- Weaknesses over certain internal controls related to the detection of side letters and the process of investigating customer assertions regarding terms not specified in the agreements

Segregation of Duties

- Weak internal controls and procedures relating to separation of duties (e.g., lack of separation of certain duties between payroll and other accounting personnel)
- Inappropriate segregation of duties to ensure that accurate information is contained in certain types of internal and external corporate communications, including press releases

Account Reconciliation

- Problems with certain accounting reconciliations and review procedures
- Lack of compliance with established procedures for monitoring and adjusting balances relating to certain accruals and provisions, including restructuring charges

Subsidiary-Specific

- Deficiencies related to the timely completion of statutory filings in foreign countries
- Inconsistencies in the application of company policies among business units and segments
- Deficiencies related to the timely and complete revelation of material contracts entered into by subsidiaries of the company
- Employees overseas engaged in improper transactions and unauthorized trading
- Internal accounting control that could have permitted employees at certain company locations to circumvent federal and state laws relating to the reporting of certain cash payments

Senior Management

- Override by senior management
- Ineffective control environment
- No full-time CFO who has SEC and reinsurance experiences to focus on the financial affairs of the company

Technology Issues

- The security of systems used for the entry and maintenance of accounting records requires additional documentation and scrutiny to ensure that access to such systems and the data contained therein is restricted to only those employees whose job duties require such access
- Information technology has a number of areas where formal, documented policies and procedures have not been developed

Fonte: Recuperado de “The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act”, de W. Ge & S. McVay, 2005, Accounting Horizons, p. 155-157.